

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Lilian Aparecida de Souza

**A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA:
a ocupação Vila Barroso**

Juiz de Fora

2016

Lilian Aparecida de Souza

**A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA:
a ocupação Vila Barroso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de mestre em Geografia. Área de concentração: Espaço e ambiente. Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioespaciais.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Cassab

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Lilian Aparecida de.

A produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora : a ocupação Vila Barroso / Lilian Aparecida de Souza. -- 2016.
180 f.

Orientadora: Clarice Cassab

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016.

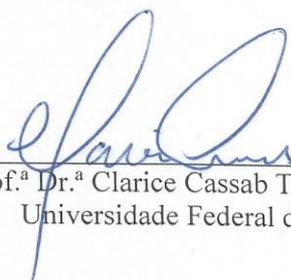
1. Produção do espaço. 2. Desigualdades socioespaciais. 3. Habitação. 4. Juiz de Fora. 5. Vila Barroso. I. Cassab, Clarice , orient. II. Título.

A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE
FORA: A OCUPAÇÃO VILA BARROSO

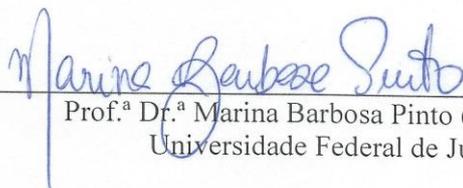
LILIAN APARECIDA DE SOUZA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Espaciais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

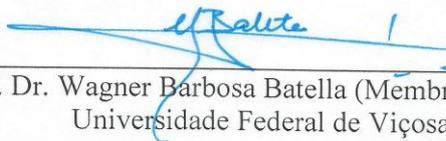
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27 / 06 / 2016



Prof.^a Dr.^a Clarice Cassab Torres (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.^a Dr.^a Marina Barbosa Pinto (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (Membro Externo)
Universidade Federal de Viçosa

Às trabalhadoras e trabalhadores sem-teto que
travam diariamente a luta pela sobrevivência
nas ocupações.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma construção coletiva que se iniciou anos antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação. Ela traz marcas de muitas pessoas. Das que sempre estiveram por perto, das que cruzaram meu caminho e se foram, das que vieram com a pesquisa e, principalmente, daquelas que me instigaram a escrever este trabalho porque dividiram comigo uma história de vida e de luta.

É com muita felicidade que chego ao final de mais essa etapa na minha vida acadêmica e gostaria de agradecer a todas e todos que contribuíram nessa trajetória. Agradeço à minha orientadora, professora Clarice Cassab, sempre presente no processo de elaboração dessa dissertação. Nossos momentos de orientação, conversas e seu pulso firme foram fundamentais para a realização deste trabalho. Obrigada pela atenção, estímulo e confiança.

Agradeço também às professoras Maria Lucia Pires Menezes e Marina Barbosa Pinto, que me ajudaram a seguir adiante com suas contribuições no exame de qualificação.

Ao professor Wagner Barbosa Batella e, novamente, a professora Marina Barbosa Pinto, por lerem criticamente esse trabalho e participarem da banca de defesa.

Aos meus pais e minha irmã, pela paciência, apoio e amor incondicional. Vocês são indispensáveis em todos os momentos da minha vida.

Ao meu amor, que me inspira e encanta.

A todos os amigos e amigas, que reclamaram mas entenderam minha ausência e ansiedade, sempre me incentivando, ajudando no quem podiam e ouvindo minhas lamentações.

Às companheiras e companheiros que estão nas trincheiras dedicando suas vidas na construção de um Projeto Popular para o Brasil, por me ensinarem, através de seus exemplos, a solidariedade revolucionária. E por todas as vezes que juntos ousamos sonhar com os olhos abertos.

Por fim, agradeço às moradoras e moradores da Vila Barroso, que gentilmente me acolheram e me deram lições diárias de que só a luta muda a vida.

*O dia em que o morro descer e não for carnaval
ninguém vai ficar pra assistir o desfile final
na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu
vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil
(é a guerra civil)*

*No dia em que o morro descer e não for carnaval
não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral
e cada uma ala da escola será uma quadrilha
a evolução já vai ser de guerrilha
e a alegoria um tremendo arsenal
o tema do enredo vai ser a cidade partida
no dia em que o couro comer na avenida
se o morro descer e não for carnaval*

*O povo virá de cortiço, alagado e favela
mostrando a miséria sobre a passarela
sem a fantasia que sai no jornal
vai ser uma única escola, uma só bateria
quem vai ser jurado? Ninguém gostaria
que desfile assim não vai ter nada igual*

*Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga
nem autoridade que compre essa briga
ninguém sabe a força desse pessoal
melhor é o Poder devolver à esse povo a alegria
senão todo mundo vai sambar no dia
em que o morro descer e não for carnaval.*

(Um samba de Wilson das Neves)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir a produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora a partir de sua inserção enquanto importante cidade média na rede urbana brasileira, apresentando a ocupação Vila Barroso enquanto materialização desse processo. A ocupação iniciou no mesmo período em que o poder público municipal investia na atração de grandes empresas, buscando adaptar o município aos anseios do capital global. Para compreender este cenário, parte-se da reflexão de que as contradições inerentes à produção capitalista estão presentes no espaço e é com o objetivo de mantê-las que os sujeitos dominantes o reproduzem, sendo a desigualdade socioespacial, a manifestação da contradição entre a produção social e sua apropriação privada. Baseando-se nisso, debate-se a produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora com suas especificidades de cidade média, apresentando algumas de suas dinâmicas atuais e passadas, que possibilitam situar a Vila Barroso no contexto da questão habitacional no município. Após mais de uma década vivendo na precariedade, a remoção dos *sem-teto* do lugar onde moravam aconteceu porque a ocupação estava localizada numa área em processo de valorização na cidade. Por isso, eram alvo constante de pressões do poder público que tanto insistiu até que realizou o reassentamento das famílias num loteamento do programa Minha Casa Minha Vida, deixando a área nas margens da BR-040 livre para ser vendida ou alugada. Nesse jogo de interesses dos sujeitos, o espaço de Juiz de Fora é constantemente reorganizado e marcado pela separação das classes. Aos trabalhadores *sem-teto*, esse processo significou uma casa, mas também a perda de sua identidade e vínculos territoriais.

Palavras Chave: Produção do Espaço. Desigualdades Socioespaciais. Habitação. Juiz de Fora.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to discuss the Juiz de Fora's uneven production of urban space – an important Brazilian's medium sized city – by presenting the shanty town Vila Barroso as a materialization of this process. The shanty town began at the same time that the town hall started investing on attraction of big companies in order to adapt the city to the global capital interests. Intending to understand this scenario, it is needed to consider that the capitalism contradictions are present in urban space, and, willing to keep them, the dominant actors (re)produce the space, putting in evidence the socio-spatial inequalities as manifestation of contradiction between the social production of space and its private appropriation. Based on this, it is discussed Juiz de Fora's uneven production of urban space, from a medium sized city perspective, presenting current and past dynamics that enable to put the shanty town Vila Barroso in the housing question context. After a decade living under precarious conditions, the homeless people were taken from where they had been living in, because their shanty town was located in an area under valorization process. Because of this, the families had been suffering pressure from town hall until they were finally relocated in a site of the governmental program “Minha casa, minha vida”, when they left the area nearby BR-040 roadway, making possible its selling or renting. In this game of interests that involves the mainly urban space (re)producers, Juiz de Fora's urban space has been constantly reorganized and remarked by social classes separation. For the homeless people this process represented houses to live in, but also the loss of their identity and the connection they had with the place they were taken from.

Keywords: Production of space. Socio-spatial inequalities. Housing. Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Croqui da regionalização de Juiz de Fora e o traçado da BR-040	62
Figura 2 – Grandes investimentos localizados no entorno da BR-040.....	73
Figura 3 – Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional	97
Figura 4 – Fluxograma para o cálculo da inadequação de domicílios urbanos	98
Figura 5 – Vista aérea dos loteamentos do MCMV na RP Santa Cândida.....	108
Figura 6 – Vista da Vila Barroso	113
Figura 7 – Barracos da Vila Barroso	115
Figura 8 – Praça da Vila Barroso.....	120
Figura 9 – Centro comunitário da Vila Barroso	122
Figura 10 – Placa da praça da Vila Barroso	127
Figura 11 – Terrenos de propriedade da empresa Holcim.....	130
Figura 12 – Ocupação da Câmara de Vereadores.....	135
Figura 13 – Encontro dos moradores das ocupações com o prefeito	136
Figura 14 – Reportagem sobre a mobilização das ocupações no 8 de Março	136
Figura 15 – Sorteio das casas do Loteamento Novo Triunfo II.....	143
Figura 16 – Mapa do Novo Triunfo II para a escolha das moradias	144
Figura 17 – Casa demolida no dia da remoção	145
Figura 18 – Barraco de família que resiste na Vila Barroso.....	146
Figura 19 – Entrega das chaves	148
Figura 20 – Loteamento Novo Triunfo.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Divisão por faixa etária	117
Gráfico 2 – Configuração das famílias cadastradas	139
Gráfico 3 – Tempo de moradia na Vila Barroso	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Juiz de Fora em relação à Região Sudeste brasileira.....	54
Mapa 2 – Municípios e população da microrregião de Juiz de Fora	55
Mapa 3 – Área de influência de Juiz de Fora	56
Mapa 4 – Regiões Administrativas de Juiz de Fora e localização do Distrito Industrial	59
Mapa 5 – Localização da Vila Barroso.....	114
Mapa 6 – Localização do loteamento Novo Triunfo II	132
Mapa 7 – AEIS de Juiz de Fora	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Juiz de Fora: incremento demográfico e migração.....	60
Tabela 2 – Distribuição dos empregos formais por setor da economia em 2013.....	68
Tabela 3 – Número de domicílios nas AEIS conforme situação fundiária e tipologia da área de localização.....	101
Tabela 4 – Crescimento do número de domicílios nas AEIS identificadas.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acispes	Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
Ascomcer	Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCP	Comitê Central Popular
CDI	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
Cesama	Companhia de Saneamento Municipal
CMH	Conselho Municipal de Habitação
Codemig	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CPM	Centro de Porte Médio
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EmCasa	Empresa Regional de Habitação S/A
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
FLM	Frente de Luta por Moradia
Hab.	Habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IFET/Sudeste	Instituto Federal de Educação Tecnológica Sudeste
Ipplan	Instituto de Pesquisa e Planejamento
IPTU	Imposto territorial urbano
ISS	Imposto sobre serviços de qualquer natureza
ITBI	Imposto sobre a transmissão de bens imóveis
MAES	Microáreas de exclusão social
MCMV	Programa habitacional Minha Casa Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto

PMH	Plano Municipal de Habitação
Proeci	Programa Estadual de Centros Intermediários
RP	Região de Planejamento
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
Suprema	Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
URIAP	Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO.....	20
2.1	DA PRODUÇÃO À REPRODUÇÃO: O ESPAÇO COMO MERCADORIA	20
2.2	A UNIÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E FINANCEIRO NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	26
2.3	OS SUJEITOS ENVOLVIDOS Na produção do espaço	30
2.3.1	O papel contraditório do Estado na produção do espaço urbano	35
2.3.2	Sujeitos da resistência: os <i>sem-teto</i>	39
2.4	DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E CRISE URBANA.....	41
3	AS DINÂMICAS DE EXPANSÃO URBANA EM JUIZ DE FORA NO CONTEXTO DE UMA CIDADE MÉDIA.....	50
3.1	JUIZ DE FORA E SEUS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO	53
4	A QUESTÃO HABITACIONAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA	77
4.1	A habitação como mercadoria: a questão habitacional.....	78
4.1.1	A habitação vista sob o ângulo da acumulação	84
4.1.2	Habitação como valor de uso: o viver	93
4.2	AS NECESSIDADES HABITACIONAIS: A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA....	96
5	VILA BARROSO: ONDE A HISTÓRIA DE VIDA SE CONFUNDE COM A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA	110
5.1	METODOLOGIA	110
5.2	CARACTERIZAÇÃO DA ocupação	113
5.3	A trajetória histórica da Vila Barroso	122
5.3.1	Os longos anos do processo de remoção	132
5.3.2	A mudança de casa e de vida.....	147
6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	156
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE	173
	ANEXOS	175

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o desafio de discutir a desigualdade socioespacial no espaço urbano de Juiz de Fora, por meio da história da ocupação Vila Barroso. Sua realização é mais do que um projeto acadêmico, sendo uma necessidade que veio da condição militante da autora, que atua junto aos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade.

Em 2008, aconteceu o I Encontro de Movimentos Sociais de Juiz de Fora, que após análise da conjuntura local, encaminhou como central a questão habitacional. Entendendo que para transformar a realidade é preciso conhecê-la, a partir de então, as organizações sociais da cidade têm a demanda de compreender os processos de produção do espaço urbano, que espacializam a sociedade dividida em classes e produzem desigualdades no acesso à moradia. Foi para colaborar nessas discussões que nasceu a proposta de elaboração deste trabalho.

Por acreditar que o conhecimento só se constrói na *práxis* e que ele deve contribuir para a emancipação humana, duas foram as motivações deste estudo. Ajudar a desvelar criticamente os processos que originam as desigualdades no espaço da cidade e documentar a história da Vila Barroso, ocupação fruto dessas desigualdades.

O recorte espacial foi estabelecido a partir de questões elaboradas ao longo dos anos em que a autora acompanhou o setor de Moradia do Comitê Central Popular (CCP), e depois no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Nessa vivência, tive a oportunidade de estar com os moradores nos seus processos de mobilização e organização para reivindicar melhorias nas suas condições de vida. Acredita-se que a principal relevância social deste estudo será contar a história de uma ocupação que, depois de tantos anos resistindo, deixou de existir. Além disso, o processo recente pelo qual passou a Vila Barroso precisa ser registrado e denunciado, sendo essa uma tentativa que reforça ainda mais a importância desta pesquisa.

Partindo da história da Vila, ocupação resultado dos processos de expansão urbana de Juiz de Fora, é possível compreender o avanço contínuo do capital sobre o espaço. Aliado às suas constantes alterações, intensificam-se os conflitos e tornam-se mais explícitos os processos de desigualdades socioespaciais nas cidades médias, sendo esta uma contribuição acadêmico-científica deste trabalho.

As desigualdades são a concretização da diferença na apropriação da riqueza produzida, sendo produto e também condição da realização do capitalismo, revelando a contradição entre a produção do espaço como momento necessário da acumulação e como realização da vida social. Dependendo do lugar que ocupam na produção, cada sujeito tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca do espaço. A mesma casa pode assumir um significado diferente, dependendo das relações sociais estabelecidas entre os envolvidos. Quando se refere ao viver, a localização de cada classe no espaço urbano é definida a partir da capacidade que cada grupo social tem de pagar por sua residência. Na cidade desigual, os burgueses habitam os melhores locais, sendo centrais ou periféricos, dependendo da área que for valorizada. Aos trabalhadores, cabe amontoarem-se às margens, em lugares deteriorados ou na periferia ainda em fase de urbanização, onde o terreno é menos interessante ao capital.

Em Juiz de Fora, essa diferenciação do lugar de moradia dos ricos e dos pobres é visível até para olhares desatentos. Enquanto na região Sul aumenta o número de condomínios fechados e arranha-céus sofisticados, há o crescimento das ocupações urbanas e loteamentos populares na zona Norte, região da cidade onde está localizada a Vila Barroso. A ocupação, objeto de estudo deste trabalho, iniciou de forma espontânea em 1999, num terreno da empresa Holcim, cujo nome fantasia era Cimento Barroso. Das famílias *sem-teto*, algumas vieram de despejos de outras áreas do município, outras do interior do estado de Minas Gerais, e uma parcela chegou à cidade após a instalação da Mercedes Benz com a expectativa de trabalhar e melhorar suas condições de vida.

A Vila, que materializa o processo desigual de produção do espaço urbano de Juiz de Fora, se consolida no período no qual o município busca se firmar enquanto uma importante cidade média na rede urbana brasileira. Esse processo atrai investimentos e também um grande contingente de pessoas. Porém, uma parcela desses migrantes não consegue se estabelecer e nem consumir a mercadoria casa, sendo expulsos para um fragmento da *não cidade* (MARICATO, 2002) de Juiz de Fora, em busca de alternativas para moradia. Entretanto, quando o entorno da BR-040 se valoriza, devido à ação de determinados sujeitos que buscam solidificar o município como ponto importante aos anseios capitalistas, os *sem-teto* passam a sofrer pressões para liberar a parcela expressiva de solo urbano que habitavam para a incorporação do capital.

Nesse processo contraditório entre o uso social do espaço e da moradia e a apropriação privada, a correlação de forças entre os sujeitos é que determinará o modo que cada fração será utilizada. Com relação ao terreno que abrigava a ocupação, os *sem-teto*

perderam a batalha e foram removidos para um conjunto habitacional. Isso aconteceu porque o poder público municipal desde o início, se posicionou do lado dominante. Historicamente, a prefeitura de Juiz de Fora busca pelo crescimento econômico, atuando no sentido de regular e atenuar os efeitos da acumulação de capital, mas sem prejudicar sua reprodução ampliada. Essas ações têm reflexos espaciais que favorecem o desenvolvimento desigual do espaço urbano da cidade.

Diante do que foi exposto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora, a partir de suas especificidades enquanto importante cidade média na rede urbana brasileira, apresentando a ocupação Vila Barroso enquanto materialização dessa desigualdade.

Para chegar a esse objetivo proposto, partiu-se de alguns questionamentos, sendo alguns deles: como se dá a produção do espaço no modo de produção capitalista? Qual o papel desempenhado por Juiz de Fora na rede urbana brasileira? Quais os processos de expansão urbana em curso na cidade? Como a questão habitacional se configura em Juiz de Fora? Como os *sem-teto* da Vila Barroso percebem a desigualdade socioespacial? Quais os impactos que a remoção, realizada para a garantia da acumulação de capital, teve na vida dos moradores da ocupação?

Essas questões ajudam na compreensão da realidade de Juiz de Fora e da Vila Barroso, entretanto, sabe-se que é impossível responde-las completamente, pois cada uma se desdobra em outras tantas, visto que a realidade está em constante movimento. Nesse sentido, as perguntas serviram de direção para a elaboração deste estudo, que se organiza seguindo alguns passos, são eles: discutir teoricamente a produção capitalista do espaço; apresentar as recentes dinâmicas de urbanização de Juiz de Fora, a partir de suas especificidades enquanto cidade média; debater a problemática habitacional e as desigualdades socioespaciais presentes no espaço urbano do município; e apresentar os processos pelos quais passou a Vila Barroso.

A metodologia de pesquisa contará com revisão bibliográfica e documental; e entrevistas. Também considerará as anotações feitas durante as visitas de campo. Para a discussão teórica, utiliza-se como referência os autores que enxergam a realidade sob a ótica marxista, trazendo a perspectiva crítica fundamental para a compreensão da sociedade capitalista. Já a pesquisa documental conta com documentos oficiais da prefeitura de Juiz de Fora, notícias de jornais, dossiês dos movimentos sociais, entre outros.

As entrevistas foram usadas para orientar a colheita dos depoimentos dos *sem-teto* da Vila e do representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), que através de suas falas enriqueceram a discussão proposta por este trabalho. Por fim, não

poderiam ser desconsideradas as percepções da autora durante todos os anos em que acompanhou a ocupação.

Com a metodologia definida, este trabalho será dividido em mais quatro seções. A seção 2 é teórica e introduz a discussão de alguns conceitos importantes para a compreensão da produção desigual do espaço urbano na contemporaneidade. Entendendo que o espaço é produto das relações mediadas pelo trabalho em determinado período histórico, no capitalismo ele contempla as especificidades desse sistema, cujo objetivo é a acumulação de capital, sendo a desigualdade socioespacial uma condição desse processo.

A seção 3 caracteriza Juiz de Fora. Começa com o debate teórico em torno do conceito de cidade média e segue apresentando algumas dinâmicas particulares – atuais e passadas – que enquadram o município nesta categoria. Nesta seção, são apresentados alguns dos processos que resultaram tanto no surgimento da Vila Barroso, quanto na sua remoção.

Já a quarta seção discute a problemática habitacional a partir da compreensão que, no atual modo de produção, a moradia é uma mercadoria, situando-a dentro na dupla acepção do valor de uso e valor de troca.

Por fim, a última seção apresenta a Vila Barroso, localizando-a no contexto desigual de Juiz de Fora. Inicialmente a caracteriza para depois contar sua história. Nesse momento, serão utilizados os depoimentos dos moradores e do representante do MNLM que ajudarão a compreender como os processos em curso na cidade, com as movimentações dos sujeitos, foram vividos pelos *sem-teto*.

2 PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

A presente seção introduz a discussão de alguns conceitos importantes para a compreensão da produção desigual do espaço urbano na contemporaneidade, tendo como objetivo traçar um caminho para que se possa entender a produção do espaço como estratégia para a reprodução do capitalismo.

O avanço contínuo do capital sobre o espaço, aliado às constantes alterações do urbano, intensificam os conflitos entre os sujeitos revelando a contradição entre a produção do espaço como momento necessário da acumulação e como realização da vida, tornando mais explícita a desigualdade socioespacial. Para entender como se dá esse processo, será necessário pensar as relações sociais em sua dimensão espacial.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade, ao produzir-se, faz isso em determinado espaço e que, nesse processo, cria também um novo espaço, que no capitalismo é transformado em mercadoria e dá lucro a determinados sujeitos. Assim, é preciso conhecer quem são os sujeitos e quais ações realizam no sentido de produzir ou resistir às desigualdades socioespaciais. A compreensão desses processos é fundamental para entender a situação vivenciada pelos moradores da ocupação Vila Barroso, objeto de estudo dessa dissertação.

2.1 DA PRODUÇÃO À REPRODUÇÃO: O ESPAÇO COMO MERCADORIA

A compreensão acerca da produção do espaço ganhou fôlego recentemente na Geografia. Em um rápido olhar sobre a trajetória dessa categoria dentro do pensamento geográfico¹, nota-se que houve um deslocamento da abordagem chamada tradicional, na qual o espaço era apenas físico, sendo suporte, palco ou mero receptáculo das ações humanas, para o seu entendimento como produção social, fundada no materialismo histórico dialético (MOREIRA, 1982). Cabe ressaltar que este raciocínio é apenas um dos muitos possíveis. Será, contudo, a linha reflexiva adotada nesse trabalho, na medida em que se acredita ser o mais adequado para a compreensão da situação dos moradores da Vila Barroso. Isso porque,

¹ Este breve parágrafo tem apenas o objetivo de demarcar qual o ponto de vista teórico será utilizado ao longo do texto, visto que não se pretende aprofundar sobre as diferentes concepções geográficas, tampouco esgotar o processo histórico de conceituação do espaço.

pensar o espaço como social possibilita ultrapassar a aparência chegando à essência da estrutura e das dinâmicas dos processos que originam as desigualdades socioespaciais presentes no espaço urbano de Juiz de Fora.

Os *sem-teto* da Vila Barroso atravessaram um momento difícil no início de 2015, pois após viverem 14 anos de maneira precária, aguardando a urbanização da ocupação, foram retirados do local onde moravam com a justificativa de melhoria das suas condições vida. Entretanto, sabe-se que a área que habitavam está em uma região da cidade que, a cada dia, se valoriza mais, atraindo os interesses de determinados sujeitos. Essa realidade repleta de conflitos exige um método de conhecimento que permita desvelar toda a totalidade do processo de reprodução social. Acredita-se ser o materialismo histórico dialético, cuja premissa é conhecer para transformar, capaz de aprofundar no entendimento das contradições presentes na produção desigual do espaço e ultrapassar a imediatividade das relações socioespaciais, visando à superação da sociedade dividida em classes. Lefebvre (2000) ironiza quando questionado se o que propõe indica um projeto teórico, prático e político. O autor responde que sim e que não, porque ele envolve a política, mas vai além dela, supondo uma análise crítica de toda política espacial e geral, indicando a via para produzir outro espaço, outra vida.

A radicalidade do pensamento lefebvriano exige o comprometimento com a construção de uma nova sociedade, fundada na liberdade e sem a exploração do homem pelo homem. Exige compreender que os processos são históricos e que novas relações sociais de produção não se consumam sem o duplo movimento de dissolução das relações anteriores. Quando as condições correspondentes a determinados estágios produtivos começam a se formar, outras estão a desaparecer, ocorrendo perturbações na organização da produção. Isso porque cada sociedade, por conseguinte cada modo de produção, cria forças produtivas e relações de produção que lhe são próprios. Nesse processo, produz também um espaço que lhe é particular. Assim, o espaço deve ser compreendido como uma totalidade construída a partir de um processo histórico, que é fruto da relação homem e natureza, sendo esta mediada pelo trabalho.

O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] Ele não apenas efetua uma transformação da forma de matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] É atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas [...] (MARX, 1996, p. 297).

Através do trabalho, a sociedade transforma a natureza e transforma a si mesma. Como elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana, o trabalho é um processo no qual a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim. Para isso, deve contar com todas as condições objetivas que lhe são exigidas para que o processo se realize: meios de produção e força de trabalho. Necessita também de práticas espaciais de apropriação do espaço. De acordo com Santos (1988), “toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 1988, p. 88).

Por meio da relação homem-natureza, a humanidade cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais está a do espaço, que se realiza continuamente como aspecto fundamental da reprodução da vida e, para isso, as forças produtivas e as relações de produção têm um papel determinante, visto que, em qualquer momento, o espaço é produzido em função do processo geral de produção da sociedade.

Quando Lefebvre (2000) propõe a noção de produção do espaço, ele retoma o legado deixado por Marx e Engels, no que tange a reflexão sobre o sentido da categoria *produção*. Para os autores, a produção permite desvendar o ser social em toda a sua totalidade. Sob a mediação do trabalho, a produção é uma relação socialmente construída, que representa a produção da sociedade como tal, em um determinado estágio do desenvolvimento social.

Em seus estudos, Lefebvre (2000) desdobra a noção de produção em uma dupla acepção: *stricto* e *lato sensu*. A dimensão *stricto* engloba todo o processo de produção material. Já a *lato sensu* se refere ao processo de produção do ser social, estendendo-se às necessidades e aos desejos que marcam sua reprodução. Afirmando que não há nada na história e na sociedade que não seja produzido, o autor corrobora que a ideia de produção envolve toda a produção da vida, da humanidade, o que em determinado momento perpassa pela satisfação das necessidades materiais. Assim, o plano da produção vai além do mundo do trabalho, envolvendo-o e ultrapassando-o, articulando a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de valores de uso e da produção da vida e de suas possibilidades.

A concepção de produção se vincula à produção do ser social, nos marcos econômicos, políticos, jurídicos, culturais e simbólicos e está articulada com a ideia de reprodução das relações sociais em determinado tempo e espaço. Por meio da ação humana, que se realiza como modo de apropriação do mundo, o espaço e o tempo aparecem

indissociáveis. Dessa forma, a relação espaço-tempo explicita uma prática espacial que trata das relações sociais em sua totalidade.

A produção, entendida no seu sentido mais profundo, revela uma relação social e histórica, que tem a reprodução como ponto de partida e de chegada e que cria tanto o indivíduo quanto a sociedade, em um movimento incessante: a ação continuada da reprodução social. A orientação desses atos vem do projeto adotado pela humanidade em seu processo constitutivo, compreendido no bojo das relações sociais pela dialética de sua reprodução e transformação. Esse processo é histórico e implica na transformação da natureza primeira² à produção do espaço e, deste, à sua reprodução. Dessa maneira, o espaço deve ser concebido como um produto da história e se reproduz em um determinado tempo histórico, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada sociedade (CARLOS, 2011).

O espaço é o lugar onde se manifesta a vida humana, lugar onde as gerações deixam seus rastros, constroem sua identidade e projetam o futuro. Também tem um componente natural que não desaparece com o processo histórico. A natureza é como um pano de fundo, um cenário e mais que cenário, ela persiste e cada detalhe interfere na produção das relações sociais, historicamente determinadas. Segundo Carlos (2011),

[...] o processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza, envolve um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora, transformadora, bem como na vontade e disposição, acasos e determinações, conhecimentos todos estes voltados para à reprodução da sociedade (CARLOS, 2011, p. 44).

Nessa perspectiva, o espaço é produzido pela sociedade tendo o trabalho como mediador da relação homem - natureza e homem - homem. Isso significa que, conforme a sociedade produz e reproduz sua existência, esta determinará as características ao ser social. Esse movimento é dialético e influenciará todo o processo de produção espacial, por isso, Carlos afirma que o espaço é “produto, condição e meio para toda a atividade humana” (CARLOS, 1994, p. 33).

O espaço, como produto social e histórico, articula dois processos: produção e reprodução. É claro que só pode ser reproduzido o que algum dia foi, através do trabalho, produzido. A reprodução se constrói a partir de particularidades, mas pressupõe a totalidade, estando a todo momento interligada à produção. Para Carlos (1994, p. 34), “a produção está

² Para Moreira, a *primeira natureza* é composta de “valores de uso que podem servir à construção de uma sociedade dos homens ou para a produção de valores de troca numa sociedade mercantil”, sendo através do trabalho que o homem a transformaria em *segunda natureza*, em natureza apropriada, transformando também a si mesmo (MOREIRA, 2010, p. 65).

de um lado sendo analisada como momento particular do todo, e de outro analisada através de suas articulações e conexões com o movimento geral”. Dessa forma, a compreensão dos processos sempre deve perpassar tanto a dimensão *stricto*, quanto a *lato sensu* e, em ambas, o espaço está presente.

O ato de produção da vida é, conseqüentemente, uma ação de produção do espaço. Nesse sentido, ele reproduz-se ao longo do tempo e em cada momento da história em função das necessidades e possibilidades das sociedades. A espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no cotidiano e, a partir dele, ser articulada e redefinida como plano da reprodução dessas relações, vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço (CARLOS, 2001).

Entendendo que o espaço é produto das relações fundamentadas na organização do trabalho em determinado período histórico, no capitalismo ele contempla as especificidades desse sistema, cujo objetivo é a acumulação de capital. Nessa perspectiva, a análise de sua produção abre-se como possibilidade para o desvelamento da realidade em constituição, sendo o cotidiano o lugar da reprodução contraditória da vida. Mais do que nunca, a dimensão espacial ganha novo significado. Isso porque a produção expande-se social e espacialmente, incorporando tudo ao processo de valorização, assim, o espaço passa a ser produzido em função do processo geral de reprodução desse modo de produção.

Sabe-se que é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que a sociedade se produz. Mas, se por um lado ele é fundante da vida humana, no capitalismo ele se configura como a expressão de uma relação social baseada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. O trabalho, que antes era a objetivação primária e inalienável do ser social, converteu-se em meio de subsistência e a força de trabalho tornou-se uma mercadoria especial, uma fonte de mais valor cuja finalidade é criar novos valores de troca (ANTUNES, 2004).

A divisão social do trabalho é histórica e remete ao desenvolvimento das forças produtivas e aos excedentes. Com o modo de produção capitalista, essa especialização dos indivíduos em determinadas tarefas possibilitou que, através da propriedade privada, um homem passasse a explorar outros. Para sobreviver, quem não detém os meios de produção, é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Nesse processo, que é por demais complexo, a sociedade se divide em classes e o indivíduo passa a não se reconhecer no produto de seu trabalho, alienando-se.

Em seus escritos, Marx explica que o processo de subordinação do trabalho ao capital tem dois fenômenos particulares: no primeiro, as pessoas trabalham sob controle do

capitalista, a quem vendem sua força de trabalho, e este cuida para que tudo se realize sem desperdícios. O segundo, diz respeito à apropriação, pelo burguês, do bem produzido pelo trabalhador mediante a uma quantia em dinheiro. A partir desses dois fenômenos, pode-se afirmar que no capitalismo, o “trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1996, p. 304).

Se o trabalho está subordinado ao capital, logo o espaço também está. Isso porque ele é produzido a partir do trabalho, sendo sua materialização. Nesse sentido, o espaço capitalista se funda na propriedade privada e se produz a partir da contradição entre a produção socializada e a apropriação individual, em um conflito no qual a reprodução da vida se depara com as necessidades de acumulação ampliada (CARLOS, 1994).

É a existência da propriedade que orienta e define o modo como as relações de trabalho vão se dar e como a riqueza produzida será administrada, dividida e consumida. Dessa forma, a apropriação privada revela as desigualdades que se realizam como relações de poder, isto é, pela separação e diferenciação das classes baseadas no lugar que estas ocupam no processo de produção. No que tange à produção do espaço, esse movimento não é diferente. Sua reprodução como mercadoria produz uma contradição entre valor de uso e valor de troca como consequência do processo de reprodução da sociedade capitalista. Se, por um lado, o espaço é privadamente apropriado, por outro, ele abriga resistências do cotidiano, abertas pela prática espacial que reproduzem o espaço como valor de uso.

As relações que os indivíduos mantêm com o espaço habitado, revelam-se no dia-a-dia através da vivência impregnada de sentidos e significados que estes constroem ao se apropriarem desse espaço. Entretanto, com a necessidade de reprodução ampliada do capital, o valor de troca é priorizado e o que se tem é o encolhimento dessas possibilidades do uso em detrimento das estratégias de acumulação. Nesse momento, a propriedade privada invade a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um, de cada classe, no espaço.

Trata-se do momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. Momento também em que o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade enquanto valor de troca destituindo-o de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. (CARLOS, 2011, p. 67).

No atual modo de produção, o desenvolvimento histórico da propriedade aponta para a reprodução do espaço como mercadoria. É a vitória do valor de troca sobre o valor de uso, diz Lefebvre (2000). Entretanto, o espaço não é um *locus* passivo das relações sociais e

esse processo não se dá sem enfrentamentos e resistências. Se, para a burguesia, ele é parte fundamental na reprodução da sociedade capitalista, também pode ser apropriado pelos trabalhadores, no sentido de subverter essa ordem.

No capitalismo, a produção se desdobra em dialética com a reprodução, orientada no sentido do processo de valorização efetivada através da produção continuada do valor de troca. Lefebvre reflete que, no modo de produção capitalista, “o espaço tenha assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (LEFEBVRE, 2000, p. 31).

Essa constatação se comprova no momento em que o espaço aparece como parte da estratégia de conservação do poder da classe dominante. Ele é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia e, também, possibilita que seus proprietários auferam renda por meio do consumo produtivo. Essa possibilidade implica na crescente privatização do espaço, visto que a propriedade dos meios de produção é uma determinação geral do sistema vigente (BOTELHO, 2007).

O espaço produzido como valor de troca é fragmentado e vendido no mercado, entrando de vez no circuito da mercadoria. Além disso, se reproduz como condição da reprodução continuada, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro em tempos de crise. Atualmente está exponencialmente sendo inserido nos circuitos do capital financeiro, tornando-se cada vez mais, capital fictício, o que cria um novo ciclo de acumulação. Isso aponta um marco nas relações sociais, pautadas na mundialização do capitalismo, materializando-se como sociedade urbana, tal como se verá a seguir (CARLOS, 2015).

2.2 A UNIÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E FINANCEIRO NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Pensar a urbanização da sociedade em um mundo tendencialmente urbano coloca desafios, pois seus conteúdos se revelam como uma problemática socioespacial. Isso porque, aos poucos, o urbano adentra em todos os espaço-tempo sendo um elemento definidor da vida, reduzindo-os a uma mesma estratégia de desenvolvimento baseada na acumulação de capital. Lefebvre (2000) explica que é nesse determinado momento da história que o fenômeno da valorização ultrapassa o mundo do trabalho e toma a vida em suas múltiplas

dimensões. A reprodução capitalista passa a se realizar em outras esferas, como a do cotidiano e a produção-reprodução das relações sociais do espaço, aparecem como necessidade para a manutenção das relações de dominação (CARLOS, 2011).

Ao se desenvolver, o urbano tende a se expandir espacial e socialmente, produzindo um espaço e um jeito de viver que lhe são próprios, marcados por relações que tendem a superpor-se às relações tradicionais, ora superando-as, ora conservando-as. Nesse sentido, o urbano é um modo de vida que engloba a forma que a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, visto que cada momento do modo de produção requer um espaço e um tempo adequados para suprir as necessidades de reprodução social, dos meios de produção, da força de trabalho e da vida.

Segundo Carlos, o espaço tem hoje um significado diferente de outros momentos históricos porque sua reprodução aparece como “possibilidade renovada de realização da reprodução capitalista” (CARLOS, 2015, p. 25). Essa mudança de concepção realiza-se partir da década de 1970, com a crise que marcou a hegemonia das finanças sobre a produção industrial, ocasionando uma mudança na esfera produtiva que passou do regime fordista para o flexível.

De acordo com Harvey (2004), além da crise econômica produzida pela superacumulação, acontecia em concomitância uma crise política do Estado de Bem-Estar e uma crise de conteúdo cultural e religioso, que afetou tanto o centro como a periferia do capitalismo. Por isso, os anos seguintes ao colapso foram marcados por um conturbado momento de reestruturação econômica e reajustamento social e político, com uma série de novas experiências que representaram os primeiros ímpetus da passagem para um regime inteiramente novo. Chamada por Harvey (2004) de acumulação flexível, essa nova forma de organizar a produção pode ser entendida como uma série de experiências nos domínios da indústria e da vida. Um processo que se caracteriza “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2004, p. 140).

Das características elencadas pelo autor (HARVEY, 2004), é a ascensão do capital financeiro que adquire grande centralidade no momento atual. Isso porque a virada para a financeirização foi a principal forma encontrada para lidar com o problema dos excedentes, tanto de capital quanto de força de trabalho. Funcionou da seguinte forma: os excedentes produzidos pela burguesia precisavam ser recapitalizados para barrar a concorrência, e assim, se investiu em novas saídas mais rentáveis. Naquele contexto, o capital financeiro pareceu

uma forma das mais lucrativas, visto que ele coloca o dinheiro como representante autônomo do valor, circulando sem o lastro real das mercadorias. Esse processo, muitas das vezes, é mais vantajoso que a produção, o que caracteriza a formação do capital fictício, estágio avançado de reprodução da sua natureza abstrata (HARVEY, 2010; VOLOCHKO, 2011).

Como os homens, através do processo de fetichização, naturalizam o dinheiro como valor, a valorização do capital fictício aparece como verdadeira mesmo sem as mediações reais para tal. E isso acontece porque apesar das finanças não gerarem mais-valia, seus investimentos estimulam a atividade produtiva e cobram juros para tal, o que possibilita a captura de uma grande parcela do mais valor extraído do trabalhador, passando a ser um fim em si mesmo, aparecendo como a forma privilegiada da valorização capitalista atual (VOLOCHKO, 2011).

Na década de 1960, precedente à crise, um dos principais obstáculos para a acumulação capitalista era a escassez de força de trabalho disponível no mercado dos Estados Unidos e da Europa. As saídas encontradas para resolver essa questão perpassaram pelo estímulo à imigração, investimentos em tecnologias de automação que economizassem trabalho e, pela ida do capital ao redor do globo em busca trabalhadores dóceis, desorganizados de suas categorias sindicais e que aceitassem baixos salários. Segundo Harvey (2010), também foi nesse período que as empresas, com seu capital excedente, começaram a expatriar sua produção a procura de matérias primas baratas.

Globalizar-se foi a possibilidade encontrada para superar a crise dos excedentes. Isso porque o capital e a força de trabalho presentes em determinado território devem ser transferidos para outro, para que encontrem uma aplicação lucrativa antes que se desvalorizem. “Essa solução, tão antiga quanto o próprio capitalismo, foi perseguida com mais determinação a partir dos anos 1990” (HARVEY, 2010, p.24), e encontrou no reordenamento espaço-temporal e na urbanização como negócio, a condição para a manutenção da valorização financeira. Para isso, uma estrutura global foi criada para acelerar a circulação do capital fictício para onde fosse mais rentável. Acompanha esse movimento a desregulamentação das finanças, que iniciou no final da década de 1970 e já nos anos 1990 estava impossível conter.

O capital fictício se diversificou, estando presente nas transações de todos os setores da economia, dentre eles, o imobiliário, que junto com outros sujeitos, atua com o objetivo de criar novos espaços subordinados à lógica da reprodução capitalista. De acordo com Carlos (2011), esse movimento de financeirização do espaço acontece quando os empresários direcionam seus lucros ativos para aplicações financeiras ligadas ao setor

imobiliário associado às indústrias da construção civil. Então o que ocorre é a transferência dos investimentos do setor industrial para a mercadoria espaço, visto que suas possibilidades de geração de lucros são maiores. Botelho (2007) explica como isso se dá de maneira prática: se há investimentos em determinado local, o preço sobe, e com a alta, mais gente investe e, assim, o preço segue subindo rapidamente. Esse fenômeno, aqui explicitado de maneira simplificada, é conhecido como “*bolha imobiliária*” (BOTELHO, 2007, p.26).

O processo de formação de bolhas ocorre através de algumas das formas de ligação entre o capital fictício e o imobiliário, tais como constituição de fundos de investimentos imobiliários, securitização de propriedades e de títulos derivados de contratos hipotecários. Ambos são instrumentos de captação de recursos financeiros que acabam por dotar as empresas do setor imobiliário de condições para adquirir terrenos nas áreas mais valorizadas da cidade. Também ajudam a dispersar o risco de inadimplência dos compradores e a aceleração do tempo de giro do capital (BOTELHO, 2007).

Dentro dos investimentos oriundos desse processo, predomina uma disposição à concepção da cidade como um cenário, livre de contradições. Isso resulta na construção de um espaço racional-funcional, com o desenvolvimento de tipos específicos de empreendimentos imobiliários, tais como *shopping centers*, empreendimentos de turismo e lazer, centros empresariais, condomínios de luxo, hotéis, visto que é grande a tendência de valorização das áreas decorrentes das novas atividades de comércio, serviços e residências. Isso revela um “projeto e uma estratégia, que envolve o mercado imobiliário, concebido como extensão da propriedade privada, que faz do espaço uma mercadoria, cuja particularidade atual consiste na realização do capital financeiro” (CARLOS, 2011, p. 114).

A crescente união do capital financeiro com o imobiliário foi uma solução recente para ajudar a resolver o problema da absorção de capitais durante a crise da década de 1970, o que fez com que cada vez mais a produção do espaço urbano esteja entrelaçada com a acumulação de capital sendo, nas palavras de Harvey (2010, p.146), “difícil extirpar uma da outra”. Entretanto, o problema dos excedentes é uma questão estrutural que não será resolvida no modo de produção capitalista, tendo apenas soluções temporárias, mas com impactos irreversíveis sobre a vida, o que configura que toda experiência social atual deve ser interpretada como a de viver em crise (HARVEY, 2004).

Segundo Harvey (2010), as conexões entre a urbanização, a acumulação e as crises merecem uma análise criteriosa. Nos últimos anos observa-se o aumento de crises financeiras, muitas delas baseadas em questões de desenvolvimento urbano e de propriedade da terra. Com relação a essas que são associadas ao mercado imobiliário, elas tendem a ser mais

duradouras porque, na maioria das vezes, estão baseadas em créditos de alto risco e com retorno demorado. Diferente das crises curtas que abalam as bolsas de valores, as relacionadas a investimentos no espaço levam anos para estourar e mais ainda para se desfazer. Isso acontece porque o mercado imobiliário possui um limite para a absorção dos excedentes que não encontram aplicações lucrativas em outros setores da economia e, ao se sobrevalorizar, acaba por explodir a bolha sendo comumente esse o estopim das crises, como ocorreu em 2008 nos Estados Unidos. Ou seja, esse projeto de urbanização de tudo como necessidade para a acumulação sempre ampliada apresenta limites, pois o setor imobiliário também está sujeito às oscilações cíclicas do modo de produção capitalista (BOTELHO, 2007).

A forma com que as finanças, em parte, se realizam através da urbanização e os impactos socioespaciais dessas crises financeiras são bastante complexos, sendo para este trabalho o mais importante destacar que esse processo de acumulação ampliada funda uma nova ordem que orienta e reorganiza a reprodução do espaço, aprofundando as contradições entre o uso social e a apropriação privada, tornando visíveis as desigualdades socioespaciais. Buscando a valorização, a ação de determinados sujeitos, ligados principalmente ao capital financeiro e ao setor imobiliário, sob a coordenação do Estado, vão reproduzir o espaço como condição para a concretização de seus interesses. Entretanto, essa movimentação não se dá sem reação, e outros sujeitos entram em cena.

Cabe lembrar que embora esses processos de mercantilização do espaço e suas resistências se manifestem de maneira similar em diferentes lugares, não podem ser compreendidos como iguais, uma vez que abrangem as particularidades de cada formação social, com seus sujeitos.

2.3 OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Sobre o papel desempenhado pelos sujeitos produtores do espaço nessa nova fase de urbanização da sociedade, muitos geógrafos já se debruçaram. Corrêa (1995) elenca os donos dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Harvey (1980), no livro *A justiça social e a cidade*, se propõe a compreender o papel de cada um dos envolvidos no mercado de moradia, sendo eles: os usuários, os corretores de imóveis, os incorporadores, a indústria da construção, os proprietários e as instituições governamentais e financeiras.

Neste trabalho serão utilizados os grupos propostos por Harvey (1980), entendendo-os não como agentes e sim como sujeitos. Carlos (2001) utiliza esse termo justificando que os sujeitos, com suas práticas socioespaciais, encerram um conteúdo social dado pelas relações sociais que se efetivam em um determinado espaço-tempo, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço.

Os atos e situações que os sujeitos realizam como forma de apropriar-se do mundo revelam as especificidades da reprodução do espaço. Isso porque eles se inserem num contexto socioespacial e temporal, que refletem as necessidades e possibilidades existentes em determinado momento histórico. Segundo Carlos (2011), à medida que produzem sua existência, os sujeitos produzem um espaço, aí inscrevendo e realizando as relações sociais que os mantêm vivos.

Agem reorganizando o espaço de acordo com seus interesses, tanto no sentido *lato* quanto *stricto*. Os usos do espaço nessas duas dimensões revelam, na perspectiva *stricto*, a apropriação privada orientada pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pela acumulação, revelando as contradições do capitalismo. Já na dimensão *lato*, a sociedade mostra outro momento, aquele dos usos do espaço objetivando a reprodução da vida que, entretanto, se realiza na relação contraditória entre o valor de uso dos lugares da realização humana e sua reprodução como valor de troca.

A contradição dos usos do espaço está na base dos conflitos em torno da sua reprodução. Isso porque a noção de produção abre um grande leque de possibilidades para o conhecimento da totalidade, revelando um processo real, amplo e profundo como um conjunto de relações, comportamentos e valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade e, nesse processo, produzindo um espaço e uma prática socioespacial.

É na prática socioespacial que os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução do espaço no conjunto da sociedade. Isso acontece principalmente na cidade, porque ela é a expressão das relações sociais de produção capitalista e sua reprodução política e espacial está na base da produção e reprodução do capital. A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também o amadurecimento das contradições que lhe são próprias. Por isso, é nela que os sujeitos desiguais estão permanentemente disputando o uso e apropriação do espaço. Cabe ressaltar que a produção do espaço e as relações que nele se consolidam são distintas em cada localidade, apesar da ação dos sujeitos estarem relacionada a uma ordem mais ampla (CARLOS, 2011).

Em uma sociedade dividida em classes existem muitas desigualdades entre os sujeitos que visam à reprodução da vida através do uso, e aqueles que a concebem como

possibilidade de acumulação. E com relação à reprodução do espaço, esses objetivos não são diferentes. São os sujeitos que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, por isso, é fundamental identificá-los sendo essa uma das etapas iniciais para se pensar o desenrolar de determinada realidade. Para compreender o papel da ocupação Vila Barroso na produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora, será necessário entender a ação dos diferentes sujeitos que estão envolvidos com a questão da habitação. Harvey (1980) afirma que ao considerar a perspectiva dos sujeitos que operam no mercado da moradia, deve-se levar em conta que cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca do espaço. A mesma casa pode assumir um significado diferente dependendo das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, organizações e instituições envolvidas.

Certamente, a área onde estava localizada a Vila Barroso tem valor distinto para os moradores da ocupação e para os demais sujeitos, principalmente aqueles que estão interessados na valorização daquela região da cidade e que se utilizam do poder público para concretizar suas vontades. Nesse sentido, a relação que se estabelece entre o Estado e os ocupantes é de conflito, visto que os *sem-teto* precisam recorrer às instituições governamentais para avançar em suas demandas por melhor qualidade de vida. Isso acontece porque na divisão de tarefas entre capital e Estado, cabe ao segundo garantir condições (inclusive infraestruturais) para a reprodução da força de trabalho. Será sob essa ótica que se apresentará cada sujeito que atua na questão habitacional, que envolve o objeto desse trabalho. O foco, contudo, está nos dois sujeitos principais desta pesquisa: o Estado e os trabalhadores *sem-teto*.

Dentre os sujeitos ligados ao mercado de moradia estão os capitalistas envolvidos com o setor imobiliário que, de acordo com Botelho (2007), é composto pelos donos da indústria da construção civil, pelos produtores de materiais de construção e pelos empresários que realizam atividades imobiliárias.

O subsetor de materiais de construção é uma importante esfera da acumulação de capital que se interessa pela moradia como valor de troca. É muito abrangente em termos de ramos e tipos de empresas, envolvendo a fabricação de produtos intermediários, como minerais não metálicos, ferro, aço, produtos extrativos, materiais de construção, madeira, materiais elétricos, entre outros. Abarca desde a produção concentrada e monopolizada até a produção artesanal ou semiartesanal. Já o subsetor de construção civil está interessado em criar valores de uso para os outros a fim de realizar valor de troca para si. Esse contingente, longe de ser homogêneo, é composto por grupos industriais e por grandes, médias, pequenas e microempresas, além de atividades ligadas à autoconstrução e reparos. Trata-se de um campo

que estabelece compromissos entre o capital industrial, financeiro, comercial e fundiário (BOTELHO, 2007).

O subsetor terciário, que envolve as atividades imobiliárias, é composto pelos corretores e incorporadores. Os corretores operam no mercado de moradia para obterem valor de troca, lucrando através da compra, aluguel e venda de imóveis ou pela cobrança de custos de transação para seus serviços como intermediários. Para eles, o valor de uso reside no volume das transações, porque são destas que obtém o lucro, por isso tentam a todo custo aumentar o giro no estoque de habitações na medida em que isso leva a uma expansão do negócio. Os incorporadores são responsáveis pela parte jurídica dos empreendimentos, além de identificarem as oportunidades, realizarem estudos de viabilidade, adquirirem terrenos e formatarem o produto a ser desenvolvido. Assim como o subsetor da construção civil, os incorporadores estão interessados em criar novos valores de uso, a fim de realizar valores de troca para si próprios (HARVEY, 1980).

Considerados um possível obstáculo para a reprodução do capital no setor imobiliário, os proprietários têm o direito absoluto à propriedade e dispõe dela para as finalidades que bem entenderem, podendo colocá-las no mercado ou guardá-las para valorização futura. Em sua maioria, operam objetivando o valor de troca, concebendo a casa como uma fonte de renda (BOTELHO, 2007; HARVEY, 1980).

As instituições financeiras encontram na produção do espaço uma das melhores condições para a acumulação de capital. Desempenham papel importante no mercado de moradias através do financiamento, desenvolvimento e nova construção de casas e empreendimentos. Utilizam recursos de bancos, seguradoras, e outras instituições, que fundamentalmente estão interessadas em obter valores de troca por meio de crédito de oportunidades para a criação ou aquisição de valores de uso (HARVEY, 1980).

Dos sujeitos apresentados, alguns estão em posição privilegiada, pois conseguem através de suas ações, imporem suas vontades e anseios de acumulação ao processo de reprodução do espaço. Agem incorporando novos locais à valorização capitalista, revitalizando áreas deterioradas, construindo em lugares já adensados e, até mesmo, mudando a morfologia e o caráter social de algumas áreas. Essa expansão geográfica acontece tanto na escala global quanto local, visto que o espaço urbano se tornou fundamental para a reprodução do capitalismo (FIX, 2011).

Como se trata de um setor que estabelece relações entre as frações do capital os proprietários de indústrias da construção podem ser considerados privilegiados. Isso porque comandam, diretamente ou por meio de empreiteiros subcontratados ou empresas

terceirizadas, uma parcela significativa da força de trabalho. Segundo Fix, os empresários desse ramo têm a possibilidade de “combinar a capacidade de se apropriar de mais-valia no canteiro (trabalho vivo) e capturar riqueza social por meio da valorização imobiliária decorrente de aumentos da renda da terra (trabalho morto)” (FIX, 2011, p. 222). Nesse sentido, esse setor tende a se beneficiar tanto da modernização, como do atraso das técnicas de construir. Nas obras, algumas mudanças tecnológicas são impulsionadas pelo capital financeiro, que procura impor sua temporalidade, exigindo que a velocidade da construção seja compatível com a dos fluxos de capital. Em outros, estas técnicas constituem-se como barreiras e são modificadas, especialmente quando a escala do empreendimento favorece a adoção de formas reutilizáveis. Interferem diretamente nos processos de urbanização, através da influência na elaboração de políticas públicas e também por conta dos resultados concretos de sua produção. Muitos procuram influenciar os governos (nas várias esferas de poder) para a ampliação de seu mercado, pressionando para a realização de grandes obras. Além disso, intervêm na dimensão simbólica, por meio da imagem que a cidade e a moradia assumem (FIX, 2011).

Outro grupo crucial na compreensão da forma urbana é composto pelos corretores, que exercem grande pressão sobre a definição das políticas públicas e sua implantação. São, porém, os incorporadores que atualmente comandam o processo de reprodução do espaço. Isso porque passaram a conduzir o preço da terra e o uso do solo urbano através da criação de novas fronteiras imobiliárias, novas centralidades e novos produtos, que influenciam as vontades dos consumidores no que tange a tipologia dos empreendimentos, das fachadas, da localização. Também subordinam outros sujeitos (proprietários, construtoras, corretores) à sua lógica de atuação (FIX, 2011).

Ermínia Maricato (2011) afirma que os instrumentos urbanísticos auxiliam os incorporadores no desbloqueio dos entraves para a circulação do capital, enquanto outras ações que vão no sentido do cumprimento da função social da propriedade e da democratização do acesso a moradia e à terra, são ignoradas. Esse conflito entre trabalhadores que necessitam de moradia e os sujeitos do setor imobiliário, se dá no seio das instituições governamentais e está no cerne da questão social, demonstrando a função do Estado no capitalismo.

2.3.1 O papel contraditório do Estado na produção do espaço urbano

O Estado não é um sujeito externo à sociedade. Ele é fruto de relações sociais e tem seu caráter definido a partir das necessidades de cada momento histórico, ou seja, à medida que se modificam as relações sociais de produção, ele altera seu comportamento. No capitalismo, sua atuação preferencialmente se dá no sentido de regular e atenuar os efeitos negativos da divisão de classe, que se materializam no espaço urbano através das desigualdades socioespaciais.

Sendo um produto social que foi ganhando centralidade a partir da divisão social do trabalho e do acirramento da separação de classes, o Estado adquire um papel contraditório, pois ao mesmo tempo em que serve à classe dominante, possibilita ganhos aos trabalhadores afirmando que suas ações são para o bem comum. Longe de ser neutro, ele atua no sentido de manter a valorização de capital e a exploração de uma classe por outra (LOJKINE, 1997).

Essa capacidade de mediar conflitos, favorecendo apenas um lado, não é diferente quando se trata da produção do espaço. O Estado, sob comando da burguesia, age sobre o espaço de forma a garantir a reprodução ampliada do capital, investindo em ações que possibilitem a continuidade dos processos de produção, distribuição, troca, circulação e consumo. Além disso, cumpre a tarefa de garantir a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário. Segundo Botelho (2007), dentre as funções do Estado estão:

[...] criar mecanismos que minimizem os obstáculos aos investimentos do setor imobiliário no urbano sem colocar em questão a existência da propriedade privada. A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns exemplos de atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral. (BOTELHO, 2007, p. 27).

Também refletindo sobre o Estado, Corrêa (1995) elenca que dentre suas formas de atuação para a reprodução capitalista do espaço está a capacidade de limitar juridicamente o uso e a produção do espaço, cobrar taxas referentes às propriedades fundiárias e ao uso da terra, controlar o mercado fundiário e, de certo modo, ser promotor imobiliário na construção de habitações. Carlos (2006), também comenta a atuação espacial do Estado, que age:

[...] através das políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas [...], com a produção de infraestruturas e “reparcelamento” do solo urbano através da realização das chamadas operações urbanas e da chamada requalificação de áreas — principalmente centrais — através da realização de 'parcerias' entre prefeitura e os setores privados que acabam influenciando e orientando essas políticas. (CARLOS, 2006, p. 30).

A partir desta articulação prioritária do poder público com a iniciativa privada, Harvey (2004) reforça a ideia de que a ação do Estado não se dá de forma igualitária, sendo os capitalistas os mais beneficiados. O autor ainda comenta que dentre suas funções está a garantia da propriedade privada; o cumprimento de contratos, principalmente os trabalhistas; a proteção dos mecanismos de acumulação; a eliminação das barreiras para a circulação do capital e a mobilidade do trabalho; e a estabilização do sistema monetário. No entanto, a atuação do Estado na produção do espaço não se dá somente sob o ângulo da valorização, ele também cumpre um papel fundamental referente a reprodução da força de trabalho.

A responsabilidade do Estado na produção, sempre ampliada dos equipamentos coletivos, segue duas lógicas distintas: a derivada das exigências da acumulação e a determinada pela força de trabalho. A questão vista sob o ângulo da mercadoria trabalho mostra que a grande maioria dos trabalhadores não pode satisfazer certas necessidades por meio do salário e do consumo privado, por isso, a disponibilidade de equipamentos coletivos tornou-se essencial. Dessa forma, o limite dos salários funcionará como motor do aparecimento de um sistema público de manutenção da força de trabalho sob duas formas principais: a transferência monetária através de auxílio-doença, seguro desemprego entre outros benefícios; e o fornecimento direto de equipamentos coletivos, tais como escolas, hospitais e transportes (PIQUET; RIBEIRO, 2001).

Quando se olha pelo lado da acumulação de capital, o Estado garante a criação de valores de uso urbanos através da construção de infraestruturas, tais como: estradas, abastecimento de água, redes de esgoto, entre outras. Além disso, atua na promoção da expansão urbana com a valorização de zonas periféricas, visto que é geralmente o responsável pela implementação de equipamentos nessas áreas. Nesse sentido, ao optar por dotar um determinado local e não outro com infraestruturas e serviços públicos, o Estado acaba por potencializar sua valorização, bem como a de terrenos próximos. Criando assim, as condições ideais para investimento dos promotores imobiliários, que buscam lotes baratos em vias de valorização.

Atualmente, nota-se uma nova relação entre o Estado e o capital na produção do espaço. Esse novo posicionamento é chamado por Harvey (1996, p. 50) de “empresariamento

urbano”, e se caracteriza na constituição da racionalidade do mercado e da privatização através de parcerias público-privadas para a execução de grandes projetos. Essas construções não visam a melhoria da condição de vida de todos os habitantes, sendo os lucros e benefícios desfrutados apenas por uma parcela da população, geralmente composta por empresários, banqueiros e políticos.

No empresariamento, os objetivos políticos e econômicos são imediatos, e se realizam através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, cabendo ao poder público a tarefa de facilitar os investimentos privados no âmbito local, buscando uma maior competitividade internacional explorando as vantagens dos lugares, reforçando seu grau de atração. Assim, a reconstrução da cidade, o desenho de novos espaços ou a remodelação de determinados setores, não só a transformam fisicamente, mas também podem chegar a formar parte de uma imagem renovada dela. Para tal, também é preciso que se criem recursos ideológicos que mascarem as contradições intrínsecas a esse processo (BOTELHO, 2007).

Villaça (2011) explica que a burguesia não produz apenas mercadorias, cria também ideias que fazem parte de um processo mais amplo de dominação por meio do espaço urbano.

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transporte, etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele (VILLAÇA, 2011, p. 12).

Através de processos ideológicos, a classe dominante e o Estado produzem e difundem ideias que visam esconder os processos reais de produção do espaço urbano desigual. Isso é necessário porque ao garantir investimentos espaciais visando a reprodução da acumulação capitalista, o poder público aprofunda as contradições entre as classes, manifestadas no espaço a partir de sua fragmentação. Mesmo investindo em equipamentos coletivos que beneficiam os trabalhadores, a ação do Estado sobre o espaço não se dará de forma igualitária favorecendo, na maioria das vezes, os interesses do capital. Esse beneficiamento de determinada classe acontece até mesmo quando age através das políticas públicas, dentre elas a política urbana.

Por políticas urbanas entendem-se os processos políticos de intervenção no espaço, formuladas a partir do enfrentamento de forças sociais com seus respectivos interesses. Em termos gerais, correspondem a um conjunto de políticas e ações do Estado

sobre os processos urbanos, sendo metas, objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam a ação do poder público em relação às demandas sociais e que podem ser entendidas como aquelas voltadas aos processos e às práticas sociais de transformação e apropriação do ambiente construído.

A política urbana trata da produção concreta dos bens, equipamentos, serviços sociais, sistemas de educação, recreação, saúde pública e habitação. Está envolvida também em outras medidas, como o planejamento, o uso do solo e a legislação urbana. De certo modo, todas afetam o valor da terra e interferem na ocupação do território. Sobre essas políticas urbanas, mais adiante será dado um enfoque maior na habitação, visto que é em torno dela que estão os conflitos estudados neste trabalho. Por ora, o importante é ressaltar que as políticas públicas, dentre elas, as urbanas podem ser entendidas como o que os governos escolhem ou não fazer.

Não tomar providências em relação a um problema também é uma forma de política pública, visto que a definição de quais serão implementadas ou não, levam a perceber que elas estão no “*locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem” (SOUZA, 2006, p. 6). Embora o Estado, na figura de seus governos, tenha certa autonomia para atuar, sua ação é permeada de influências e conflitos que se dão no bojo da luta de classes.

As políticas públicas resultam das práticas de diferentes sujeitos, que agem produzindo o espaço urbano, revelando um projeto político. Segundo Soares (2010), os movimentos sociais assumiram o compromisso sério de fazer a crítica, mas ao mesmo tempo agir proativamente na formulação de alternativas de melhoria de vida, sem medo de se *contaminar* nos espaços do Estado. Os trabalhadores organizados já obtiveram diversas vitórias no que tange a concretização de políticas públicas que atendessem aos seus anseios. Entretanto, não se pode esquecer que o Estado é burguês e opta quase sempre por ações definidas exclusivamente por aqueles que detêm o poder (SOARES, 2010).

O Estado está subordinado aos interesses do capital, por isso suas ações acabam por contribuir no agravamento das desigualdades socioespaciais. Isso porque sua atuação como promotor de políticas públicas pode produzir diferenciações uma vez que imprimem uma seletividade espacial na distribuição de serviços básicos, infraestruturas e equipamentos. Entretanto, nem sua imagem de neutralidade e nem os poucos benefícios garantem a passividade da classe trabalhadora que todos os dias resiste, criando mecanismos tanto para a manutenção imediata de sua sobrevivência quanto para reivindicar avanços no seio do poder público.

O espaço urbano passa a ser o local onde se materializam os conflitos de classe e as contradições do sistema capitalista, se apresentando também como lugar dos enfrentamentos. Por isso, encontram-se nas cidades sujeitos capazes de “desvendar as máscaras sociais do espaço e as contradições sociais determinantes” (MOREIRA, 1980, p. 29). Esses sujeitos são os trabalhadores, que não tem condições de garantir uma vida digna sem que precisem recorrer aos equipamentos e serviços, sempre insuficientes, garantidos pelo Estado.

Uma parcela grande dentro da classe trabalhadora não consegue acessar, sem a intervenção do Estado, a moradia e acaba por buscar soluções alternativas para suprir suas necessidades de habitação. Esses são os *sem-teto*, e sobre eles será tratado a seguir, visto que é neste grupo de sujeitos que se enquadram os moradores da Vila Barroso.

2.3.2 Sujeitos da resistência: os *sem-teto*

Formado por um imenso número de trabalhadores, os *sem-teto* são um importante sujeito na produção do espaço urbano. Ao contrário dos seus antecessores que estavam predominantemente no campo até a década de 1970, os *sem-teto* de hoje encontram-se concentrados nas cidades e nos grandes centros urbanos. Sem renda para pagar aluguel e muito menos para comprar um imóvel, são excluídos do acesso às formas legais de propriedade. A maioria dos empregados formais não ganha o suficiente para comprar uma casa e a situação é frequentemente mais difícil se tratando de relações de trabalho precárias. Em ambos os casos, o acesso ao financiamento é quase impossível. Como não visualizam alternativas, resta a esse contingente ocupar favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias, localizadas principalmente nas periferias, áreas de risco ou deterioradas, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Um trecho da carta elaborada pela Frente de Luta por Moradia (2003)³, apresenta quem são os *sem-teto*:

³ A Frente de Luta por Moradia (FLM) é um coletivo sediado na cidade de São Paulo, formado por representantes de movimentos sociais que somam esforços para pautar a reforma urbana.

Somos trabalhadores [...] empurrados para as favelas, cortiços, pensões e para o relento das ruas. Sofremos com o despejo do senhorio. Nossas crianças, devido às nossas condições precárias de vida, penam para se conservarem crianças. Somos tocados de um lado para outro. Não encontramos espaço para nossas famílias, em nosso próprio território. Nossa cidade, que construímos e mantemos com nosso trabalho, afugenta-nos para fora, para o nada (FRENTE DE LUTA POR MORADIA, 2003)⁴.

Ao identificar esta parcela da classe trabalhadora como *sem-teto*, sugere-se uma classificação que considera não só o lugar que ocupam na produção das riquezas, mas também ao acesso às necessidades básicas de reprodução e, principalmente, a forma de apropriação do espaço. Esses, na maioria das vezes, só encontram lugar em porções pequenas e desvalorizadas do território, onde sobrevivem em condições sub-humanas.

Em suas estimativas para o ano de 2005, a Organização das Nações Unidas (ONU) previa que uma população mundial de 100 milhões de pessoas não tinha lugar para morar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005). Essa magnitude do número de indivíduos sem casa permite afirmar que os *sem-teto* são produto da produção do espaço como mercadoria e que existem, na realidade empírica, como indivíduos e famílias que em seu cotidiano produzem espaço. Entretanto, só se constituem como sujeito coletivo a partir da ação organizada, que os insere nos debates políticos presentes na sociedade. Nesse processo de mobilização para transformar sua realidade, é que dão um salto qualitativo deixando de ser apenas uma categoria social de trabalhadores que não tem moradia, tornando-se *Sem Teto*, nome que revela uma identidade, uma herança que tem a ver com uma memória coletiva de luta e organização.

Com ou sem essa identidade política, quem antes era invisível para o conjunto da sociedade, quando ocupa uma área e trava a luta para a permanência, passa a se mostrar como sujeito que resiste as mazelas da produção desigual do espaço. E a partir do momento que tomam para si uma propriedade que não está cumprindo sua função social, esses trabalhadores *sem-teto*, mesmo que inconscientemente, enfrentam a raiz do capital, colocando em xeque a propriedade privada.

Em alguns casos, o Estado aceita as ocupações, pois estas são formas de garantir o baixo custo da força de trabalho, sendo uma válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores tem. Entretanto, essa tolerância desaparece quando os terrenos ocupados se localizam em áreas valorizadas e de interesse imobiliário. Nesses casos a resposta frequentemente é o despejo.

⁴ Disponível em: <<http://clajadep.lahaine.org/?p=1176&print=1>>.

A expulsão de seu local de moradia foi a realidade dos *sem-teto* da Vila Barroso. A ocupação estava localizada numa área em processo de valorização na cidade e, por isso, era alvo constante de pressões do poder público que, de tanto insistir, realizou o reassentamento das famílias, deixando o local livre para ser vendido ou alugado a uma grande empresa. Nesse jogo de interesses dos sujeitos, o espaço é constantemente reorganizado. Isso se dá a partir da incorporação e da mudança do conteúdo social, político, econômico e simbólico de determinadas áreas, marcando o espaço urbano com a separação das classes.

Conforme visto anteriormente, as movimentações dos sujeitos no sentido da valorização do espaço tornaram-se mais intensas a partir da década de 1970 e permanecem até hoje em ritmo acelerado, aprofundando continuamente as desigualdades socioespaciais, visíveis no crescimento do número de *sem-teto* ocupando determinadas áreas da cidade, produzindo de um novo tecido nas periferias. Sobre esse processo, será dedicado o subitem a seguir.

2.4 DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E CRISE URBANA

A desigualdade socioespacial⁵ é a face mais cruel do processo contemporâneo de urbanização capitalista. Se assenta na contradição da sociedade dividida em classes e na existência da propriedade privada, que diferencia o acesso dos cidadãos à totalidade da cidade. É a manifestação da desigualdade entre a produção social do espaço e sua apropriação privada.

Segundo Carlos (2007, p. 48), a desigualdade socioespacial é, “ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço”. Essa forma de compreensão implica na necessidade de entender as mediações que se impõem num determinado momento histórico à relação sociedade/espaço, lembrando que a produção do espaço é inerente à produção da vida. Nesse sentido, a prática social é espacializada e a ação dos sujeitos envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis.

⁵ Neste trabalho optou-se por utilizar desigualdade socioespacial para se referir aos processos hierárquicos da produção do espaço no capitalismo, baseando-se na contradição entre a apropriação privada e o uso. Muitos dos autores de referência usam outras nomenclaturas, mas entendem a desigualdade como um processo, por isso, independente do termo, a compreensão é a mesma.

No capitalismo, o fio condutor que permite a compreensão da produção do espaço está na dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista visando à acumulação. Harvey (2013a), contribuindo para o entendimento das espacializações do capital e da luta de classes nas mais diferentes dimensões (global, continental, nacional, regional e local ou do lar/pessoal), constrói a ideia de “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2013a, p. 107). Essa noção pode ser apreendida como uma construção teórica cuja origem está nos escritos de Leon Trotsky que, da Rússia, observa o avanço do capitalismo enquanto um sistema mundial com suas contradições sociais e econômicas. O autor sintetiza seu conhecimento sobre o desenvolvimento desigual e combinado no primeiro capítulo do livro “*A história da Revolução Russa*”, datado de 1930, colaborando para a explicação dos problemas relativos ao desenvolvimento capitalista nos países periféricos (LÖWY, 1995).

Recentemente, a teoria do desenvolvimento desigual ganhou sua devida espacialização pelos esforços de geógrafos marxistas, tal como David Harvey. O autor parte da concepção de que o espaço é condição, meio e produto dos múltiplos processos sociais e históricos da atividade humana. Por isso, numa realidade dividida em classes, a materialização das relações de produção e de reprodução da sociedade, só podem resultar em um espaço diverso e desigual. Harvey (2013b), explica o porquê:

[...] o capitalismo não se desenvolveu sobre uma planície plana dotada de matérias-primas ubíquas, com oferta homogênea de trabalho e com iguais facilidades de transportes em todas as direções, ao contrário, [...] está inserido, cresce e se difunde no interior de um variado ambiente geográfico que engendra uma grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho. (HARVEY, 2013b, p. 415-416).

Embora mantendo suas leis gerais, o avanço do capitalismo esbarra nas particularidades de cada formação social, com seus sujeitos atuantes. É por isso que a reprodução, em cada uma das escalas, apresenta um espaço condizente com suas possibilidades históricas. Nesse sentido, o desenvolvimento geográfico desigual é expressão geográfica da acumulação de capital materializada nas diversas escalas. A teoria proposta por Harvey (2013a), no livro “*Espaços de Esperança*”, fundamenta-se em dois componentes: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica.

Com relação às escalas, o autor explica que a humanidade, ao organizar suas atividades e compreender o mundo, cria hierarquias espaciais que contribuem para o entendimento da realidade. O que se explica em determinada escala, pode não fazer sentido ou não se manifestar em outra, demonstrando como o caráter das coisas se distingue quando

analisado global, continental, nacional, regional ou localmente. Entretanto, elas estão umbilicalmente ligadas e só se pode entender o que acontece em uma determinada escala através de sua relação com as outras. Essa compreensão leva ao rechaço da ideia que as escalas são naturais e imutáveis. Pelo contrário, são “produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (HARVEY, 2013a, p. 108).

Isso não quer dizer que a natureza ou os processos biofísicos estejam fora das escalas, mas embora tenham influências naturais, elas são produzidas pelos homens em sociedade, num determinado espaço-tempo. Assim, a escala pode ser entendida como o resultado de uma interação dinâmica entre os processos naturais e a produção do ser social, por isso, são sempre redefinidas em termos de seu alcance, conteúdo, importância e inter-relações (HARVEY, 2013a).

Pensando no modo de produção capitalista, elas podem ser modificadas devido às inovações tecnológicas (sendo vitais os sistemas de transporte e de comunicações) e às mudanças político-econômicas (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas, etc.). Essas redefinições dependem dos jogos de poder para o seu controle e resultam da luta de classes e de outras formas de mobilização política e/ou social. Se tratando de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, o exame da realidade em qualquer escala que seja, revelará o segundo componente fundamental da teoria do desenvolvimento geográfico desigual: a diferenciação geográfica (HARVEY, 2013a).

Ao longo de sua ocupação na superfície da Terra, a humanidade produziu formações socioespaciais distintas, com suas línguas, instituições políticas, valores e crenças, criando um quadro de ambientes e modos de vida particulares, que revelam diferenças geográficas. Entretanto, essas diferenciações são mais que legados histórico-geográficos. “Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente” (HARVEY, 2013a, p. 111), e que estão em constante processo de reprodução mediante a atuação dos sujeitos nas diferentes escalas.

Mais que processos históricos, as diferenças do passado são reproduzidas no presente, cada vez mais aceleradas pela globalização, sendo perversamente potencializadas e apropriadas pelas forças capitalistas em seu próprio benefício. No atual momento do modo de produção, uma série de processos produz as diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos do solo e nos recursos, nas relações com o ambiente, nas formas políticas e culturais.

Para a acumulação de capital, os burgueses exploram as condições geográficas desiguais, aproveitando-se das diferenças historicamente e/ou propositalmente produzidas, mas o fazem levando em conta que os processos que estão ocorrendo em outras escalas de alguma maneira os afetam. Nesse sentido, pode-se notar que o desenvolvimento geográfico desigual envolve dialeticamente a fusão de seus dois elementos componentes: as escalas e as diferenças geográficas (HARVEY, 2013a).

O desenvolvimento geográfico desigual não advém apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos e vantagens de localização. Ele é também expressão das relações de poder estabelecidas nas diversas escalas, refletindo as diferentes formas em que os diversos sujeitos têm arquitetado sua sobrevivência no mundo, e que conferem particularidades e variações em relação aos processos gerais de acumulação e às lutas sociais.

Analisando essa discussão na escala local, percebe-se que o desenvolvimento desigual marca a expansão do urbano rumo a uma sociedade completamente urbanizada. Nesse movimento, novas desigualdades são produzidas, visto que a acumulação de capital exige inovações nas estratégias. Assim, a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada que orienta o processo da reprodução espacial através da fragmentação dos espaços. Para A. M. Rodrigues (2007, p. 74), ela “exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço”.

A desigualdade socioespacial é a concretização das diferenças na apropriação da riqueza produzida, ou seja, a espacialização da sociedade dividida em classes. Ela é produto, mas também condição do capitalismo, revelando um conflito entre a produção do espaço como momento necessário da acumulação e como realização da vida social. É na relação espaço/sociedade através do uso ou da apropriação, o fundamento da desigualdade, isso porque numa sociedade fundada sobre o valor de troca, a apropriação do espaço liga-se à forma mercadoria servindo às necessidades da acumulação através das mudanças de usos e funções dos lugares (CARLOS, 2007).

Segundo Carlos (2015), essa contradição entre uso social e apropriação no processo de produção do espaço, estruturante da sociedade capitalista atual, se desenvolve no seio da propriedade privada da riqueza, que garante o acesso à vida urbana quase que somente aos proprietários. Isso significa dizer que a separação das práticas socioespaciais visando à reprodução social, delimitam o lugar de cada classe, sendo a propriedade a mediação que estabelece a relação entre cidadão e cidade.

Nesse processo, a reprodução do espaço urbano enquanto mercadoria toma todas as esferas da vida como condição da realização da acumulação capitalista. Domina o cotidiano e cria cidadãos apenas consumidores e usuários de serviços, para quem a cidade aparece como exterioridade, apontando uma condição de alienação de um grande contingente de pessoas que não a reconhecem, que vivem num lugar que não lhe pertence e com o qual não se identificam. Dessa forma, a cidade enquanto obra, construção coletiva e união de todos os elementos definidores da vida contém aquilo que a nega: a desigualdade socioespacial, que implica numa prática social cindida (CARLOS, 2015).

A organização espacial, originada a partir das desigualdades, torna-se fragmentada e pouco articulada. Na cidade desigual, as classes privilegiadas habitam os melhores locais, sendo centrais ou periféricos, dependendo da área que for valorizada. E, aos trabalhadores, cabe amontoar-se às margens, em lugares deteriorados ou na periferia ainda em fase de urbanização, onde o terreno é menos interessante ao capital. O lugar de cada um é instituído pelas relações estabelecidas entre os sujeitos hegemônicos nesse momento do modo de produção e, e assim, vão-se “criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade” (CARLOS, 2007, p. 55), sendo visível, até para os olhares desatentos, a distinção entre áreas ricas e pobres. Isso acontece porque “o espaço urbano é um complexo conjunto de usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1995, p. 7), o que visivelmente se constitui em “uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a reprodução de residências na sociedade capitalista” (CORRÊA, 1997, p. 132).

A ocupação e o consumo do espaço são definidos pelas condições socioeconômicas, sendo o seu uso ligado a momentos particulares da produção capitalista, variando de acordo com a necessidade de realizar determinadas ações, tais como consumir, produzir e habitar. Nesse sentido, o uso do solo urbano será disputado pelos vários sujeitos com seus respectivos objetivos, o que resulta em conflitos entre classes, visto que o processo de reprodução espacial acontece numa sociedade cindida. Dessa forma, a organização espacial originada a partir de desigualdades, torna-se fragmentada e pouco articulada.

A desigualdade socioespacial está relacionada com a distribuição da riqueza produzida e também com a valorização do solo e a especulação imobiliária, que resultam na fragmentação e homogeneização do espaço. Em pedaços, torna-se intercambiável e se insere nos circuitos da troca ampliando a propriedade privada da riqueza sob a forma da propriedade do solo urbano. Carlos (2015) explica que o acesso ao solo produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida e coloca um preço no acesso à vida urbana. Esse preço se refere

ao valor das parcelas do espaço, que é influenciado diretamente pela localização, presença de infraestruturas, acessibilidade, disponibilidade de equipamentos e serviços, privacidade e condições naturais do terreno, levando em conta os processos de desenvolvimento urbano que ocorrem nas diversas escalas.

Os usos do solo são a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico. Atualmente, o modo pelo qual as atividades se manifestam no urbano é definido pelo mercado, que através da propriedade privada esfacela a cidade limitando seu acesso, promovendo separações de usos e funções. Numa cidade marcada pela desigualdade, a classe detentora de capital é quem tem privilégio no acesso aos usos do solo urbano. Corrêa (1995) comenta o papel desempenhado pela burguesia no aprofundamento das desigualdades socioespaciais a partir da propriedade do solo.

A classe dominante ou uma de suas frações, por outro lado, segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado. (CORRÊA, 1995, p. 64).

As classes sociais se apoderam de maneira desigual do espaço fazendo com que a luta de classes se imprima no ambiente construído através da disputa por localização, visto que algumas parcelas do espaço urbano se destacam por seus elementos físicos e pela existência de uma melhor localização em relação aos centros de consumo, de empregos, de informações e decisões. Viver em uma região privilegiada dessas é muito difícil para a maioria dos trabalhadores, sendo a desigualdade socioespacial uma marca recorrente na consolidação das periferias das cidades.

Nesse sentido, vale destacar o papel desempenhado pelo Estado na produção de espaços desiguais. Segundo Marcuse (2007, p. 30), “está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação”, sendo ele o sujeito de destaque que direciona a ocupação das áreas urbanas de acordo com as classes sociais, através das leis de uso e ocupação do solo urbano e da adoção ou não de infraestruturas e serviços públicos mediante as diversas demandas. Corrobora com esse entendimento, Singer (1982), para quem:

o Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público [...] ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. (SINGER, 1982, p. 34).

O Estado exerce um importante papel no processo de reprodução social ao lado das classes detentoras do capital, que se apropriam do espaço a fim de obter lucros com sua propriedade. Mas, fora dos circuitos do capital também os trabalhadores *sem-teto* produzem o espaço de acordo com suas capacidades e necessidades de moradia. A partir do momento em que ocupam determinados locais enfrentando as mazelas da produção desigual do espaço, explicitam a desigualdade socioespacial através de sua materialização: as “*não cidades*” (MARICATO, 2002, p.140). Maricato (2002) cunhou esta expressão para nomear um problema estrutural de uma sociedade historicamente desigual, na qual os direitos não são assegurados para a maioria da população, sendo a *não cidade* a parte sempre ignorada na representação da *cidade oficial*. Isso porque não cabem nas categorias do planejamento, pois mostram semelhanças com as formas urbanas pré-modernas. Também não cabem no contexto do mercado imobiliário formal, e nem nos procedimentos dos levantamentos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As *não cidades* são habitadas por trabalhadores homogeneamente pobres, que quando se apropriam de terrenos públicos e privados, de forma individual ou organizada, a criam. São favelas, ocupações, cortiços, casas precárias e conjuntos habitacionais que geralmente estão nas periferias e nas áreas centrais desvalorizadas. Esses *sem-teto* em suas *não cidades* produzem o espaço urbano a partir de uma das formas de resistência à desigualdade socioespacial a que estão submetidos. Lá, eles não precisam sumir após a jornada de trabalho, pois estão no *locus* de sua reprodução (MARICATO, 2002).

Um dos fragmentos da *não cidade* de Juiz de Fora era a Vila Barroso, ocupação que resistiu mais de 14 anos e que mais adiante será apresentada como uma das formas de materialização do desenvolvimento desigual do espaço urbano de Juiz de Fora. Porém, essa realidade desigual não é específica da cidade. Ela é concretude desse movimento acelerado de urbanização, encarado como forma lucrativa de reprodução ampliada de capital, que gesta em seu bojo uma imensa massa de miseráveis que sobrevivem em condições sub-humanas.

De acordo com Menegat (2009), a partir dos anos 1970 com todo o processo de reorganização do modo de produção capitalista, observa-se o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. O número de *sem-teto* e de *não cidades* aumenta na mesma

velocidade em que a riqueza se acumula na mão de poucos, resultado do movimento vertiginoso da busca pela urbanização completa da sociedade. A autora afirma que esse processo se configura como a face urbana da barbárie, e o denomina de “*crise urbana*” (MENEGAT, 2009, p. 99). A seguir, ela explica a que se refere esta crise.

Observada a partir da nossa condição periférica no mundo ocidental, esta crise diz respeito ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e *sem-propriedade*, entre civilização e barbárie. Podemos acrescentar que a crise urbana alcança de maneira muito diferente as distintas classes sociais: a *classe dos proprietários* e a *classe dos sem-propriedade*. A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação [...] (MENEGAT, 2009, p.98).

A crise urbana trata-se de uma situação que não encontra precedentes na história da humanidade e reforça que, definitivamente, o extrato da classe trabalhadora mais empobrecido não tem direito a um lugar digno para sua sobrevivência. Além de terem seus antepassados expropriados do campo, não possuem condições mínimas para viver nas cidades, experimentando em seu cotidiano a experiência terrível de ser *sem-teto* e ter o futuro negado. O que se vivencia hoje é um panorama de miséria, violência e catástrofes, sejam elas oriundas de desastres ambientais ou por problemas de saúde coletiva, como epidemias e drogas.

Com a crescente materialização das desigualdades socioespaciais, a compreensão sobre a crise urbana se popularizou dentro da academia e também na mídia, a partir dos anos 1960. Essa e outras nomenclaturas, como desordem urbana, caos urbano e problemática urbana foram usadas para expressar a face cotidiana das transformações observadas na produção, na sociabilidade e na produção do espaço. Segundo Menegat (2009), passou a ser comum encontrar nos jornais dados e imagens da degradação da vida, assimilados à pobreza, instabilidade, insegurança, miséria e violência a que estão submetidos os moradores nas grandes e médias cidades.

A crise urbana não se trata de um problema restrito a algumas cidades e parcelas da classe trabalhadora. Ela atinge, mesmo que em proporções diferentes, as diversas localidades do mundo, pois está diretamente ligada a desigualdade na apropriação da riqueza. Atualmente é agravada pelo aumento do desemprego e do trabalho precarizado, e pelas ações articuladas entre alguns sujeitos, que reorientam e definem os usos do espaço rumo à urbanização generalizada da sociedade (MENEGAT, 2009).

A desigualdade socioespacial está no centro de um movimento de transformações em escala global que, rapidamente, vem concentrando a população nas cidades e submetendo parcelas significativas deste contingente à sobrevivência em condições indignas nas *não cidades*. Para Menegat (2009), é o futuro negado para uma parcela cada vez maior de trabalhadores pobres, o elemento central da crise urbana atual, sendo o crescimento constante da violência urbana, o seu maior indicador.

Se a crise urbana é marcada pela concentração sempre crescente dos pobres nas *não cidades*, pode-se observar, portanto, que a raiz da questão está na propriedade privada e no monopólio de determinados sujeitos sobre o espaço. Porém, esse processo envolve resistências ligadas às transgressões cotidianas de determinados sujeitos que agem no sentido garantir o valor de uso do espaço. Esse é o caso dos *sem-teto* da Vila Barroso, que lutaram durante anos contra a remoção, solicitando a urbanização de seu local de moradia. Mas os detentores do capital já possuíam objetivos claros para aquela área, localizada em uma das regiões da cidade que mais se valoriza, e agiram no sentido de liberar aquela porção do espaço para investimentos lucrativos. Esse foi apenas um dos acontecimentos que marcaram a expansão urbana de Juiz de Fora que, na próxima seção, será caracterizada como importante cidade média da Zona da Mata mineira.

3 AS DINÂMICAS DE EXPANSÃO URBANA EM JUIZ DE FORA NO CONTEXTO DE UMA CIDADE MÉDIA

A produção do espaço urbano de Juiz de Fora está intrinsecamente articulada aos intensos processos de urbanização vivenciados pelo Brasil nas últimas décadas. Também está ligada às dinâmicas mais gerais de reprodução do capital, que impõe a necessidade de transformações econômicas, sociais, políticas e técnicas, exigindo que as cidades e suas respectivas regiões desempenhem novos papéis.

No mundo globalizado, as cidades passaram a ser vistas como grandes empresas que incorporam processos de divisão do trabalho, diversificações de funções, estilos de vida e valores, sendo fundamentais para a reprodução capitalista global. Esse processo afeta a produção do espaço urbano das cidades, que se reproduzem em função dos anseios de acumulação de alguns sujeitos, que encontraram na venda e no aluguel do solo urbano uma forma rentável de valorização de capital (SOBARZO, 2008).

Quando o solo urbano se mercantiliza, a cidade também passa a ter um valor de troca, sendo essa uma condição essencial para a expansão espacial do capital. A conquista de uma maior mobilidade geográfica foi fruto da reestruturação produtiva⁶, com suas novas formas de organização da produção e do trabalho, e as inovações tecnológicas. Isso possibilitou a dispersão espacial das atividades de produção, marcada pela centralização das funções administrativas e financeiras nas regiões metropolitanas. Nesse processo, afirmam-se os grandes centros, mas aumenta a relevância de um grupo de cidades médias na rede urbana.

De acordo com Santos e Silveira (2001), a partir da globalização o mercado passa a ter novas exigências, necessitando ampliar a presença da tecnologia e da ciência, por isso foi preciso um novo meio geográfico para a sua realização, no qual as instâncias produtivas estão cada vez mais segregadas na aparência, apesar de serem interligadas em sua essência. Nesse contexto, os grandes centros assumem um papel de destaque, já que se configuram como espaços de excelência para a acumulação de capital pela elite local e a burguesia internacional. Entretanto, essa urbanização não se realiza de forma homogênea e equilibrada no espaço. Ao contrário, o que se vivencia são situações de grande diversidade, tais como a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; a periferização dos centros urbanos; a formação e consolidação de aglomerações urbanas de

⁶ A reestruturação produtiva foi debatida no item 2.2, da segunda seção deste trabalho.

caráter metropolitano e não metropolitano e a descoberta das cidades médias (CASSAB; MENDES, 2012).

Nas últimas décadas, as dinâmicas em curso nas cidades médias, categoria na qual Juiz de Fora se insere, permitem compreender a lógica do processo global de produção do espaço. Nota-se, recentemente, um crescente interesse de se estudar essas cidades brasileiras, porém, as pesquisas sobre a categoria iniciaram na década de 1970. Nesse período, o país vivia sob a ditadura civil e militar com suas políticas de ordenamento territorial que tinham a finalidade de reduzir a intensidade do fluxo migratório em direção às metrópoles.

A necessidade de controlar o crescimento das grandes cidades aparece na segunda metade do século XX, mesma época que a população brasileira residente nas áreas urbanas se tornou superior a moradora na zona rural. De acordo com os dados censitários apresentados pelo IBGE⁷, em 1940 aproximadamente 69% da população brasileira vivia no campo, em um universo de aproximadamente 41.236.315 habitantes. Nos anos seguintes o percentual de pessoas morando em áreas urbanas aumenta consideravelmente, mas é somente na década de 1970 que a população urbana ultrapassa o montante de pessoas residentes em áreas rurais. Segundo o Censo de 1970, o Brasil tinha 93.139.037 habitantes, dos quais 56% aproximadamente viviam em cidades.

A urbanização do Brasil provocou alterações importantes na dinâmica econômica, política e social, com efeitos no espaço geográfico, destacando-se a reestruturação da rede urbana, com o crescimento das cidades médias. Em suas primeiras definições, na década de 1970, elas enquadravam-se aquelas que possuíam entre 50 mil e 250 mil habitantes. Já em 1990, o critério populacional passou a ser entre 100 mil e 500 mil habitantes (SOBARZO, 2008).

Atualmente, os dados do Censo de 2010 demonstram que o país tem 245 cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, e apenas 38 totalizam um contingente maior que isso (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2015a). Entretanto, o critério estatístico não pode ser o único utilizado para se classificar um município como cidade média. Os dados demográficos podem até ser um indicador, entretanto deve-se levar em conta a realidade de cada localidade antes de fazer qualquer definição. M. E. B. Sposito (2006) afirma que para se conceituar o que é uma cidade média, há que se analisar a dimensão e a diversidade dos papéis desempenhados. A partir disso, a autora propõe uma definição, sendo: “as cidades médias aquelas que desempenham papéis

⁷ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano” (SPOSITO, M. E. B., 2006, p. 175).

Percebe-se que é a sua função de elo estratégico entre o espaço regional e o nacional a característica que marca as cidades médias. Por estabelecerem relações permanentes com o seu entorno, elas se colocaram como espaços ideais para absorver as unidades produtivas, agora descentralizadas pelo avanço geográfico do capital, possível com a reestruturação da produção.

Algumas empresas brasileiras ou transnacionais tendem a se deslocar para as cidades médias, onde se pode evitar os custos do elevado preço da terra e da força de trabalho. Entretanto, apesar de todo esse desenvolvimento recente, o processo estabelecido na rede urbana mantém a centralidade do poder nos grandes centros. Santos e Silveira, corroboram com essa afirmativa quando observam que as cidades médias apenas comandam os “aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 283). Nesse sentido, a tomada das decisões permanece nas metrópoles, cabendo às cidades médias o papel de atuar como espaço de transmissão e de comunicação com as regiões, contribuindo para a formação de uma massa urbana.

Como cada região possui inserções específicas, é necessária a análise de cada caso de forma aprofundada. Porém, o que se sabe é que as cidades médias interligam dinâmicas locais, nacionais e até internacionais, fato que obriga que seu estudo aconteça à luz de diferentes escalas, visto que é a intensidade dos fluxos e interações que possibilita entender o papel realmente desempenhado por essas cidades.

Segundo M. E. B. Sposito (2010), pode-se elencar 3 eixos ligados à dimensão econômica que marcam as cidades médias, são eles: a difusão do agronegócio; a descentralização espacial da produção industrial e a prestação de serviços especializados e comércio. Cabe ressaltar que muitas das vezes, essas atividades acontecem simultaneamente.

Algumas cidades médias são pontos da rede que estabelecem o contato entre o mundo rural, sobretudo, e o restante dos outros centros urbanos. Nesse sentido, a difusão do agronegócio contribuiu no estabelecimento de novas relações entre o urbano e o rural, visto que as dinâmicas de *modernização* da agricultura intensificaram-se no Brasil, refletindo um movimento em escala internacional, a partir do qual se ampliaram os nexos entre agropecuária, indústria, comércio e serviços, tornando ainda mais indissociáveis. Santos e Silveira (2001) apontam as cidades médias como supridoras de ciência, técnica e informação

para o campo modernizado, bem como de bens e serviços, além da demanda por um setor financeiro para administrar o grande fluxo de capital movimentado nas recentes atividades desenvolvidas. Assim, M. E. B. Sposito (2010, p. 5) afirma que a “cidade responde às demandas do campo, tanto quanto as orienta e redefine”.

Outro contingente de cidades médias se afirma a partir da descentralização espacial da produção industrial, mesmo com a perda de centralidade para o setor terciário. Atualmente, a indústria tende a se deslocar dos grandes centros em busca de terrenos maiores, de menor preço, força de trabalho mais barata e incentivos fiscais, e encontram nas cidades médias a infraestrutura necessária para a produção e circulação das mercadorias, garantindo seus lucros. Nessas condições, elas se constituem em importantes instrumentos de articulação espacial, visto que o centro administrativo geralmente permanece nas metrópoles.

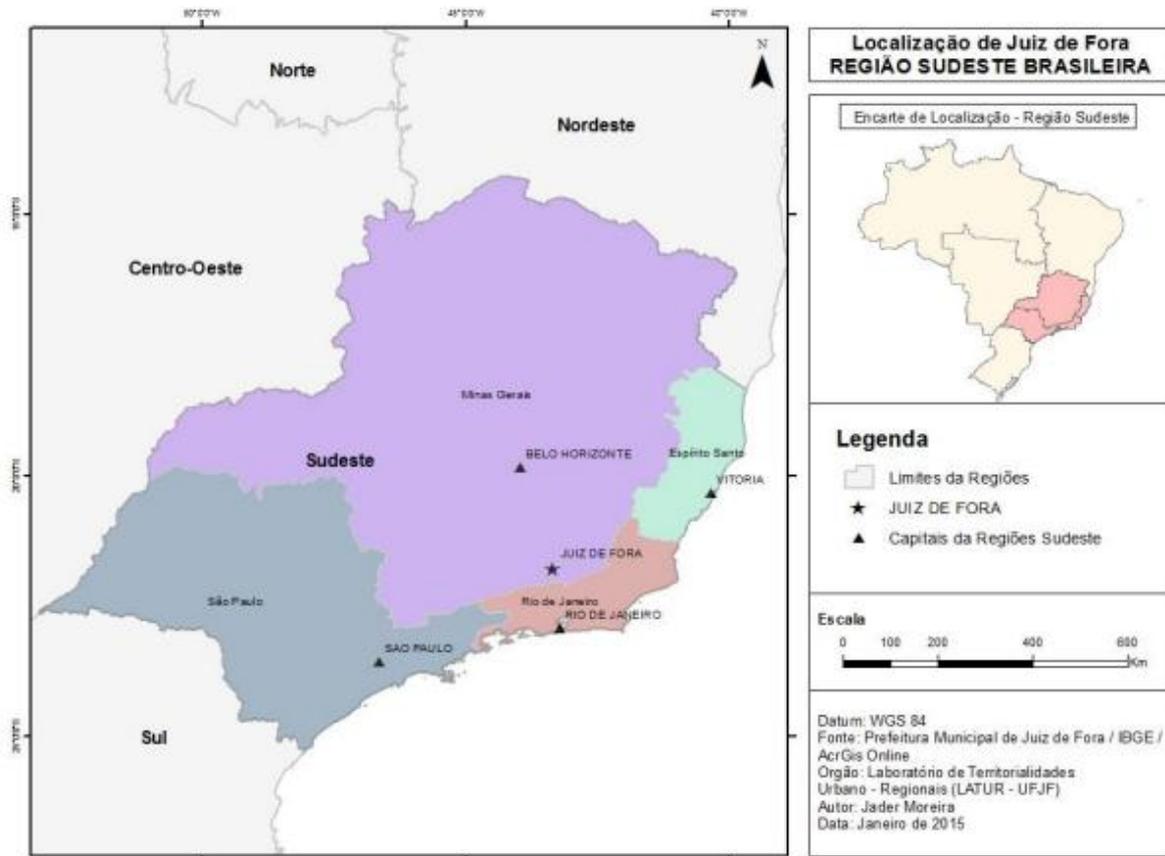
Por fim, algumas cidades médias se apresentam como referência a atividades comerciais e prestação de serviços públicos ou privados, tais como educação, saúde, cultura, desporto, lazer, etc., tornando-se elos importantes na rede urbana, uma vez que polarizam os moradores das cidades pequenas de sua região de influência.

Nesse contexto apresentado acima, Juiz de Fora será caracterizada. A cidade, por suas dinâmicas passadas e presentes, se afirma enquanto polo regional principalmente pela oferta de serviços, apesar de ter um número razoável de indústrias e de polarizar produção agrícola de alguns municípios da região.

3.1 JUIZ DE FORA E SEUS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

Localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, Juiz de Fora possui dimensão total de 1.429,875km². Desses, 446,551km² estão na área urbana e 983,324km² na rural, sendo dividida em 4 distritos: Sede, Torreões, Rosário de Minas e Sarandira. A cidade está no entroncamento da BR-040 e BR-267, entre três grandes centros nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), conforme observa-se no mapa abaixo (Mapa 1).

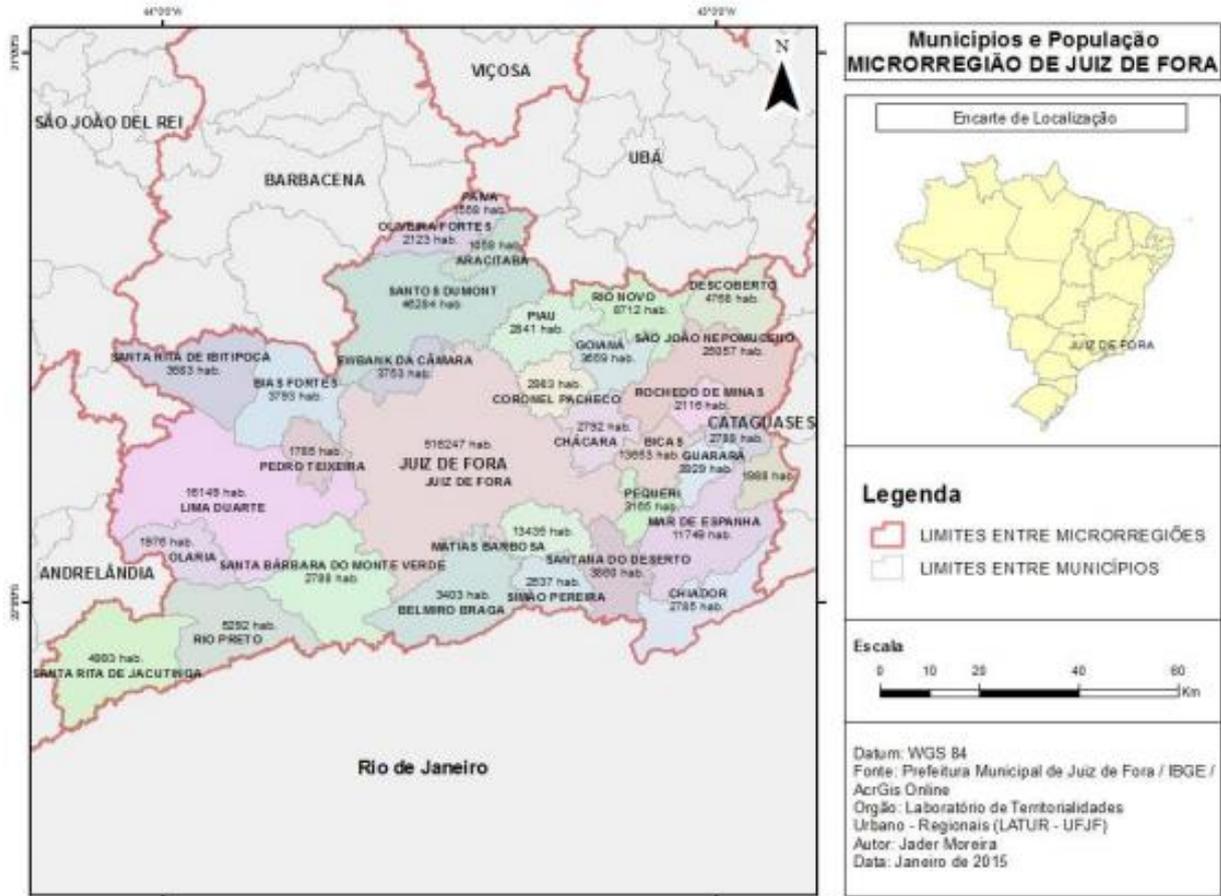
Mapa 1 – Localização de Juiz de Fora em relação à Região Sudeste brasileira



Fonte: Monteiro (2015, p. 80)

Juiz de Fora está na microrregião homônima da Zona da Mata mineira, que é composta por mais 32 municípios, somando uma população estimada em 728.602 habitantes. Dessas cidades, 24 apresentam população inferior a 5.000 pessoas, 2 possuem entre 5.000 e 10.000 habitantes, 6 têm entre 10.000 e 50.000 moradores, a saber: Mar de Espanha 11.749hab.; Matias Barbosa 13.435hab.; Bicas 13.653hab.; Lima Duarte 16.149hab.; São João Nepomuceno 25.057 hab.; Santos Dumont 46.249hab. Somente Juiz de Fora tem mais de 100.000, totalizando 516.247 habitantes, correspondendo a mais de 70% da população total residente na sua microrregião (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2015b). O Mapa 2, a seguir, espacializa esses dados populacionais

Mapa 2 – Municípios e população da microrregião de Juiz de Fora

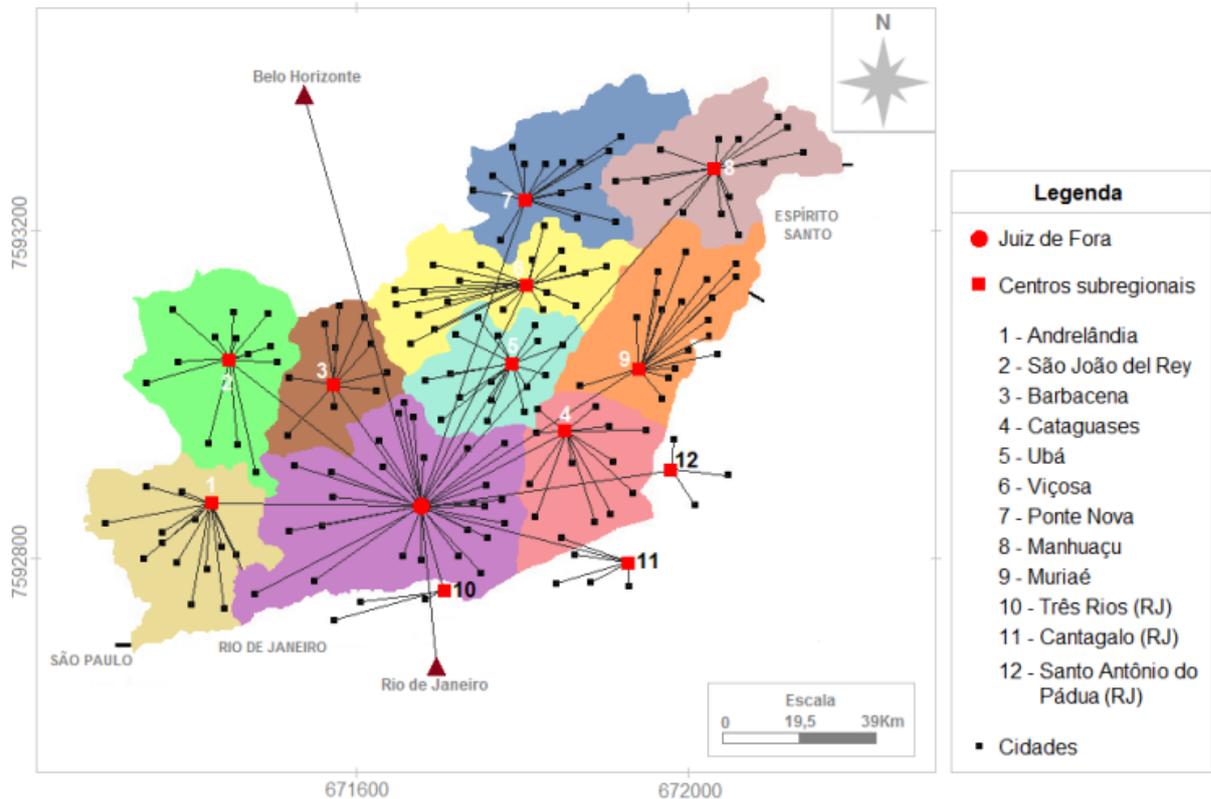


Fonte: Monteiro (2015, p. 82)

Juiz de Fora compõe o reduzido grupo das 38 cidades brasileiras que tem mais de 500 mil habitantes, sendo o maior e mais influente município da Zona da Mata⁸, assumindo papel polarizador no contexto regional. Por estar localizada entre grandes metrópoles, extrapola seu domínio para além das divisas estaduais, atingindo alguns municípios do Rio de Janeiro, incluindo os subcentros de Três Rios, Cantagalo e Santo Antônio do Pádua. O mapa abaixo permite observar essa polarização (Mapa 3).

⁸ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), Juiz de Fora aparece com papel de destaque nos “*Estudos das regiões de influência do Brasil*” desde 1966, sendo atualmente caracterizada como capital regional B, grupo composto por apenas 20 cidades. Por capital regional entendem-se os centros com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, sendo referência para um conjunto de atividades e para um grande número de municípios.

Mapa 3 – Área de influência de Juiz de Fora



Fonte: Geraldo (2014, p.42)

Tanto os dados populacionais, quanto a influência exercida em seu entorno são algumas das particularidades que conferem a Juiz de Fora características de uma cidade média. M. E. B. Sposito (2009), refletindo sobre as cidades médias e seus papéis principais, identifica-as como aquelas que:

[...] comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região. (SPOSITO, M. E. B., 2009, p. 19).

Historicamente, Juiz de Fora já polarizava a região através da intensa atividade industrial. O desenvolvimento do setor foi impulsionado pela construção da hidrelétrica de Marmelos em 1889, e teve seu melhor momento entre 1890 e 1914, quando o município totalizava 214 indústrias, quase todas no ramo têxtil ou alimentício. Esse acelerado processo

de industrialização foi acompanhado da urbanização e, rapidamente, Juiz de Fora se estrutura como uma cidade capitalista industrial (MONTEIRO, 2015).

Esse *boom* do setor secundário na cidade durou até meados da década de 1930, quando começa a demonstrar certo declínio devido a alguns fatores, tais como a industrialização de São Paulo e Belo Horizonte. A partir de então, uma série de medidas são tomadas para retomar o desenvolvimento econômico e reaquecer esse ramo da economia em Juiz de Fora. Uma importante tentativa ocorreu no final dos anos 1970 com a inclusão do município no projeto Centro de Porte Médio (CPM), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e gerenciado pelo governo brasileiro.

Nesse período, o país passava por diversas mudanças na rede urbana, sendo a década de 1970 um marco, pois a população das cidades ultrapassou a rural. Ao mesmo tempo, assistia-se ao desenvolvimento das comunicações e dos transportes, o que possibilitou o aumento e diversificação das interações espaciais e uma ampliação da divisão territorial do trabalho. A produção do espaço urbano nacional se alinhava a um modelo de desenvolvimento definido no âmbito do capital internacional, em função de sua melhor reprodução. A necessidade de acumulação sempre ampliada levou investimentos a determinados pontos da rede urbana brasileira e os processos de expansão atingiram as metrópoles e também várias cidades médias, sendo o projeto CPM um marco desse novo contexto em que essa categoria de cidades adquirem importantes papéis e passam a receber mais atenção do meio acadêmico.

Concomitante ao CPM, foram implantadas uma série de políticas públicas de ordenamento territorial que tinham como objetivo conter a migração para os grandes centros e metrópoles e criar polos de desenvolvimento em regiões periféricas. Essas políticas visavam alternativas para mudar a economia dos municípios escolhidos para o projeto, gerando novas escalas de produção e absorção de mão de obra, bem como novos ciclos de oportunidades baseados na atividade industrial (RODRIGUES, A. S. R., 2013).

O projeto CPM, que era vinculado ao Ministério do Interior e integrado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, atuou sobre as cidades classificadas devido à sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função regional significativa, buscando incrementar seu desenvolvimento. Propunha ações sobre três metas: investimento em infraestrutura e serviços urbanos, geração de emprego e renda e melhoria da administração pública (MENEZES, 2010).

Concomitante ao CPM, o estado de Minas Gerais elaborou, em 1975, o II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, que deu origem ao Programa Estadual de

Centros Intermediários (Proeci), que se propunha a traçar as diretrizes de ação pública para a região metropolitana de Belo Horizonte e para as cidades médias, com objetivos de disseminar o processo produtivo no espaço geográfico. Vale ressaltar que Juiz de Fora não foi incorporada ao Proeci porque já estava no CPM (RODRIGUES, A. S. R., 2013).

A cidade, que foi uma das primeiras a integrar o projeto CPM, teve como ação do poder público municipal a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento (Ipplan) em 1977, cuja função era institucionalizar o planejamento urbano local. Para isso, uma equipe especializada coordenou a implantação de mecanismos modernizadores, tais como o controle orçamentário, a proteção ambiental, o assessoramento técnico e a política de transporte e trânsito, entre outros. Sob a coordenação do Ipplan, três leis entraram em vigor: a Lei n. 6.908, de 31 de maio de 1986, dispondo sobre o Parcelamento do Solo; a Lei n. 6.909, de 31 de maio de 1986 sobre o Código de Edificações e a Lei n. 6.910, de 31 de maio de 1986, sobre o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. A legislação objetivava impor limites à desordenada expansão da cidade e induzir o crescimento para outras áreas, provocando a desconcentração das zonas saturadas e garantindo, pelo menos em tese, a possibilidade de implantação de planos urbanísticos.

Outra ação via CPM foi a criação de um Distrito Industrial, de área de 4.392.628m², na zona Norte da cidade, em 1973 (TASCA, 2010). O mapa a seguir apresenta a regionalização administrativa de Juiz de Fora e a localização do Distrito (Mapa 4).

Mapa 4 – Regiões Administrativas de Juiz de Fora e localização do Distrito Industrial



Fonte: Geraldo (2014, p.124)

Nesse período, a expansão industrial segue em direção às cidades médias devido à ausência de terrenos para ampliação e o processo de valorização da terra nos grandes centros. Isso acabou por promover um rearranjo da localização industrial, o que novamente possibilitou o reaquecimento do setor secundário na cidade. Através de negociações políticas e incentivos fiscais, Juiz de Fora atraiu grandes investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros para o Distrito Industrial, tais como a Siderúrgica Mendes Júnior e a Cia Paraibuna de Metais, que entraram em funcionamento em 1984 e 1980, respectivamente. Também para a zona Norte da cidade, como a Paraibuna de Papéis, a Becton Dickinson, a Facit/AB, a Dental Duflex, a White Martins, Master, dentre outras.

Segundo Pires (2006), a concentração de determinadas atividades em lugares específicos acaba por polarizar outras atividades, propagando em seu entorno uma nova dinâmica de desenvolvimento que envolve infraestruturas, equipamentos, serviços e também outras indústrias. Isso foi observado em Juiz de Fora, pois, a inserção dos parques industriais

na zona Norte abriu tanto novas possibilidades econômicas quanto gerou novos vetores para assentamentos na região.

O processo de produção do espaço urbano na zona Norte se deu na constituição de áreas industriais e na ampliação do sistema de transporte, como é o caso da criação do Ramal Suburbano, onde passou o Xangai durante os anos 1951 a 1996. Esse importante trem de passageiros ia do bairro Benfica à cidade de Mathias Barbosa, passando pelo centro. O trem, que era a melhor opção para deslocamento entre os lugares de moradia e trabalho, impulsionou a ocupação de áreas às margens da ferrovia para fins habitacionais. Isso porque a proximidade da residência ao local de trabalho é uma das estratégias para baixar o custo da reprodução da força de trabalho.

As novas indústrias, aliadas às políticas de expansão urbana do município atraíram migrantes vindos de cidades do interior de Minas Gerais e do estado do Rio de Janeiro, sendo a grande maioria composta por trabalhadores que buscavam melhores condições de vida. A tabela a seguir apresenta as fontes do crescimento populacional de Juiz de Fora nas décadas de 1960 e 1970 (Tabela 1).

Tabela 1 – Juiz de Fora: incremento demográfico e migração

Intervalos Censitários	Incremento demográfico	Por migração	%	Crescimento vegetativo	%
1960 / 1970	69.070	41.668	60,3	27.402	39,7
1970 / 1980	69.015	51.623	74,8	17.392	25,2

Fonte: Machado, 2010, p. 6

Os dados apresentados mostram a expressiva importância que a vinda de pessoas oriundas de outros municípios assume na configuração da população total da cidade. Na década de 1960, a migração chegou a 60,3% do incremento demográfico e a 74,8% nos 10 anos seguintes. Santos e Silveira (2001) analisam que essa atratividade foi comum a muitas cidades médias nessa época. E isso se deu por diversos motivos, tais como o êxodo rural, o acirramento da pobreza nas metrópoles, as possibilidades de trabalho, inclusive o intelectual e o mais qualificado; o que ocasionou o crescimento acelerado e problemas urbanos e sociais muito semelhantes aos vivenciados nos grandes centros.

A vinda desse contingente para Juiz de Fora pode ter contribuído para o aumento de alguns problemas urbanos, tal como a favelização no município. Nessa época, a falta de moradia começa a estampar os jornais locais. Abreu (2010) realiza um minucioso trabalho de

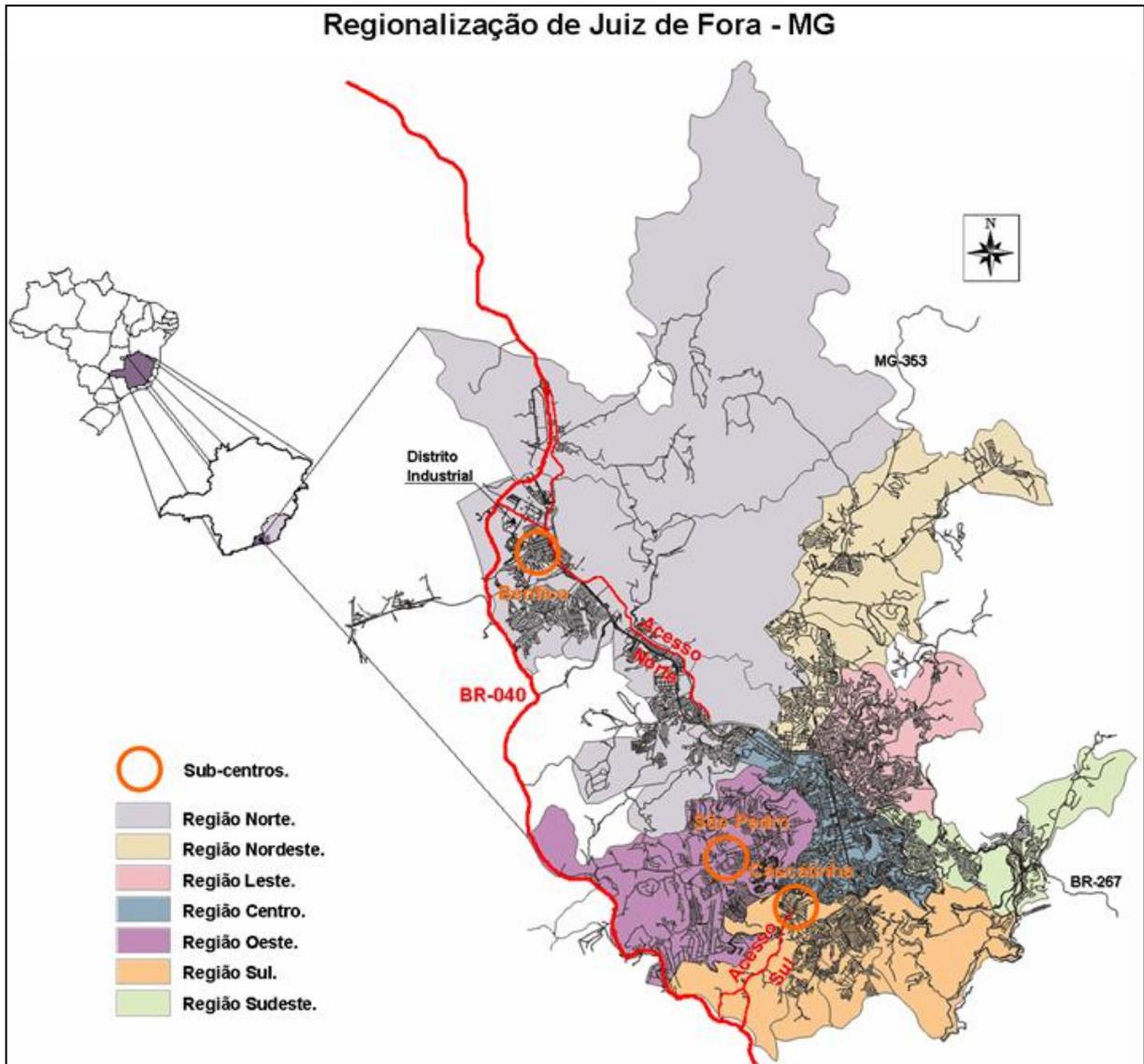
resgatar reportagens do jornal *Diário da Tarde* que se referiam à realidade habitacional da cidade. Dentre elas, está a que denuncia que as favelas atingiam cerca de 5% da população em 1972, com a ressalva de que estes dados estariam defasados. Outra matéria relata o despejo ocorrido em agosto de 1977, no qual moradores de uma ocupação no bairro Ladeira foram removidos e alojados em estábulos do Jockey Clube, bairro da região Norte.

Mas nem só trabalhadores foram atraídos para a cidade. As ações do CPM trouxeram sujeitos interessados em lucrar, através de rendimentos e ganhos financeiros. A instalação de indústrias nacionais e transnacionais nas cidades médias abriu as localidades para as variadas formas de capitais, sugerindo maior articulação com outros circuitos do capitalismo global à medida que representaram novas áreas de atração de investimentos industriais, comerciais e de serviços especializados que incorporam avanços tecnológicos, além de novos negócios e oportunidades. Porém, para atrair novos investidores, as cidades médias precisavam garantir as condições de giro do capital, sendo uma das premissas básicas, a presença de estradas que permitissem maior fluidez das mercadorias. Em Juiz de Fora, uma ação do projeto CPM nesse sentido foi a renovação e o novo traçado da BR-040, estrada que liga as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

A importância da BR-040 para o desenvolvimento do município é tanta, que a prefeitura costuma denominar o período posterior a 1970 como *Fase da BR-040*. Inaugurada em 1982, a estrada que teve o seu trajeto definido pelos Planos da Viação de 1964 e 1973, hoje reforça o papel de destaque regional de Juiz de Fora, em função da sua localização estratégica, no entroncamento de duas rodovias federais (BR-040 e BR-267). Além disso, o novo traçado é o aspecto mais determinante para a reorganização socioespacial do município oriundo do CPM, pois impulsionou um processo de ocupação que direciona o crescimento da cidade para as margens da estrada (GERALDO, 2014).

Esta grande obra da BR-040 inseriu novos territórios para o mercado imobiliário, valorizou algumas áreas, resultou no surgimento de bairros e influenciou a expansão urbana de Juiz de Fora (MENEZES, 2010). A Figura 1, a seguir, permite visualizar o crescimento das aglomerações urbanas, e os respectivos subcentros que se consolidaram no entorno dos acessos à rodovia.

Figura 1 – Croqui da regionalização de Juiz de Fora e o traçado da BR-040



Fonte: Latur (2011 apud GERALDO, 2012, p. 3).

Em seu trabalho, Geraldo (2014) discute a expansão e a ocupação urbana em direção à BR-040. A autora observa que a administração municipal já previa a estruturação de um novo eixo econômico na cidade, próximo à rodovia, em contraposição ao eixo noroeste-sudeste na várzea do Rio Paraibuna. Entretanto, essa expansão só se concretiza a partir da década de 1990, com os acessos Norte e Sul, que geraram uma nova dinâmica tanto na Avenida Independência quanto na sua continuação, a Avenida Deusdedith Salgado (saída da cidade pela BR-040/ ligação com a zona Sul), bem como na BR-267 (saída da cidade pela porção sudeste) e também na Avenida Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, a estrada impulsionou a valorização do Distrito Industrial e a urbanização da própria rodovia, que passou a servir de complemento à malha viária existente.

Em uma economia em que a circulação ganha um papel preponderante, Santos (2006) reforça a importância da melhoria das estradas para a fluidez da produção, afirmando que “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2006, p. 186). Isso acontece porque produção e consumo estão cada vez mais dispersos espacialmente e o processo produtivo precisa das melhores condições para a ligação entre essas esferas. Nesse contexto, as rodovias como a BR-040, garantem uma circulação rápida, com a transformação da mercadoria em capital realizado.

O tempo de giro do ciclo do capital deve ser o menor possível, mesmo com o processo global da produção, por isso a circulação prevalece. O próprio padrão geográfico é definido por ela, já que esta modifica a organização espacial e detém o comando da valorização do espaço (ARROYO, 2006). A medida que a reprodução é ampliada, reproduz-se não só o capital, mas também o espaço, com sua contradição entre o uso e apropriação privada. Quanto a isso, pode-se observar que os vetores de crescimento e valorização da cidade estão em sentido à BR-040, que abriga em uma de suas margens, a Vila Barroso.

Além do novo traçado da BR-040, o CPM teve como resultado a reurbanização do centro, o redirecionamento de novas vias de acesso à cidade e a reestruturação do sistema de transportes, representando a preparação do município para a retomada de sua industrialização, que desde as primeiras décadas do século XX, estava estagnada e perdendo centralidade para o setor de serviços.

Embora tenha contribuído para a implantação de nova estrutura industrial, geração de empregos e crescimento salarial, foram poucos os impactos do CPM, que encerrou suas atividades em Juiz de Fora na década de 1980. Isso porque com a crise do final dos anos 1970 e início de 1980, o país passou por um momento de recessão econômica que resultou na diminuição dos recursos públicos, comprometendo a vinda de novas empresas e não propiciando a continuidade do efeito multiplicador de renda e emprego no município. Junto a isto, a ausência de políticas visando a atração de fornecedores ou mesmo as que preparassem os empresários locais para o atendimento das novas demandas também agravou a situação.

Os investimentos do projeto não impulsionaram a economia juiz-forana conforme o esperado e o município foi perdendo importância no cenário nacional. Entretanto, não foi apenas em Juiz de Fora que o CPM gerou poucos impactos. Segundo Steinberger e Bruna (2001), os resultados insuficientes não foram um caso específico da cidade, perpassando diversos projetos de investimentos da década de 1970. Elas avaliam que as iniciativas foram

pensadas em nível nacional e desvinculadas das regiões em que foram implantadas, estabelecendo poucas relações com o sistema produtivo local.

As autoras (STEINBERGER; BRUNA, 2001) também comentam a ineficácia das políticas urbanas nacionais desse período, elencando três contradições: sua pouca relação com as políticas econômica, setorial e regional; a fragilidade institucional dos órgãos que a comandaram; e a excessiva centralização de poder nas mãos da União. No que tange a desvinculação com as políticas, elas observam que isoladamente qualquer política urbana é fadada ao insucesso, apesar das realizações pontuais que alcançassem. Quanto à fragilidade dos órgãos que coordenaram a implantação da política urbana, constata-se que eles permaneceram sempre em posição secundária, subordinados a ministérios que não compreendiam a real importância dessas políticas. A terceira contradição é que o programa nasceu e foi implantado no contexto de um sistema de planejamento centralizado pela União e com uma autonomia municipal limitada pela Reforma Tributária de 1966 e pelas Constituições de 1967 e 1969. Isso gerou uma dependência financeira e política dos municípios e dos estados com relação ao poder central, o que resultou em dificuldades de coordenação entre órgãos setoriais estaduais e nacionais e uma limitada capacidade de gerenciamento por parte das administrações locais.

O panorama de decadência pelo qual passava Juiz de Fora no fim da década de 1980 não estava descolado da realidade mundial, que apresentava graves sinais da crise estrutural do capitalismo. Para se recuperar, a burguesia precisou centrar seus investimentos na internacionalização, competitividade econômica e urbanização. Essas ações beneficiaram as grandes cidades que se adaptaram facilmente à nova ordem, marcada pela globalização do capital e pela fragmentação da produção, pautada principalmente pelo desenvolvimento das telecomunicações, por novas formas de organização do trabalho e pela ampliação do setor de serviços.

No Brasil, o fim da década de 1980 e os anos 1990 foram de grandes dificuldades financeiras, numa conjuntura de reestruturação econômica mundial e adoção de políticas neoliberais. Com o foco nas metrópoles, as cidades médias enfrentaram o desafio de afirmação e integração ao sistema global e nacional. Para se manter nessa difícil conjuntura, Juiz de Fora busca demarcar o seu papel na região e na rede urbana brasileira desenvolvendo ações que preparassem seu território para inserção no sistema produtivo globalizado, tal como a criação de infraestruturas. Dentre elas estão o arrendamento do trecho da ferrovia Central do Brasil, a implantação do gasoduto e da rede de fibra ótica, a construção da primeira estação de

tratamento de esgoto e da usina termelétrica. Iniciativas que tiveram o claro objetivo de atraírem novas empresas.

Sobre a corrida das cidades médias para investir em infraestruturas e equipamentos, Santos (2006) comenta que a produtividade e a competitividade das corporações deixaram de ser questões internas à empresa, envolvendo também os atributos dos lugares onde se situam. Nesse sentido, alguns locais possibilitam maior ou menor produtividade em função de suas virtualidades. O autor propõe a noção de produtividade espacial ou produtividade geográfica, para se referir a valorização de determinados lugares em função de seus atributos. Sem diminuir a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem nesse processo.

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). (SANTOS, 2006, p. 166).

A partir da posição ofensiva de Juiz de Fora, intensifica-se a implantação do capital globalizado na cidade, marcado pela vinda de grandes corporações, tais como a Belgo, que arrendou a Siderúrgica Mendes Júnior, e fundiu com a anglo-indiana Mittal, criando o grupo Arcelor Mittal; a Votorantim, que comprou a Paraibuna Metais; a Brasil Center, subsidiária da Embratel Participações; e a Daimler Chrysler, montadora da Mercedes Benz. Concomitante a vinda dessas empresas, algumas consequências sobre o espaço urbano passam a ser percebidas, dentre elas se destaca o acirramento da atratividade que Juiz de Fora já exercia sobre sua circunvizinhança, o que ocasionou no aumento do número de moradias precárias e também de condomínios fechados.

Em especial, o caso dos migrantes que se deslocaram de suas cidades atraídos pelas propagandas que a administração municipal fez sobre os benefícios da vinda da Mercedes, importam a este trabalho. Isso porque os primeiros moradores da Vila Barroso vieram interessados nas oportunidades de emprego que a empresa ofereceria. Na seção dedicada à ocupação, esse assunto será aprofundado.

Com o início das operações em 1999, a chegada da Mercedes Benz⁹ em Juiz de Fora foi um marco das concessões que o poder público local e o governo estadual fizeram na

⁹ A Mercedes-Benz é uma marca alemã de automóveis pertencente ao conglomerado mundial da DaimlerChrysler, de capital alemão e estadunidense. Há alguns anos, o grupo se dissolveu e o nome Daimler

ânsia em dinamizar a economia da cidade. O município, que disputou com outras cidades médias, ofereceu uma série de vantagens e incentivos firmados através da assinatura do Protocolo entre o estado de Minas Gerais e a empresa, que beneficiava a montadora com financiamentos e isenções fiscais por um período de dez anos, além de um terreno de 2,8 milhões de m² com infraestrutura, vias de acesso e terminal ferroviário. Em contrapartida, a Mercedes deveria realizar investimentos fixos de, no mínimo, R\$ 400 milhões de reais; gerar cerca de 1.500 empregos utilizando preferencialmente mão de obra local. Porém, quando a empresa se instalou em Juiz de Fora, as novas tecnologias já permitiam as fábricas automotivas a trabalhar com a produção altamente automatizada, o que demandou pouca e especializada mão de obra. Somado a isso, montadora tinha uma cadeia produtiva inserida e ajustada a uma logística de nível internacional, não necessitando da criação de uma cadeia local, reduzindo ainda mais as possibilidades de geração de empregos. Estes fatores fizeram a instalação da empresa não corresponder às expectativas de sua vinda para a cidade. Segundo Pires (2006), isso ocorreu devido às estratégias distintas dos dois sujeitos envolvidos: o poder público e a administração da Mercedes.

As dinâmicas territoriais implícitas [...] resultam da coordenação possível de duas estratégias. De um lado, da construção de um projeto de desenvolvimento definido e colocado em ação pelos atores públicos e privados; esse é um novo campo para as políticas públicas locais. De outro lado, da perspectiva das empresas desenvolverem uma estratégia de utilização dos recursos locais a fim de otimizar suas condições de produção ou de criação de novos recursos. (PIRES, 2006, p. 53-54).

Muito se falou sobre a vinda da montadora, mas a empresa não impactou o município como esperado. A. S. R. Rodrigues (2013) analisa que com a fragmentação do processo produtivo e a busca exacerbada de vantagens, se não há estreitas relações entre as empresas que se instalam nas cidades e as firmas locais e/ou regionais, o crescimento previsto talvez ocorra em outros lugares, principalmente onde estão situadas as sedes das grandes empresas. Isso porque é para essas localidades que os lucros são direcionados, não necessariamente voltando como investimentos para a cidade que os produziu.

Pensando no contexto geral, a chegada desses grandes grupos, que em sua grande maioria se localizaram na zona Norte da cidade, próximo à rodovia federal BR-040, motivou uma nova descentralização e ocupação do território, visto que diversas infraestruturas e equipamentos foram implantados na região. Além disso, foram disponibilizados benefícios

AG foi adotado pela empresa, que possui ações de uma série de marcas de carro, ônibus, caminhões e motocicletas. Além disso, também é fornecedora de serviços financeiros. (ACORDO..., 1997).

para pequenas empresas, comércio e prestação de serviços; e estímulos para novos usos habitacionais.

Esses investimentos buscavam alavancar a economia da cidade e acabaram por e criar um verdadeiro polo industrial e habitacional na zona Norte. A região recebeu a grande maioria dos investimentos em habitação popular e, junto com a região Oeste, foi responsável por mais de 50% dos loteamentos do município entre os anos 1960 a 2008 (LAWALL, 2010). Essa ação do poder público reforçou o desenvolvimento desigual de reprodução do capital e da força de trabalho nesse eixo de Juiz de Fora.

Outras especificidades da região serão apresentadas mais adiante no texto, porque esta é a área do município que abriga o maior número de ocupações urbanas, dentre elas, a Vila Barroso. Por ora, o importante é ressaltar que a vinda do capital globalizado não se deu sem desigualdades no espaço urbano de Juiz de Fora e nem sem conflitos com as cidades circunvizinhas. A necessidade de atrair novos investimentos fez, em 2005, o estado do Rio de Janeiro promulgar uma Lei que determinava a redução para 2% do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) por até 25 anos para as indústrias que se instalassem em seus municípios. Fato que obrigou a prefeitura de Juiz de Fora a tomar algumas iniciativas com novas políticas fiscais para a manutenção das empresas já sediadas na cidade e para a atração de novas.

“O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia” (SANTOS, 2006, p. 167). Os lugares estão competindo para se colocar como possibilidade à acumulação. O exemplo de Juiz de Fora é um dos muitos que caracterizam o que Milton Santos (2006, p. 166) chamou de “guerra dos lugares”, na qual localidades disputam entre si para atrair empreendimentos e serem incluídas na lógica do capital, tendo o Estado um papel determinante nesse processo.

Esse conflito iniciou uma importante retração do setor industrial de Juiz de Fora, caracterizado pela perda de novos investimentos e pela transferência de algumas indústrias instaladas na cidade para o Rio de Janeiro. Entretanto, essa guerra se intensifica quando o estado de Minas reage através de um decreto que autorizava a adoção de medidas de proteção à economia mineira em face da concorrência de outros estados, com foco especial na Zona da Mata, efetivada através de incentivos fiscais, dentre eles, a redução do ICMS.

A guerra fiscal concomitantemente enseja a construção de novas fábricas em regiões sem tradição industrial, dissipa recursos públicos e diminui ou extingue unidades produtivas em regiões já industrializadas. E tais políticas alicerçadas na distribuição de incentivos, subsídios e isenções fiscais, como as já mencionadas anteriormente, facilitam a transferência de recursos públicos para o setor privado. (ARBIX, 1999 apud RODRIGUES, A. S. R., 2013, p. 118).

Segundo Cassab e Mendes (2012) a prefeitura da cidade aproveitou o momento e adotou algumas medidas previstas no seu Plano de Desenvolvimento Econômico, que se “assentam em três frentes estratégicas: logística, inovação, capacitação” (CASSAB; MENDES, 2012, p. 5). No que se refere à infraestrutura logística, valoriza-se a existência de rodovias, ferrovias e, principalmente, a promessa de um aeroporto regional, que ainda não cumpre seu principal objetivo de colaborar com o desenvolvimento econômico da região.

As condições de acesso à cidade são fundamentais para sua inserção na rede nacional e são consideradas como elementos chave para garantir a atração de investimentos e servir de local para a instalação de empresas, mas não é esse o único critério. Tem-se a necessidade de inovações tecnológicas. Hoje, Juiz de Fora possui um amplo sistema de telecomunicações e fibra ótica, gás natural, energia elétrica e água para consumo industrial. Por fim, na capacitação, constam as diversas instituições de ensino e pesquisa situadas no município.

Ainda é cedo para analisar os resultados dessas novas políticas de atração de grandes empresas, mas é certo que a cidade mantém sua posição estratégica nas dinâmicas regionais, principalmente quanto à oferta de serviços. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (JUIZ DE FORA, 2004), as principais atividades econômicas do município são as do setor terciário, seguido do industrial e do primário, sendo este último o de menor expressividade na geração de riqueza para a cidade. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos empregos formais gerados por esses três setores no município no ano de 2013.

Tabela 2 – Distribuição dos empregos formais por setor da economia em 2013

Setor	Postos de trabalho formal	Participação na geração de empregos formais (%)
Primário	1.282	0,83
Secundário	30.744	20,01
Terciário	121.584	79,15
Total	153.610	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013a).

De acordo com esses dados, a cidade tem 153.610 trabalhadores com empregos formais, sendo 1.282 na agropecuária e extrativismo, 30.744 na indústria de transformação e 121.584 nos serviços, totalizando expressivos 77,49% do total (BRASIL 2013a). Com renda média mensal *per capita* de R\$ 106,03, o município participou com 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais em 2012, sendo o quinto do estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014).

Os dados apresentados reforçam o papel que Juiz de Fora assume no contexto regional. A cidade polariza a região através da oferta de serviços, principalmente os vinculados à saúde e educação. O município conta com uma diversidade de cursos pré-universitários, colégios de ensino médio e também escolas de formação profissional e técnica, dentre os quais se destacam o Instituto Federal de Educação Tecnológica Sudeste de Minas Gerais (IFET/Sudeste), a Embrapa, o Senai e o Instituto de Laticínios Cândido Tostes. Além disso, possui uma universidade federal - a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que tem o total de 18.868 alunos matriculados e mais 2.132 servidores e professores (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, [c2009-2014]). Segundo A. S. R. Rodrigues (2013), a universidade impulsionou a atratividade da cidade porque foi a primeira instituição federal da região, abrangendo Zona da Mata, Campo das Vertentes e municípios do estado do Rio de Janeiro.

A cidade possui outras 14 faculdades, das quais 9 foram criadas após o ano 2000. A microrregião abriga 23 instituições de ensino superior, sendo que 15 delas estão situadas em Juiz de Fora, ou seja, 60,86%. Outra informação importante é que dos 33 municípios componentes da parte centro-sul da Zona da Mata, 27 não apresentam qualquer faculdade, o que obriga seus moradores a se deslocar para outras cidades para estudar. Esse movimento ocorre principalmente em direção a Juiz de Fora, pela quantidade de instituições e cursos, reforçando o papel polarizador do município (RODRIGUES, A. S. R., 2013).

Além de referência em educação, o município cumpre um papel de polo da macrorregião Sudeste no âmbito da saúde pública estadual, da qual fazem parte 94 cidades. Em sua tese, A. S. R. Rodrigues (2013. p.151) apresenta alguns dados interessantes sobre a polarização do município no que tange a saúde. Em 2011, a frequência por leito hospitalar mostra que dos 55.006 internamentos registrados, 14.477 foram de oriundos de outras cidades. Quanto aos atendimentos ambulatoriais, dos 8.800.485 registros, 4.939.140 se referiam a pacientes residentes em outros municípios.

O deslocamento desses pacientes se dá, principalmente, devido aos equipamentos de maior densidade tecnológica para tratamento e diagnóstico de doenças que Juiz de Fora

possui. A cidade abriga a sede da instituição de saúde Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (Acispes), parceria público-privada, criada em 1996. Vizinho a ela, está o Hospital e Maternidade Terezinha de Jesus, uma parceria entre a prefeitura e a Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde (Suprema). Na mesma avenida ainda há a Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora (Ascomcer), e o hospital particular Monte Sinai. Recentemente, a cooperativa médica Unimed, adquiriu um terreno na Av. Deusdedith Salgado, próxima à rua que abriga as outras instituições de saúde, e está construindo um hospital regional que atenderá pacientes conveniados, que segundo a Agência Nacional de Saúde totalizam 127 mil clientes.

A cidade também sedia algumas atividades ligadas à administração pública regional, tais como: a Comarca da Justiça Federal, Defensoria Pública da União, Advocacia Geral da União, Comarca da Justiça Estadual, Defensoria Pública Estadual, Advocacia Geral Estadual e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Esses serviços também provocam uma movimentação intensa no município.

Muitas das vezes, a vinda para Juiz de Fora é a única forma de garantir o acesso aos serviços básicos. Por isso, as pessoas migram para a cidade ou vem esporadicamente para sanarem suas necessidades. Nota-se, que a tendência à concentração populacional no município tem se acentuado, e que sua principal causa deve ser atribuída ao setor terciário. Sobre isso, M. E. B. Sposito (2007) comenta que sistematicamente vem-se “fortalecendo os papéis das cidades médias no cumprimento de funções e no oferecimento de bens e serviços para moradores de cidades pequenas e de áreas rurais de municípios de diferentes tamanhos” (SPOSITO, M. E. B., 2007, p. 44).

Corroborando com Santos e Silveira, que afirmam que as cidades médias funcionam como “[...] produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280), pode-se entender que os dados apresentados sobre a educação e a saúde em Juiz de Fora contribuem na tentativa de compreensão do processo de reestruturação espacial que vem ocorrendo no município, pois reforçam o importante papel exercido no cenário regional.

Além dos serviços, também o comércio atrai pessoas para a cidade. Nas últimas décadas, a abrangência dos mercados regionais tem se ampliado através da modernização dos transportes e das comunicações, permitindo a estruturação de redes de múltiplas filiais, que vão desde supermercados a drogarias passando por *shopping centers* (SPOSITO, M. E. B., 2007). Esse estímulo ao consumo, aliado às necessidades básicas são o principal fator para a concentração populacional na cidade, sendo este um setor fundamental nos processos de

produção do espaço, pois têm influência decisiva na determinação da densidade e da expansão espacial do município. Estão vinculados a configuração de novos fixos e fluxos, que alteram as dinâmicas do entorno de onde se situam, principalmente devido aos deslocamentos populacionais em busca desses serviços. Esse contingente atrai investimentos para a região e, assim, pode ocorrer maior valorização da terra e transformações mais intensas do ambiente construído, o que torna a cidade ainda mais atraente ao capital, inclusive o imobiliário.

O setor imobiliário oferece muitas possibilidades de lucro em períodos de crescimento econômico e também serve de saída para os momentos de crise. Com isso, o poder dessas empresas se ampliou tanto, podendo tornar-se o principal ramo da reprodução capitalista (BOTELHO, 2007). Em Juiz de Fora, nota-se a crescente influência desse setor. Recentemente, a cidade se transformou num canteiro de obras, principalmente nas regiões Sul, Oeste e Centro, onde estão sendo construídos projetos residenciais, industriais e específicos para o comércio e serviços. Dentre alguns exemplos, estão os três novos hotéis: Ibis Hotel (grupo europeu Accor), Linx Hotel (GPJ Hotéis e Resorts) e Nobile Express, (rede Nobile), todos eles envolvendo bandeiras com forte atuação no mercado nacional e que irão operar com suítes locais, negociadas a 240 mil reais em média. Também aportou no município a incorporadora João Fortes Engenharia, do Rio de Janeiro que, em parceria com a Performance Empreendimentos Imobiliários, construiu um complexo arquitetônico que reúne edificação residencial, salas comerciais e lojas. Nesses mesmos moldes são os empreendimentos Independência *Trade Center* e Rossi *360 Home & Business*, anexos ao *Independência Shopping*.

Com o cenário econômico favorável dos últimos anos, a cidade vivenciou o aumento no número de projetos imobiliários e o emprego pleno na construção civil. Alguns dados do Conselho Regional de Corretores de Imóveis demonstram esse dinamismo no setor: de 2003 até 2013, o número de imobiliárias aumentou 235,71%, e os corretores registrados passaram de 348 para 1.006 no mesmo período. Cabe ressaltar que na cidade só há um curso de formação nessa área, denominado “*Transações Imobiliárias*” e ministrado pelo IFET/Sudeste.

De acordo com Cassab e Pinto (2013, p. 2), “a expansão urbana de Juiz de Fora acompanha a lógica clássica da expansão em salto na qual vazios urbanos são mantidos como reservas especulativas, tendo seu valor ampliado a partir da implantação da infraestrutura básica”. Vale ressaltar que apenas 23% da área considerada legalmente urbana é de fato ocupada. É por isso que atualmente se configuram investimentos em fixos territoriais, resultando em valorização do espaço, ampliação do consumo e ofertas de emprego.

A administração municipal de Juiz de Fora aprova e apoia a implantação de loteamentos, condomínios, etc., ao conceder incentivos fiscais, tais como isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre a transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para empreendimentos com área total útil de, no mínimo, 70 mil metros quadrados destinados a abrigar firmas nos setores industriais, de logística, comerciais de distribuição e de prestação de serviços (com exceção das empresas cujas vendas ou serviços ocorram diretamente no varejo) (RODRIGUES, A. S. R., 2013).

Esses novos empreendimentos localizam-se, principalmente, no Distrito Industrial ou próximos a BR-040, entre as zonas Oeste e Noroeste do município. Como hoje a mobilidade se tornou praticamente uma regra do capitalismo, as empresas buscaram se posicionar estrategicamente nas vias de acesso à cidade, que também servem para escoar a produção.

A nova demanda por terrenos neste trecho da rodovia BR-040 repercute diretamente no preço e disponibilidade de terras. A área concentra cerca de R\$ 340 milhões em investimentos, entre negócios em fase de implantação e por inaugurar, conforme dados disponibilizados pela Federação das Indústrias de Minas Gerais Regional Zona da Mata (FIEMG) (COSTA, 2011).

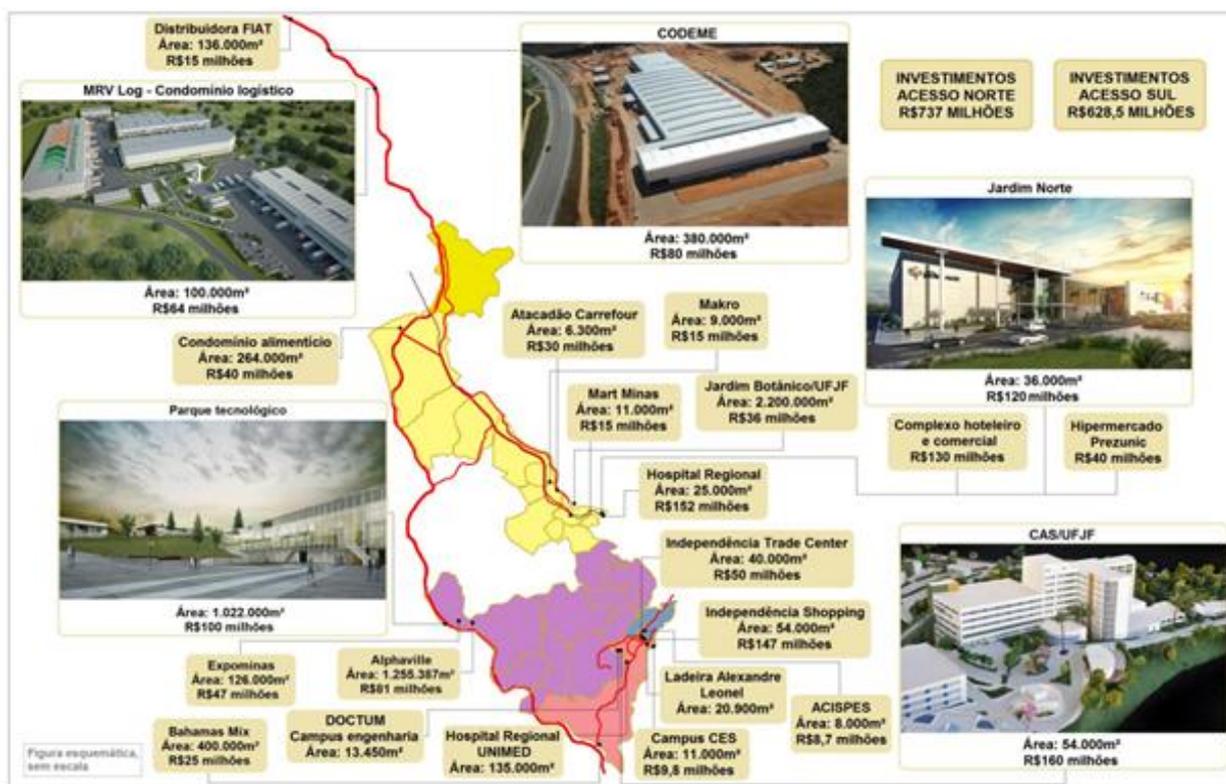
Aliado a isso está o interesse das empresas pela cidade, fato que impulsiona o crescimento empresarial para a região Norte, agora altamente valorizada. O preço do metro quadrado, em lotes com infraestrutura nos dois distritos industriais varia de 35 a 50 reais, sendo que na rodovia o metro quadrado de terrenos sem infraestrutura custa até três vezes mais, ou seja, entre 40 e 150 reais (RODRIGUES, A. S. R., 2013).

Dentre os investimentos recentes situados próximos à BR-040, cabe citar a Codeme, que implantou uma unidade de produção de estruturas metálicas; o centro de distribuição da Fiat Automóveis, ainda em fase de instalação; a MRV Logística, braço da área de logística da construtora mineira MRV Engenharia e Participações S/A, está construindo um condomínio logístico na cidade; a Rodoviário Camilo dos Santos está se mudando de Matias Barbosa para Juiz de Fora, tendo para isso adquirido uma área de 150 mil metros quadrados na BR-040. Outra empresa local, a Trans-Herculano, também está construindo um centro logístico em uma área de 200 mil metros quadrados próxima da mesma rodovia. Além disso, a montadora de automóveis Mercedes Benz, que já abriga quatro empresas (Grammer do Brasil, Maxion, Randon e Seeber), sinaliza sua vontade de ampliar seu parque de fornecedores para sediar firmas terceirizadas e parceiras na produção de caminhões.

Enquanto as indústrias têm interesse nas proximidades do acesso Norte, em função da maior oferta de infraestrutura, no caso dos empreendimentos habitacionais voltados principalmente para os consumidores de alta renda ou classe média, a busca é por lotes mais próximos da zona Oeste, por conta da concentração de condomínios residenciais. Dos 27 loteamentos fechados existentes em Juiz de Fora, 17 estão dentro da Região de Planejamento¹⁰ (RP) São Pedro e 20 próximos à BR-040 (GERALDO, 2014).

Um caso emblemático que movimentará cerca de 81 milhões de reais é o Alphaville. O condomínio que está em implantação, se situa na margem da BR-040 nas proximidades da Represa São Pedro. Tem dimensão total de 2.388.108 m², dos quais 25.590 m² são destinadas a um clube, 1.255.387m² de área verde, 305 lotes residenciais e 8 praças, sendo o primeiro loteamento fechado com o uso misto na cidade. A imagem abaixo ilustra os grandes investimentos localizados no entorno da BR-040 (Figura 2).

Figura 2 – Grandes investimentos localizados no entorno da BR-040



Fonte: Geraldo (2014, p. 212).

¹⁰ Em 2000, com o objetivo de facilitar a gestão territorial, o PDDU apresenta a área do Perímetro Urbano de Juiz de Fora dividida em Regiões de Planejamento, que por suas subcentralidades, acabaram tornando-se as principais células de estudos e planejamentos para a prefeitura. Atualmente, o material em desenvolvimento que subsidiará as propostas do novo Plano Diretor, propõe outra organização espacial. Neste trabalho, será utilizado como referência o Plano (JUIZ DE FORA, 2004) ainda em vigor.

Ao todo, o município tem cerca de 15 milhões de metros quadrados cortados pela BR-040, que agora passaram a integrar a área de especial interesse econômico (com condições tributárias diferenciadas), antes restrita ao Distrito Industrial. Os benefícios fiscais, que foram aprovados pela Câmara de Vereadores, não agradaram muito as empresas que acreditam que “a única possibilidade de reverter esse cenário, é a desapropriação pelo Poder Público”, dos terrenos às margens da rodovia, como ressalta o representante da FIEMG em entrevista concedida ao jornal Tribuna de Minas (COSTA, 2011)¹¹.

Essa pressão exercida pelos empresários acaba por influenciar a ação do Estado. Arroyo (2006) observa que essa movimentação em prol de determinados objetivos se dá em grupo e não por firmas individualmente. A articulação política das grandes empresas está relacionada a aspectos estratégicos, como as relações com o poder público e suas decisões de investimento. Em Juiz de Fora, o posicionamento da FIEMG acabou por influenciar a prefeitura da cidade e as desapropriações já estão acontecendo. Em 2011, 120 famílias foram despejadas de uma área da prefeitura que haviam espontaneamente ocupado. O terreno, à margem da rodovia, funcionava como um bota-fora ilegal e permanece não cumprindo sua função social. O caso mais recente envolve a ocupação Vila Barroso, também localizada em uma área altamente valorizada próxima à BR-040.

Objeto de estudo deste trabalho, a ocupação materializa o processo desigual de produção do espaço urbano de Juiz de Fora. A Vila Barroso se consolida no mesmo período que a cidade busca se firmar como importante cidade média na rede urbana brasileira. Esse processo atrai investimentos e também um grande contingente de pessoas, porém, uma parcela desses migrantes não consegue se estabelecer e nem consumir a mercadoria casa, sendo expulsos para a *não cidade* de Juiz de Fora, em busca de alternativas para moradia. Entretanto, quando o entorno da BR-040 se valoriza devido ação de determinados sujeitos que buscam consolidar a cidade como ponto importante aos anseios do capital, os *sem-teto* passaram a sofrer pressões para se encaminharem a um conjunto habitacional e liberar a parcela que habitavam para a incorporação do capital.

Isso aconteceu com os *sem-teto* da Vila porque o poder público municipal busca incessantemente pelo crescimento econômico, atuando no sentido de regular e atenuar os efeitos da acumulação capitalista, mas sem prejudicar sua reprodução ampliada. Essas ações têm reflexos que favorecem o desenvolvimento desigual do espaço urbano de Juiz de Fora.

¹¹ Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/distritos-industriais-saturados/>>.

A atração de novos habitantes e a movimentação dos já moradores estão modificando a organização territorial da cidade. Os investimentos do poder público em habitação popular e da iniciativa privada em loteamentos fechados e condomínios estão estabelecendo novos padrões de uso do solo. Os trabalhadores são encaminhados para os diversos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), localizados em determinadas áreas do município, enquanto as classes média e alta também estão se mudando para empreendimentos luxuosos e bem localizados, com acesso a infraestruturas, disponibilidade de equipamentos e serviços.

Quanto a essas mudanças, ainda não é possível analisar minuciosamente todas as alterações na distribuição espacial da população do município, visto que este processo é recente. Além disso, o crescimento econômico da cidade está comprometido devido ao cenário mundial e nacional, que já apresenta sinais de crise. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o ano de 2015 terminou com a economia brasileira tendo um desempenho negativo. O PIB teve retração de 3,8% em comparação com o ano anterior, e os investimentos reduziram-se em 14,1%. A taxa per capita – divisão do total de riqueza produzida no país pelo número de habitantes - registrou retração de 0,7%, em 2014, indicando empobrecimento da população. Esse número é agravado pela taxa de desemprego, que alcançou 6,9% em dezembro de 2015, em relação aos 4,3% em dezembro de 2014. A produção industrial caiu 8,3%, as vendas no varejo ampliado (que inclui comércio de automotores e material de construção) encolheram 8,6%; o volume de serviços diminuiu 3,6% (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2016, p. 1).

Essa difícil conjuntura atinge diretamente o município. Entretanto, Juiz de Fora vislumbra novas possibilidades, visto a quantidade de empresas e investimentos que está recebendo, principalmente nas margens da BR-040. O governo local também está fomentando o comércio e os serviços, e o crescimento deste setor pode ser dimensionado pela arrecadação de impostos, constituindo-se em uma das principais fontes de recursos da prefeitura.

Há uma clara movimentação da administração municipal e da iniciativa privada em busca de investimentos que apresentem maior diversificação e especialização, bem como instalação de novos equipamentos urbanos e a prestação de serviços com maior qualidade. Além disso, está sendo adotada uma política que visa sustentar as atuais demandas regionais por negócios e favorecer o aumento do consumo de bens e serviços pela população, ou pelo menos uma parcela dela, gerando maiores oportunidades e emprego.

Essa procura por novos investimentos modifica a dinâmica de produção e estruturação do espaço das cidades médias, bem como a forma com que essas se relacionam e interagem com a sua hinterlândia, com outros centros médios, com as metrópoles e com o mundo. Carlos (2011) explica que as particularidades dos lugares se reafirmam constantemente potencializadas pela reprodução, e que a prática espacial aponta para a escala local, realizando estratégias cada vez mais articuladas ao global. Isso significa que nesse momento, a reprodução do espaço das cidades médias se dá em razão dos novos conteúdos do estágio globalizado da economia, das relações e dos graus de dependência das áreas entre si.

Frente à mundialização do capital, a nova realidade da cidade é marcada pelas ações de expansão urbana adotadas pelo governo municipal em articulação com a iniciativa privada. Essas, originam processos intensos de reorganização espacial provocados pela mudança nos modelos de uso e ocupação do solo urbano em algumas regiões do município. O que traz em seu bojo a desigualdade socioespacial, cada vez mais visível na realidade de Juiz de Fora, marcando a paisagem urbana com significativos contrastes, que representam também disparidades de renda, poder aquisitivo e acesso a políticas públicas, sendo a questão habitacional um marco.

4 A QUESTÃO HABITACIONAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA

A produção do espaço das cidades contemporâneas é marcada pela desigualdade socioespacial, que diferencia o acesso dos moradores à vida urbana. Esse processo aprofunda a crise urbana vivenciada de forma mais aguda nas grandes metrópoles, mas também presente nas cidades médias, tais como Juiz de Fora. O município, objeto de estudo deste trabalho, passa por um processo de expansão e reestruturação, caracterizado pela diversificação de padrões de uso do solo.

Juiz de Fora se desenvolve seguindo projetos e vetores de expansão baseados nos anseios dos sujeitos que visam o espaço como uma mercadoria, o que acentua a cada dia mais, as desigualdades socioespaciais presentes no município. O uso do solo urbano da cidade reflete a forma de apropriação predominante no capitalismo, que se dá via propriedade privada, excluindo uma grande parcela da população das condições materiais de existência e sua reprodução como força de trabalho. Isso acontece porque o modo pelo qual o uso do solo é determinado depende do processo de produção das relações sociais e, numa sociedade capitalista, ele está subordinado ao valor de troca, o que impõe uma determinada configuração do espaço.

O uso do solo varia de acordo com as necessidades de realização da vida humana, sendo concebido de maneira diversa de acordo com o lugar que cada sujeito ocupa na divisão de classes. Segundo Carlos (1994), para o burguês o espaço urbano é o *locus* da produção e deve ser apropriado para garantir a reprodução sempre ampliada do capital. Já para o morador, a cidade envolve o habitar e tudo que isso implica, sendo meio de consumo e acesso a bens e serviços.

Para os circuitos do capital, a ocupação do solo deve garantir a diminuição do tempo de giro das mercadorias, menor custo de produção, acesso ao mercado e vias de rápida circulação. Por isso, cada tipo de negócio tende a se localizar onde sua atividade é potencializada. Já o uso residencial é determinado pelo papel desempenhado na produção da riqueza, o que materializa a divisão de classes no estabelecimento dos locais de moradia.

Embora distintas, o modo pelo qual essas atividades se materializarão dependerá de uma série de fatores que só podem ser entendidos dentro do contexto da produção geral do espaço urbano. Entendendo esta totalidade, Carlos (1994) propõe uma divisão dos modos de

uso em dois grandes grupos: um vinculado a reprodução de capital e outro relacionado à reprodução da sociedade.

Levando em conta esta distinção adotada pela autora (CARLOS, 1994), tem-se a habitação como um ponto que estabelece relações conflituosas entre os sujeitos e os usos que vislumbram para o espaço. A moradia é uma necessidade comum a todos os seres humanos, mas é também uma mercadoria acessível apenas aos que podem pagar por ela. Sobre esse papel contraditório da habitação, será dedicada esta seção.

4.1 A HABITAÇÃO COMO MERCADORIA: A QUESTÃO HABITACIONAL

A moradia é uma necessidade básica para a vida humana e envolve em seu contexto uma série de elementos que possibilitam os indivíduos desenvolverem suas capacidades e se inserirem na sociedade. Dentro de casa, os homens encontram abrigo e proteção contra as intempéries, dormem, comem, cuidam de sua higiene pessoal e têm privacidade. Além disso, trabalham, pois é preciso lavar, passar, cozinhar, cuidar de sua manutenção ou, até mesmo, realizar alguma atividade produtiva.

Embora morar seja um ato necessário a todas as pessoas, ele é vivenciado de forma diferente por cada classe social. Muitos só conseguem praticá-lo de forma precária se submetendo a péssimas condições de vida nas *não cidades*, como é o caso dos moradores da Vila Barroso. Isso porque as características da habitação se alteram segundo as transformações nas relações sociais. Basta observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferença entre as localizações, construções, acabamentos e infraestruturas a que estão servidas as moradias. Entretanto, na maioria das vezes esta distinção não está relacionada com as modificações ao longo dos tempos históricos e sim com uma variação no mesmo tempo e espaço, marcada pelas desigualdades na apropriação da riqueza produzida. Por isso, para se discutir a habitação na atualidade, deve-se levar em conta as relações de produção, que evoluem as relações de trabalho, produção de mercadorias e relações sociais.

Segundo Villaça (1986), a problemática habitacional, tal como a concebemos hoje, só pode ser apreendida à luz do desenvolvimento capitalista, que materializa no espaço da cidade a divisão de classes. O autor refuta a falácia de que a falta de moradia sempre existiu e existirá, afirmando que esta é uma das formas de distorcer a verdade, pois cria no imaginário social a noção de que a questão da habitação é por demais complexa e insolúvel, e

está desassociada do capitalismo. Ele explica que a problemática, na configuração que se tem hoje, surge junto com os homens livres e com as características históricas engendradas pelo presente modo de produção.

Marx, no capítulo XXIII do primeiro livro de *O Capital* (MARX, 1996), apresenta a relação capital – produção do espaço – habitação, quando escreve sobre o ciclo ascendente do desenvolvimento capitalista após 1848. O autor afirma que quanto mais se desenvolve a acumulação, mais a situação dos trabalhadores tende a piorar, e evidencia o quão gritante é a questão habitacional, ao assegurar que:

qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a conseqüente aglomeração dos trabalhadores no mesmo espaço, que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. (MARX, 1996, p.286).

A problemática habitacional pode então ser compreendida como a projeção espacial do processo de estruturação de classes. Suas origens são debatidas no *A assim chamada acumulação primitiva*, capítulo XXIV do mesmo livro (MARX, 1996), que apresenta o processo histórico de mercantilização do trabalho, através da separação do trabalhador e seus meios de produção e da instauração da propriedade privada. A expulsão dos trabalhadores de suas terras, casas e ofícios, foi justificada pela ideia de liberdade. Os homens, liberados de suas obrigações com a terra, agora são livres para vender sua força de trabalho e, assim, criar um mais valor apropriado pelo capitalista na busca da acumulação ampliada. Nesse contexto, a moradia e as diversas necessidades humanas são incorporadas aos processos de produção de mercadorias, deixando de ser apenas sobrevivência.

A questão da habitação tem sua gênese atrelada às raízes do capitalismo, estando na estrutura desse modo de produção, ou seja, em articulação direta com a forma com que esse sistema vai se reproduzindo. Essa afirmativa se justifica com o processo da acumulação primitiva, que além de conformar duas classes antagônicas, colocou o dilema da moradia aos trabalhadores. A busca pelo lucro, fez com que a nova classe trabalhadora fosse expulsa de suas terras no campo, só a restando ir para os centros urbanos. Esse é um dos momentos em que se observa o crescimento das cidades na história. E junto com elas, os problemas urbanos.

Esse processo de retirada dos trabalhadores de suas terras obrigou-os a buscar novas formas de sobrevivência e a alternativa encontrada foi a venda de sua força de trabalho, mediante o recebimento de um salário que deveria garantir as condições para a sua reprodução. No entanto, isso não acontece porque o valor do salário é sempre mais baixo que

o da força de trabalho, impossibilitando a compra das mercadorias necessárias para tal. Engels (2010) observou isso quando estudou sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra durante o período de surgimento da indústria. Seu livro, concluído em 1845, traz apontamentos importantes, tais como: “que salário, sob a forma de habitação, vestuário e alimentação, a sociedade paga ao operário por seu trabalho”, “que existência assegura àqueles que mais contribuem para sua existência” (ENGELS, 2010, p.70).

Para o autor (ENGELS, 2010), é o mercado que determina as condições de vida dos trabalhadores, sendo a situação de suas moradias as piores possíveis: mal localizadas, insalubres e muito pequenas, o que propiciava o aparecimento de surtos endêmicos. Marx (1996), ao considerar a lei geral de acumulação capitalista nota que “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores” (MARX, 1996, p. 290).

Naquele contexto observado por Marx (1996) e Engels (2010), os trabalhadores viviam em bairros densamente habitados e desprovidos de qualquer infraestrutura, morando em casas precárias. Mas, em contrapartida, seu processo de politização era favorecido por conta de sua concentração no mesmo lugar. Segundo Pinto (2005), tanto as doenças quanto a organização da classe trabalhadora foram consideradas ameaças para a nascente acumulação de capital, e isso estimulou a reação burguesa. A classe dominante agiu junto ao Estado através de uma reestruturação urbana que despejou os trabalhadores, forneceu melhores possibilidades para o desenvolvimento da indústria e criou condições para a especulação imobiliária. Cabe ressaltar que as ações conjuntas do Estado com a burguesia, desde o processo da acumulação primitiva, vão no sentido de estabelecer legislações para respaldar a expropriação das terras dos trabalhadores. Fatos que nos mostram já nos primórdios do capitalismo, qual posicionamento será, na maioria das vezes, adotado pelo Estado.

Essa renovação urbana trouxe a modernização para as cidades, através de melhorias adequadas às necessidades de acumulação da riqueza. Novas avenidas, infraestruturas, construções para bancos e comércios, introdução de linhas de bondes e, além disso, ações visando o embelezamento da cidade. No que diz respeito às habitações dos trabalhadores, a precariedade permaneceu e a situação da classe até piorou. Foram demolidos quarteirões inteiros de casas e destruídos os bairros, restando aos homens livres se mudar para refúgios cada vez piores e mais distantes. Essa situação vivida pelos trabalhadores pode ser considerada a primeira crise da moradia, visto que se caracterizou pela destruição do estoque em um momento de crescente demanda. De acordo com Engels (1982, p. 48) “uma sociedade

não pode existir sem crise de habitação, quando a grande massa dos trabalhadores dispõe exclusivamente apenas do seu salário, quer dizer, da soma de meios indispensáveis à sua reprodução” (ENGELS, 2010; MARX, 1996).

No livro *Para a questão da habitação*, Engels (1982) explica que a classe dominante não soluciona o problema da moradia, apenas o muda de lugar na tentativa de esconder a miséria dos trabalhadores. Isso porque a mesma necessidade que os fizera nascer em um lugar, os reproduz mais adiante, pois enquanto existir capitalismo o problema da habitação não será resolvido, atingindo até estratos mais bem pagos entre os trabalhadores.

Assim, pensar a questão habitacional é pensar as relações de produção capitalistas e o desenvolvimento das cidades. Pinto (2005), refletindo sobre a habitação na conformação do espaço urbano no período de desenvolvimento da grande indústria, utiliza os estudos de Engels (2010) para relacionar três pontos. O primeiro diz respeito ao fluxo migratório de trabalhadores para as cidades; o segundo é a adaptação do espaço à produção de mercadorias; e, por fim, o surgimento de uma soma sempre crescente de capital vinculado à industrialização. Para a autora (PINTO, 2005), a cidade passa a ser um *lócus* importante para a materialização capitalista e precisa estar preparada para desempenhar novas funções, contando com infraestrutura urbana para acomodar o número crescente de pessoas e as demandas da produção, circulação e comércio. Nesse sentido, a urbanização foi e é uma necessidade para a consolidação e expansão do sistema vigente. E, nesse processo, a habitação passa a ser concebida e produzida como qualquer outra mercadoria, com acesso restrito aos que podem pagar.

Engels (2010) estava correto quando estabeleceu a relação entre o desenvolvimento industrial, que tornou o preço da terra mais alto, e a questão habitacional, demonstrando isso em seu texto. Uma de suas passagens, apresentada por ele quase como um princípio, é a ideia de que “por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim” (ENGELS, 2010, p. 96). Para o autor (ENGELS, 1982), o aumento dos aluguéis, a concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de morar, foram problemas que marcaram a vida da classe oprimida europeia nas primeiras centenas de anos do capitalismo. Entretanto, observa-se que essa descrição caberia bem à situação dos trabalhadores de hoje, visto que a falta de moradia os aflige em todo o mundo.

O autor afirma ainda que a problemática habitacional “é um dos inúmeros males menores, secundários, que resultam do modo de produção capitalista” (ENGELS, 1982, p. 17). Secundário, porque não advém diretamente da exploração do trabalhador pelo burguês,

porém está intrinsecamente ligado às relações de produção sendo mediado pelos mercados de terra e imobiliário. Isso porque a moradia é uma mercadoria inserida nos circuitos do capital, seguindo o ordenamento territorial baseado nas necessidades da divisão social do trabalho.

As configurações da habitação refletem as relações da sociedade capitalista. E nesse processo que é por demais complexo, as necessidades humanas deixam de se basear na sobrevivência em detrimento da acumulação de capital, e tudo o que é produzido socialmente passa a ter um valor de troca. Ou seja, tanto o trabalhador, quanto o que ele precisa para viver é transformado em mercadoria, sendo passíveis de serem comprados e vendidos.

A moradia, apesar de ser uma necessidade fundamental para a reprodução da vida, com o advento do capitalismo, entra também nos circuitos da troca. Por suas características, ela é uma mercadoria que apesar do preço elevado, é das mais concorridas e valorizadas, sendo a sua produção central no momento atual do modo de produção. Por isso, para compreender a forma com que a questão habitacional se configura hoje, é necessário entender a moradia dentro de sua dupla acepção: valor de uso e valor de troca. Essa unidade, que é a marca de todas as mercadorias produzidas no capitalismo, foi sintetizada por Marx no primeiro capítulo do livro *O Capital* (MARX, 1996). Nele, o autor afirma que a riqueza da sociedade burguesa está diretamente ligada à acumulação de mercadorias, que num primeiro momento pode ser definida como “um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1996, p.165).

Em sua relação com a natureza, os homens produzem necessidades e também os bens que vão supri-las. Essa utilidade e os múltiplos modos de usar as coisas são estabelecidos ao longo do tempo histórico e constituem o valor de uso, que pode ser entendido como qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer os anseios humanos, seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). É por isso que Marx (1996) afirma que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1996, p. 166).

O valor de uso não expressa nenhuma relação de produção, embora seja objeto das necessidades sociais produzidas em determinado contexto. No entanto, é base material onde se apresenta uma relação econômica: o valor de troca, característica que anuncia as relações sociais do capitalismo. O valor de troca é a propriedade que permite os bens serem trocados, ou seja, serem comprados e vendidos mediados pelas regras do mercado (MARX, 1996).

Uma mercadoria é um valor de uso na medida em que sua utilidade está vinculada às necessidades humanas, servindo para a reprodução social. Seu uso está relacionado ao

consumo. Porém, um produto só pode ser considerado mercadoria na medida em que é produzido para a troca, para a venda, sendo o valor de troca uma relação quantitativa, determinada pela proporção pela qual se podem trocar valores de uso. Vale ressaltar que a mesma relação de troca entre mercadorias pode variar de acordo com as exigências do modo de produção, mudando constantemente no tempo e no espaço (MARX, 1996).

A produção das mercadorias sempre se dá visando o mercado, por isso um produto já seria concebido como valor de troca a partir do momento que é planejado pelo dono do meio de produção (MARX, 1996). Assim, os bens necessários para atender as necessidades humanas, quer venham do “estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165), vão se configurando em mercadorias, sendo priorizados os seus valores de troca.

Uma marca interessante desse processo é a mercadoria ser uma unidade de contrários, visto que valor de uso e de troca formam uma contradição já que nunca se manifestam ao mesmo tempo. Quando uma mercadoria tem valor de uso para alguém, ela não tem valor de troca para essa pessoa, isso acontece porque ela a usa para se reproduzir socialmente e não para vender. Ao contrário, quando o possuidor concebe a mercadoria como troca, ela não tem valor de uso para o mesmo, pois seu objetivo é apenas negociá-la. É por isso que Marx (1996, p. 167) afirma que “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso”.

Segundo o autor (MARX, 1996), a mercadoria pode ser sintetizada como uma riqueza dúplice, que ao mesmo tempo é composta de valor de uso e valor de troca, e tem na divisão social do trabalho e na propriedade privada as condições fundamentais para sua existência, sendo a forma elementar da sociedade de classes. Ela é produto do trabalho humano encoberto pelo caráter fetichista da mercadoria, que mascara as relações sociais que a produzem, transformando o produto do trabalho social em produto da circulação, justificado pelas necessidades humanas. O valor de uso é ocultado pela alienação no processo de produção e, assim, a relação entre homens vai se transformando numa relação entre coisas passíveis de serem compradas e vendidas. Esse processo está na estrutura da sociedade capitalista e toma todos os aspectos da vida, sendo a moradia uma mercadoria como qualquer outra que tem, para uns, valor de uso e, para outros, valor de troca.

Se tratando da habitação, a distinção entre valor de uso e de troca pode ser ilustrada com as significações de viver e lucrar, por isso que para entender a configuração atual da problemática habitacional, a forma de análise escolhida foi tratar a questão dentro dessa sua dupla acepção. Como no sistema capitalista as relações mercantis são a prioridade,

iniciar-se-á a discussão apresentando a habitação sob a perspectiva da acumulação, ou seja, do lucro.

4.1.1 A habitação vista sob o ângulo da acumulação

A habitação é, na perspectiva da classe que detém os meios de produção, uma mercadoria que se compra e vende no mercado imobiliário. Porém, ela não é um valor de troca como qualquer outro porque tem características especiais e complexas que influenciam a forma como ocorrem a sua produção, distribuição e consumo.

Segundo A. M. Rodrigues (1990), a habitação é uma mercadoria diferenciada pois seu preço é muito maior que a média dos salários, sendo a mais cara dentre as de consumo privado, por isso, é o bem maior que um indivíduo pode aspirar possuir durante toda sua vida. Seu alto valor agregado se justifica em alguns determinantes, um deles é que sua produção envolve um grande número de operações, de componentes e insumos, tanto não-processados, quanto semi-industrializados e industrializados; e também muita força de trabalho de diferentes qualificações. Apesar do tamanho da mão de obra utilizada, vale lembrar que os trabalhadores que estão nos canteiros de obras recebem uma remuneração muito baixa perto do tamanho da mais-valia que geram¹² (BOTELHO, 2007).

Além de pedreiros e serventes, a construção da mercadoria habitação envolve um grande número de sujeitos que se relacionam com interesses distintos. Os grupos propostos por Harvey (1980) se desdobram em construtoras, produtores de materiais e componentes, cartórios, bancos, financeiras, seguradoras, investidores, agências governamentais, financiadoras e prestadoras de serviços, profissionais liberais (arquitetos, engenheiros, advogados, contadores, despachantes, etc.), corretores, proprietários de terra, consumidores (adquirentes e inquilinos). Com a participação de tantas pessoas, empresas e instituições, o tempo de produção da moradia fica demasiadamente longo (VALENÇA, 2013).

Outro fator que influencia o preço da habitação é o montante significativo de capital e tempo necessários para sua produção e comercialização. A construção de um imóvel por um empresário é voltada para o mercado e tem por objetivo a reprodução do capital e a remuneração dos fatores utilizados no seu processo de produção. Porém, o retorno dessa

¹² A construção civil é uma atividade muito importante, mas atrasada em relação aos outros setores da economia. Sua composição orgânica do capital é baixa, o que implica na necessidade de maior utilização de força de trabalho (BOTELHO, 2007).

mercadoria demora, pois ela exige investimento prévio que fica imobilizado por um tempo relativamente longo, visto a natureza da moradia e a tecnologia desenvolvida para produzi-la, o que pode significar perda ou resposta fora do prazo esperado. Essa característica faz o setor imobiliário ficar dependente das fontes de financiamento, porque a entrada de recursos abrevia o tempo de giro do capital na produção. Assim, a natureza da construção e comercialização da habitação fica sensível às mudanças na economia e na política. As oscilações do mercado, a distribuição de renda da sociedade, o posicionamento político dos Estados provoca condições para o acesso ou não à moradia, além da sua valorização ou desvalorização (BOTELHO, 2007; VALENÇA, 2013).

Por ao seu alto valor agregado, a habitação tem baixa liquidez, ou seja, dado o seu custo de compra e a sua utilização, ela muda de mãos com pouca frequência, o que influencia nos seus preços. Além disso, sua natureza a faz uma mercadoria de consumo indivisível. Não se pode morar num dia e no outro não, ter um pedaço de quarto hoje e da sala amanhã, porque a moradia não é fracionável¹³ em partes que podem ser vendidas separadamente.

A infracionabilidade é um aspecto importante da habitação. Para morar é necessário pagar integralmente por esta mercadoria, cujo preço compreende a edificação, os condicionantes de valor advindos da localização, o acesso a equipamentos coletivos, infraestruturas e serviços existentes nas proximidades. Além disso, necessita de terra urbana, pois a moradia é um bem imóvel, ou seja, tem fixidez geográfica estando vinculada ao solo. Nas palavras de Villaça (1986, p. 7), a habitação está “amarrada” à terra, e isso tem implicações que influenciam diretamente na produção e consumo dessa mercadoria.

O solo é um bem natural que não pode ser reproduzido, porque não é fruto do trabalho. Os homens trabalham na terra para produzir bens ou edificações e não mais terra. Mesmo trabalhada, fracionada, ela continua como terra, com sua localização fixa, não podendo ser deslocada e nem ocupada por diversos usos ao mesmo tempo. Além disso, por mais velha que fique ela nunca se deteriora (RODRIGUES, A. M., 1990).

Imóvel e irreproduzível, o solo é um componente natural inserido nos processos históricos de produção da humanidade. Em cada modo de produção ele é uma base física utilizada de formas distintas de acordo com as necessidades sociais que transformam suas frações em conteúdo espacial. Assim, através das relações sociais, este deixa de ser

¹³ No atual momento de articulação cada vez mais profunda entre o capital financeiro com o imobiliário, o Brasil realizou inovações no financiamento de imóveis com a criação de instrumentos de securitização imobiliária. A Lei n. 9.514, de 1997, estabeleceu o Sistema Financeiro Imobiliário e legitimou a transformação de bens imóveis em títulos mobiliários que podem ser vendidos fracionadamente, como os Fundos de Investimento Imobiliários e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (BOTELHO, 2007).

considerado apenas por sua existência natural passando a ser fruto dos processos sociais que se apropriam das paisagens e geram formas e configurações espaciais.

No capitalismo, o solo assume a configuração de mercadoria mesmo não sendo fruto do trabalho. Isso acontece porque ele é o componente físico do espaço mercantilizado em consequência do regime capitalista. O espaço como um produto social pode ser considerado trabalho materializado, visto que “nasce do processo de construção material da sociedade” (CARLOS, 1994, p. 169). Então o solo, como uma parcela do espaço, passa a ser concebido enquanto valor de troca e seu uso será orientado para a reprodução sempre ampliada.

Tanto a terra quanto a habitação são componentes do espaço produzido. O primeiro é sua base fixa e natural e o segundo um objeto concreto que determina usos e formas variáveis de estruturação do espaço, sendo dependente do solo. É por isso que estudar a questão da habitação exige aprofundar nas especificidades dos componentes espaciais, tais como a ocupação do solo e o usufruto da localização. Assim, para entender a mercantilização da habitação oriunda do modo de produção capitalista é necessário desagregar dois elementos que se referem ao solo: a propriedade privada e a localização, que abrange os investimentos imobilizados em determinadas parcelas de terra.

O solo representa um campo de disputas entre diversos interesses no espaço. Os diferentes sujeitos capitalistas que necessitam da terra para o desenvolvimento de suas atividades vão se apropriando de suas frações para garantir a produção e realização da mais-valia. Entretanto essa apropriação não se dá sem conflitos. Estes ocorrem entre os grupos interessados no uso daquela fração do solo e os burgueses com seus interesses privados, mas, na maioria das vezes, as disputas são intercapitalistas em torno da propriedade privada.

É a propriedade privada da terra uma das grandes chaves para a compreensão do capitalismo e também da história do homem. Isso porque em cada momento histórico ela se apresentou em determinado grau de desenvolvimento. Entretanto a forma como se concebe hoje é o estágio avançado de uma herança vinda do feudalismo. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica feudal e a decomposição desta liberou os elementos para aquela. O trabalhador deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo, se convertendo em força de trabalho, e a terra passou a ser apropriada pela nascente classe dominante que a instituiu como meio de produção. Segundo Marx (1996), “a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1996, p. 341).

A expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a estrutura do modo de produção capitalista. Sem sua instituição não haveria homens necessitados de vender sua força de trabalho para sobreviver e, assim, não seria possível a alienação do trabalho, a produção de mais-valia e, conseqüentemente, a reprodução ampliada de capital. É por isso que no capitalismo a propriedade privada dos meios de produção e da terra é naturalizada em sua forma jurídica através de um contrato social que determina quem é o dono da propriedade. O certificado de propriedade da terra é potencialmente uma forma de capital, um título jurídico que dá direito a seu detentor de se apropriar de uma parte da riqueza social. Foram as instituições burguesas do século XVIII que colocaram a propriedade como direito, situação que vigora até hoje e que orienta as relações sociais de produção e o lugar de cada um na cidade. Isso acontece porque além de garantir as condições objetivas para a reprodução de capital, a propriedade do solo também cumpre um papel ideológico que contribui para a legitimação das demais formas de propriedade (CARLOS, 2015).

No capitalismo, a terra é meio de produção e também meio de consumo. Nenhum indivíduo pode dispensá-lo porque é impossível existir sem ocupar espaço. Nesse sentido, quem possui a propriedade privada do solo têm privilégios de monopólio, podendo determinar os usos daquela fração, cumprindo um papel importante no que se refere à acumulação de capital. Nas palavras de Carlos (1994), “o direito de propriedade sobre determinadas parcelas do planeta confere a seu proprietário o direito de dispor da terra apropriando-se de um lucro excedente, sob a forma de renda¹⁴” (CARLOS, 1994, p. 167).

É através da renda que os proprietários fundiários impõem sua vontade com relação aos usos de determinada fração do espaço. O monopólio sobre uma grande área os permite utilizá-la, arrendá-la ou mantê-la inativa, apenas especulando. Isso porque a terra enquanto valor de troca pode ser comprada e vendida, visando diversos fins, quer em função de sua utilidade como meio de vida, quer da perspectiva da valorização. Esse processo mediado pelas leis de mercado, só faz sentido quando compreendido a partir de sua relação com o espaço mais amplo, ou seja, a cidade. Isso significa dizer que o monopólio de determinados sujeitos sobre a propriedade do solo dá a estes o direito de dispor das parcelas do espaço como esferas privadas, estabelecendo a área e a classe que a utilizará. O processo de exclusão dos que não podem pagar se expressará na desigualdade socioespacial que,

¹⁴ Para Carlos, “a renda é a forma econômica na qual se realiza a propriedade da terra, quer dizer, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do planeta como realização econômica da propriedade da terra” (CARLOS, 2011, p. 93). Para saber mais sobre essa importante discussão, ver também: Botelho (2007) e Harvey (1980).

segundo Lojkin (1997), é produzida a partir dos mecanismos de formação dos preços do solo.

Para Carlos (1994), a formação do preço da terra se dá na inter-relação entre o desenvolvimento urbano e os processos que ocorrem nas diversas escalas, indo desde elementos da conjuntura nacional, processos econômicos mundiais, até aspectos políticos e sociais específicos de determinada localidade. A evolução do valor agregado de certa área também tem a ver com a localização do terreno, ao qual se relacionam a acessibilidade aos lugares dotados de equipamentos e serviços, as infraestruturas existentes, a privacidade e os fatores naturais, tais como relevo.

Com relação à valorização do solo advinda dos atributos da localização, esta só pode ser entendida dentro do contexto urbano, no que se refere ao modo pelo qual se desenvolve a produção das relações gerais de reprodução, frente às exigências do ciclo de acumulação. Isso porque, a localização é fruto do processo de apropriação e transformação histórica de cada lugar. Pode ser entendida como um conjunto de benfeitorias desmedidamente produzidas e dispostas para a utilização no espaço (GUIMARÃES, 1997).

A localização abrange uma combinação complexa de fatores naturais e sociais, e como produto social, foge ao controle privado. Transgride os limites da propriedade privada, sendo o interesse e o preço de determinada parcela do solo influenciado por seus atributos porque seu grau de necessidade ou utilidade é imanente a relações socioespaciais. Segundo Guimarães (1997, p.260), o preço da terra é majoritariamente determinado pela sua localização, derivando dos custos do usufruto das benfeitorias presentes próximas ao terreno. Assim, os possíveis lucros dos proprietários fundiários não advêm apenas do uso de sua propriedade, mas também da apropriação de todos os benefícios sociais intrínsecos à localização dela. Com relação aos usuários da moradia, acontece o mesmo, pois eles captam os benefícios da localização de sua unidade habitacional.

Dentre os atributos da localização estão as infraestruturas, que abrangem todos os equipamentos de uso coletivo que estão à disposição para utilização, tais como redes de água, energia, esgoto, vias de transporte, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, etc. A maioria são produtos de longa duração que exigem investimento de grande quantidade de capital.

Geralmente as infraestruturas são feitas e geridas pelo Estado, mas também podem ser da iniciativa privada e, por serem reproduzíveis, poderiam ser construídas e colocadas à disposição em todas as localidades que as necessitassem. Porém, suas construções são resultado de decisões oriundas da correlação de forças entre os sujeitos, envolvendo

interesses e obstáculos concretos para sua construção, manutenção e modernização. É por isso que para Guimarães (1997), cada infraestrutura deve ser analisada especificamente.

A forma, a amplitude e a qualidade do fornecimento da infraestrutura deve ser analisada como um caso específico em função de um conjunto de características que lhe são próprias. Em geral, trata-se de um produto de longo prazo de duração, elevado custo de implantação, indivisível em unidades e de consumo localizado e coletivo sujeito a regras públicas de uso e conservação, de elevado impacto nos preços a jusante do conjunto da atividade econômica, de implantação excludente e monopólica [...]. (GUIMARÃES, 1997, p. 262-263).

São por esses fatores que as infraestruturas devem ser consideradas a partir dos condicionantes da dinâmica socioeconômica. Os investimentos de capital estatal nelas atendem aos interesses de determinados sujeitos. Usualmente, seguem as vontades da classe dominante que tem na urbanização a possibilidade de reprodução ampliada, sendo por isso que é comum encontrar pelos cantos da cidade áreas densamente ocupadas e carentes de infraestruturas, e locais beneficiados com poucos moradores. A realidade da zona Norte Juiz de Fora confirma esta afirmação, pois as indústrias instaladas na região têm toda a infraestrutura necessária e os habitantes sofrem com a falta de equipamentos. Isso piora no caso dos ocupantes da Vila Barroso, que por mais de 14 anos lutaram para ter o básico, como água e saneamento.

Atualmente, através do empresariamento urbano os detentores de capital privado também se interessam por construir grandes obras de infraestruturas através das parcerias público-privadas. São portos, centros históricos, obras de suporte aos grandes eventos internacionais, parques de lazer, comércio e empresas, zonas de logísticas, condomínios residenciais, campus universitários, centros médicos, entre outros. Tratam-se de ações conjuntas entre poder público e iniciativa privada no âmbito urbano para a atração de investimentos e promoção do crescimento econômico.

O sucesso da implantação de infraestruturas, tanto pelo Estado quanto pelos empresários, se interliga a outro componente da localização denominado externalidade. Por ela, entende-se o conjunto do ambiente social, composto pelas dinâmicas de mercado, condições de segurança, de trabalho e acesso a entretenimento. Ou seja, são uma situação social fruto do ambiente político, cultural e econômico, cuja concretização não depende de decisões e ações públicas ou privadas.

As externalidades estão ligadas aos fluxos socioeconômicos oriundos da estruturação espacial. Essa compreensão explica o porquê de algumas construções e

iniciativas não atingirem o objetivo esperado, visto que o importante não é a estrutura em si e sim sua capacidade de engendrar fluxos sociais e econômicos. Assim, pode-se entender que elas representam uma situação social que junto com as infraestruturas formam a substância da localização, que deve ser apreendida a partir dessa combinação e com suas respectivas importâncias socioeconômicas (GUIMARÃES, 1997).

A diferenciação entre as localizações resulta do processo de produção do espaço, relacionando-se com as transformações tecnológicas e organizacionais, mudanças no mundo do trabalho e no mercado, e a ampliação das exigências com segurança e qualidade de vida. Isso tudo tem diversas implicações para os usos do solo e, principalmente, para a problemática habitacional, que de acordo com Guimarães (1997), tem suas raízes nos processos de ocupação do solo e na estruturação do ambiente construído. Para o autor,

mesmo antes da unidade habitacional consolidar-se como produto acabado, sua problemática já aflora como manifestação concreta de interesses específicos no âmbito mais geral do modo de produção e, conseqüentemente, disputa pelo produto social e suas respectivas localizações espaciais (GUIMARÃES, 1997, p. 271).

A apropriação privada de uma fração do solo e o conseqüente acesso a uma localização representam o direito ao usufruto de uma situação social. A habitação não pode ser entendida fora dessa relação, visto que se encontra inserida no mercado como uma fração de solo ocupante de uma determinada localização. A presença de vias de transporte, energia elétrica, redes de água e esgoto, áreas de lazer, proximidade de equipamentos e serviços compõe os predicados da moradia que, encarada desta maneira, materializa a desigualdade de acesso à vida urbana. Nos lugares bem-dotados de infraestruturas e externalidades, moram a classe dominante e os trabalhadores mais bem pagos. Já a classe trabalhadora está na fração do espaço carente de tais atributos. Harvey (1980) explica como isso se dá na prática.

No mercado de moradia com um estoque de moradia fixo o processo é análogo a ocupar assentos sequencialmente num teatro vazio. O primeiro que entra tem n escolhas; o segundo tem $n-1$, etc., com o último não tendo nenhuma escolha. Se os que entram assim o fazem de acordo com o seu poder de compra então os que tem dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha. (HARVEY, 1980, p. 144).

No capitalismo, os ricos têm o direito de eleger sua habitação. E o fazem levando em conta os atributos que se somam a ela através da localização. Já os trabalhadores mais pobres, quando conseguem acessar o mercado de moradias, chegam por último e precisam

enfrentar a voracidade do setor imobiliário e os proprietários fundiários. À parcela da classe trabalhadora ausente de escolhas, cabe depender das políticas públicas, também alvo das posições monopolísticas dos envolvidos no mercado da habitação.

Historicamente, a distribuição e localização das moradias sinalizam condições desiguais da produção do espaço e refletem o conflito de classes nas cidades. Se nos tempos do fordismo os projetos habitacionais estavam próximos às fábricas e indústrias para facilitar a reprodução da força de trabalhos, atualmente eles objetivam atender as demandas do mercado imobiliário e do setor de serviços por meio da incorporação de novas áreas ou modificação dos usos das já adensadas, visando a acumulação de capital. Isso significa que as mudanças na configuração espacial das moradias não são independentes de outros projetos de uso do solo. Um exemplo muito comum são as pressões especulativas que áreas de moradias deterioradas, particularmente as situadas nos centros das cidades, sofrem em nome da renovação urbana (HARVEY, 1980).

O processo de valorização real ou potencial de cada parcela do solo esbarra na contradição entre a urbanização, como condição para a reprodução ampliada, e a impossibilidade de se ocupar novas áreas para a expansão do tecido urbano. Ao longo do tempo, o solo é fragmentado a partir do desmembramento de antigas fazendas, propriedades agrícolas e áreas de florestas para ser incorporado às cidades. A medida que aumenta a demanda por terras, os sujeitos produtores do espaço urbano agregam novas parcelas de solo e, assim, ocorre a ampliação da mancha urbana. Entretanto, o acesso a essas frações é cada vez mais difícil, visto a irreprodutibilidade do solo, o que torna o valor de cada área ainda maior dependendo de suas condições de “raridade” (CARLOS, 2015, p. 29).

Entende-se que a raridade é produto do processo de produção do espaço e, ao mesmo tempo, sua limitação. Isso porque as possibilidades de produzir espaço redefinem-se em função da abundância de terras passíveis de serem incorporadas ao mercado imobiliário, diante das necessidades de realização do ciclo do capital. Nesse sentido, a propriedade privada passou a ser um limite para expansão econômica capitalista. Ou seja, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente é tornado mercadoria durante o processo histórico, sendo apropriado privadamente, criando limites à reprodução.

Segundo Carlos (2015), a condição de raridade do espaço se manifesta em lugares específicos das cidades, concentrando três elementos: a propriedade privada, a centralidade do capital e das novas atividades econômica, e o grau de ocupação do solo. A escassez do espaço em determinadas áreas aliada à necessidade de expansão das atividades econômicas, implicam na liberação de parcelas visando a criação de uma *área livre* para os investimentos. As

pressões permanentes para garantir a circulação de capital implicam na supressão dos direitos conferidos aos proprietários fundiários urbanos pela existência do estatuto jurídico da propriedade. Nesse contexto, para que o desenvolvimento do ciclo do capital continue, a burguesia precisa associar-se ao poder político, na medida em que só ele institui regras capazes de romper a propriedade privada e liberar as áreas ocupadas para novas atividades. É claro que as ações vão no sentido de minimizar a situação que transforma o espaço em raridade, mas sem prejudicar os proprietários ou questionar a propriedade privada.

Um exemplo de condição de raridade do espaço e de articulação entre burguesia e Estado para a liberação de parcelas do solo interessantes para o capital aconteceu em Juiz de Fora, quando a prefeitura se posicionou contra a urbanização da Vila Barroso, criando todos os mecanismos possíveis para a remoção dos moradores. Isso ocorreu porque a ocupação estava localizada próxima a BR-040, parte da cidade onde o espaço assume o papel de nova raridade, pois tem os terrenos valorizados e muito procurados para investimentos. As margens da rodovia no perímetro urbano estão sendo ocupadas, e a maioria das empresas é de logística, voltadas para a circulação das mercadorias.

Mais especificamente sobre a relação entre terra urbana e habitação, a quantidade de casas construídas implica na densidade da ocupação do solo. Quanto mais moradias disponíveis no mercado, maior a escassez do solo, o que torna o seu preço ainda mais alto. Essa característica demonstra que talvez a tendência geral da *Lei da Oferta e da Procura* seja ao contrário no que se refere à habitação. Isso acontece porque a terra é uma mercadoria cara e fundamental para a materialização do produto casa. Para toda produção de moradias precisa-se de um terreno e a cada nova obra é necessária uma nova parcela de solo. Assim, o acesso a ele é um obstáculo para a construção de habitações, visto que é monopolizável por ser objeto da propriedade privada. Além disso, em algumas áreas da cidade, eles não estão mais disponíveis, sendo uma raridade (CARLOS, 2015; RODRIGUES, A. M., 1990).

Também existem as situações em que os ganhos fundiários são maiores que os lucros que poderiam vir da construção de moradias, o que dificulta o acesso ao solo e facilita a ação dos especuladores imobiliários, sendo mais uma vez a propriedade da terra um obstáculo à habitação, visto que ela é um monopólio sobre uma mercadoria escassa, cujo acesso é controlado pelo proprietário através do mercado (VALENÇA, 2013).

O lucrativo mercado de terras faz com que o solo seja loteado e seu acesso se dê apenas em pequenas parcelas. Essa divisão em terrenos impede a produção em larga escala, induzindo a produção individualizada ou em pequenos números da habitação, o que aumenta seus custos para o produtor (VALENÇA, 2013).

Por fim, não é qualquer tipo de solo que serve para a habitação como mercadoria. Ele deve estar bem localizado e possuir atributos que possibilitem as pessoas que compram a moradia a viver com conforto. Aliás, é apenas o viver que deveria importar quando se trata da habitação, visto que morar é uma necessidade fundamental da humanidade. Sobre essa perspectiva do uso da mercadoria moradia que será tratado a seguir.

4.1.2 Habitação como valor de uso: o viver

A palavra de ordem “*Moradia não é mercadoria*” é muito repetida nas mobilizações, encontros de formação e no dia-a-dia das pessoas envolvidas na luta por moradia. Pelos *sem-teto* da Vila Barroso esse grito foi entoado diversas vezes e continua sendo, mesmo depois da remoção. Ele apresenta outra forma de conceber a habitação, que não é a mesma dos sujeitos que querem lucrar com as mercadorias. A moradia, na perspectiva de quem precisa dela para viver, é um valor de uso imprescindível para todas as pessoas desde os tempos remotos.

No momento em que a humanidade deixa de ser nômade e começa a abrigar-se em sítios específicos, a habitação passa a ser um elemento fundamental na constituição da vida, pois ela supre uma necessidade real e concreta, sendo um bem fundamental para a reprodução dos indivíduos. Com o desenvolvimento das relações sociais, novos significados foram sendo incorporados à moradia, permitindo a compreensão dos processos de produção do espaço urbano. Isso porque as configurações da habitação vão se modificando ao longo do tempo histórico, em uma dada sociedade. Assim, o valor de uso assumido pela moradia é fruto dos processos socioespaciais, de tal forma que se diferencia em distintos locais do mundo. Entretanto, mesmo com significações diversas, ela permanece sendo uma necessidade a todos os indivíduos.

No capitalismo, independente de qual classe social se pertença, a habitação é imprescindível. Entretanto, as condições do morar permitem visualizar as desigualdades desse modo de produção a partir das diferenças da apropriação do espaço para a moradia, que refletem o acesso à riqueza produzida.

Desde sempre uma necessidade da qual muitos trabalhadores são privados, a habitação só se constituiu como um direito após a Segunda Guerra Mundial, quando alguns países do mundo estavam arrasados, com milhões de mortos e outros tantos sem moradia e

passando fome. Foi em 1948, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos produzida pela Organização das Nações Unidas, passou a vigorar estabelecendo em seu artigo 25 que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1998, p. 5).

Depois da Declaração, vários outros tratados internacionais reconheceram explicitamente o direito à moradia como dever dos Estados. Apesar disso, o número de pessoas sem casa aumenta a cada ano em todo o planeta. No Brasil¹⁵, a habitação aparece pela primeira vez na legislação em 2000, quando o texto do artigo 6º da Constituição de 1988 foi revogado e alterado com a inclusão do direito à moradia, isso fruto da luta dos movimentos sociais. Atualmente a redação foi dada pela Emenda Constitucional n. 90, de 15 de setembro de 2015, que estabelece como direitos sociais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 2015, p. 1).

O reconhecimento das carências urbanas, dentre elas a necessidade de habitação, o montante de recursos necessários para enfrentá-las e as mobilizações incessantes dos movimentos sociais exigiu resposta do Estado e o resultado foi a criação do *Estatuto da Cidade* – Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001). O Estatuto é o grande marco regulatório da organização do espaço urbano no Brasil, e tem como objetivo o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos habitantes destas cidades.

O direito à moradia aparece nessa lei através de seus instrumentos, sendo o mais relevante o Plano Diretor, cuja atribuição é estabelecer e fiscalizar o atendimento da função social da propriedade e da cidade, da igualdade e justiça. Assim, o Plano poderia servir para a promoção da moradia na medida em que tem o objetivo de fazer com que a função social da propriedade, assegurada no artigo 39º do Estatuto, se materialize. O artigo estabelece que:

Art. 39. a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. (BRASIL, 2001, p. 4).

¹⁵ O debate sobre a questão habitacional no Brasil tem uma longa história, sendo a Lei de Terras de 1850, o marco da mercantilização das terras do país. Desde então, existem ocupações, resistências e mobilizações em torno dessa pauta.

Em síntese, o Estatuto da Cidade pretende orientar como regular a propriedade urbana de modo a garantir o direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a desigualdade socioespacial. Porém, passados quase 15 anos de sua implementação, pouco se avançou nesse sentido. O que já era esperado, pois na sociedade capitalista o direito à propriedade privada é soberano e rege todos os outros.

Ao longo de todo esse processo histórico de luta por moradia, a classe dominante tenta desqualificar e criminalizar quem se mobiliza nesse sentido. Age também difundindo a ideologia dominante de que o direito de morar é o direito de ser proprietário, mascarando o valor de uso da habitação enquanto reforça seu valor de troca. Esse processo transfigura o ser pautado nas necessidades para o ser pautado em mercadorias. Apesar disso, mais que um direito a uma mercadoria distante da maioria dos trabalhadores no capitalismo, a moradia tem outra dimensão que vai além da acomodação de cada família em uma unidade habitacional.

Ela é um valor de uso fundamental para a vida, pois é no interior da residência que a maior parte das necessidades humanas é satisfeita. Todos os homens e mulheres carecem de abrigo, proteção e privacidade para desenvolver sua vida individual, familiar e social. Precisam de um lugar para se alimentar, dormir, descansar, cuidar da saúde, da higiene pessoal, da educação, do lazer e também, para consumir mercadorias. A habitação é tudo isso e mais. É o lugar do conforto, segurança, aconchego e proteção. Trata-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, da construção da memória e das identidades que se criam em seu interior. É onde a vida se realiza, o espaço privilegiado do cotidiano, sendo a partir dela que os indivíduos se percebem no mundo e estabelecem relações socioespaciais. Nesse sentido, o morar não se reduz aos espaços privados, abrangendo a mediação com o outro e com as dimensões espaciais, como a rua, o bairro e a cidade (CARLOS, 2001).

O habitar envolve o corpo, no sentido que cada indivíduo tem presença real e concreta, e envolve um lugar, que tem determinada localização e distância de outros locais. Nas palavras de Carlos (2001), a casa é o marco pelo qual se vê, se desloca e se vive na cidade. É dela que se “constituem as tramas espaciais, e [...] que se tecem os caminhos a partir dos quais se urdem as relações com o bairro e com a cidade”. (CARLOS, 2001, p. 231).

Assim, a habitação é mais que um abrigo ou simples endereço. Ela é o lugar onde se estabelece a vida, a referência de onde o indivíduo se vê na cidade e no mundo. É onde ele constrói sua participação nos espaços privados e públicos, as relações com os indivíduos, com o meio natural, com a vizinhança, com as centralidades e redes urbanas, e assim por diante.

É a partir de casa que cada pessoa cria sua história particular, que é parte de uma história coletiva. Isso porque a moradia, como espaço social definido pelo cotidiano, tem

aspectos da sociedade inteira. Tanto os acontecimentos mais gerais (como os atuais movimentos globais do capitalismo) quanto as especificidades de cada formação socioespacial, em conjunto, denotam o mundo em que se vive e, assim, a história individual e coletiva, sendo essa a razão de uma mesma casa poder representar significações e valores de uso diversos (CARLOS, 2001).

É a partir da sua moradia que cada indivíduo experimenta a cidade e se depara com as desigualdades socioespaciais. É nela que as possibilidades de uso esbarram nos limites da apropriação privada, sendo também através da habitação que a parcela *sem-teto* da classe trabalhadora vai encontrar a possibilidade de luta para acessar a vida urbana e para a transformação da sociedade, visto todo o caráter especial da mercadoria moradia.

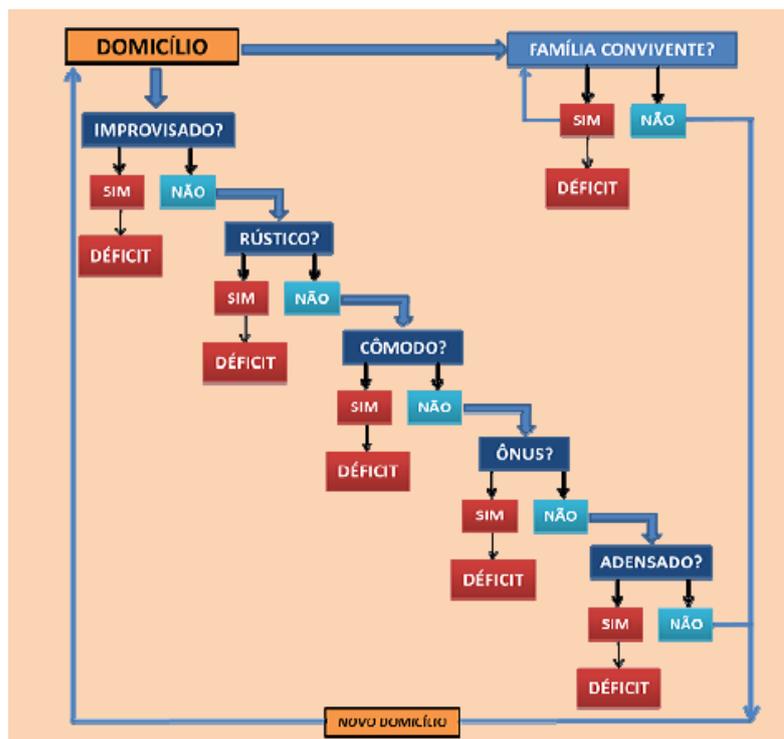
Foi a partir da necessidade de um teto que as famílias que ocuparam a Vila Barroso se uniram e foi para garanti-la que resistiram durante anos às condições sub-humanas de existência. Essa, porém, não foi ação exclusiva dos moradores da Vila, e sim de muitos trabalhadores que vivem nas centenas de ocupações que marcam o espaço urbano de Juiz de Fora. Sobre a realidade habitacional da cidade, será dedicado o próximo item.

4.2 AS NECESSIDADES HABITACIONAIS: A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA

A moradia é necessidade fundamental a todos, porém a maioria da população mundial não tem acesso a esse valor de uso, que se torna um “luxo”, devido à sua configuração como valor de troca. Olhando especificamente a realidade do Brasil, o número de pessoas que precisavam de habitação chegou a 5,846 milhões em 2013 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Não são poucos os lugares com concentração de pobreza no espaço urbano do país, só no estado de Minas Gerais, o número de famílias sem casa totalizou 493.504 mil no mesmo ano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Os dados acima compõem os resultados das pesquisas sobre o déficit habitacional e levam em conta uma série de componentes que obedecem a uma hierarquia, sendo mutuamente excludentes (exceto para as famílias conviventes). Os critérios são estimados na seguinte ordem: domicílios improvisados e rústicos (que compõem as habitações precárias), cômodos existentes na parte externa do imóvel (parte da componente coabitação), ônus excessivo com aluguel urbano, e adensamento de domicílios alugados. O fluxograma (Figura 3) ilustra de forma esquemática, como a necessidade de moradias é determinada.

Figura 3 – Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional

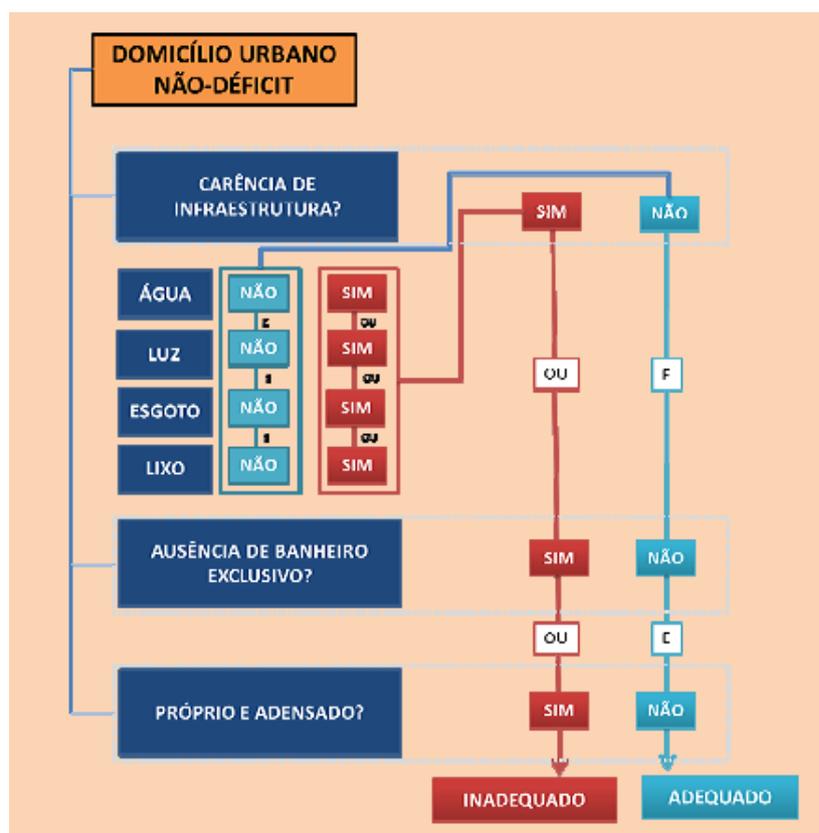


Fonte: Fundação João Pinheiro (2013, p. 23).

Esse esquema demonstra a hierarquia dos critérios, o que impossibilita que a mesma casa se enquadre em diversos componentes, sendo contada apenas uma vez. Por outro lado, se a habitação não se encaixar no item investigado, passa-se para o seguinte, e assim sucessivamente até chegar no adensamento excessivo. Isso é feito porque uma moradia pode representar uma unidade de déficit e também conter a presença de uma família convivente, que tem a intenção de constituir domicílio exclusivo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Quando uma moradia não se enquadra nos componentes de déficit, são investigadas as possibilidades de inadequação, o que também contabiliza no saldo final da necessidade habitacional. A imagem abaixo (Figura 4) demonstra como esse cálculo é feito.

Figura 4 – Fluxograma para o cálculo da inadequação de domicílios urbanos



Fonte: Fundação João Pinheiro (2013, p. 24).

Os dados, por município, sobre o número de famílias que necessitam de uma casa ainda não foram atualizados, mas em 2010, os maiores déficits de Minas estavam em Belo Horizonte, com 78 mil; Contagem, 22 mil; Uberlândia, 20 mil; e Montes Claros, com 10 mil. Juiz de Fora também figura nesta lista, carecendo de 16 mil moradias para sanar o problema habitacional de seus moradores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Entretanto, esse número não é reconhecido pelos movimentos sociais da cidade, que afirmam em seu Dossiê (COMITÊ CENTRAL POPULAR, 2010a) haver cerca de 25 mil famílias precisando de casa.

Esses dados são alarmantes e apresentam um problema social concreto, que ao ser chamado de déficit habitacional, aparenta que a questão é passível de ser resolvida, o que reforça algumas contradições. Villaça (1986) afirma que nos marcos da economia burguesa não há coerência em dizer déficit de moradias, da mesma maneira que não tem cabimento falar déficit de carros ou televisores, visto que todos são concebidos como valor de troca, sendo a habitação uma mercadoria como qualquer outra.

Ainda segundo o autor (VILLAÇA, 1986), a ideologia dominante precisa esconder as desigualdades do sistema capitalista atrás de uma necessidade concreta da

humanidade. Nesse sentido, alguns pontos podem ser elencados, sendo um deles a expansão da propriedade privada, que faz com que o preço da habitação fique cada vez maior e seu acesso cada vez mais difícil. Outra questão é observar que cada localidade tem a quantidade de moradias suficiente para os que podem pagar por ela. Levando essas constatações em consideração, em Juiz de Fora o número de pessoas sem casa só pode ser alto. Isso porque de acordo com o estudo sistematizado no Mapa Social (JUIZ DE FORA, 2012a, p. 175), sobre as 28.041 famílias do município assistidas pela Política da Assistência Social, 15,09% delas tem renda *per capita* que varia de R\$0,00 a R\$70,00.

Conforme o Plano Municipal de Habitação (PMH)¹⁶ (JUIZ DE FORA, 2007a), cerca de 40% dos juiz-foranos sofre de alguma forma com o déficit habitacional na cidade. Além disso, o Plano reconhece a existência de 144 ocupações urbanas, e outras 32 áreas com potencialidade para classificação como tal. Nesses lugares há carência de qualquer infraestrutura básica, como água, esgoto e energia elétrica e também são caracterizadas pela irregularidade fundiária. Estes locais foram definidos pelo Plano Diretor de 1996, como *Áreas de Ocupação Subnormal*¹⁷ e esta denominação foi mantida no PDDU de 2004, sendo classificadas como:

[...] as chamadas “invasões”, que se caracterizam pela ocupação em área de propriedade de outrem, seja ela pública ou privada; as áreas carentes de infraestrutura e serviços públicos definidos como redes de água, esgoto, coleta de águas pluviais, iluminação particular e pública, calçamento e outros serviços públicos, sobretudo coleta de lixo, e áreas já servidas de infraestrutura e serviços e com posse legitimada, mas cujas condições de habitabilidade e conforto colocam-se em posição de inferioridade em relação ao seu meio, sendo distinguidas da vizinhança como locais de pobreza e subnormalidade. (JUIZ DE FORA, 2004, p. 334).

Dois anos mais tarde, o Atlas Social de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2006), classificou as ocupações como *Microáreas de Exclusão Social* (MAES). Contudo, a base de dados utilizada foi a do Plano Diretor de 2004. Neste sentido, verificamos que as MAES,

¹⁶ Mesmo sabendo que os dados estão defasados, visto todas as mudanças ocorridas na dinâmica socioespacial de Juiz de Fora, serão utilizados os resultados compilados no Atlas Social (JUIZ DE FORA, 2006) e no Plano Municipal de Habitação (JUIZ DE FORA, 2007a), por não se ter acesso aos resultados preliminares de pesquisas recentes sobre a questão habitacional na cidade. Além disso, conforme consta no próprio PMH, seu período de vigência é de 2010 a 2026.

¹⁷ O conceito de *subnormal* foi retirado dos estudos do IBGE, que utilizou essa nomenclatura pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991, para generalizar a forma a tratar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros. No Censo de 2010, a caracterização permaneceu, e os aglomerados subnormais foram definidos como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (VALLE, 2012).

correspondem às áreas de ocupação subnormal, porém subdivididas. Por fim, o Plano Municipal de Habitação utiliza a nomenclatura *Áreas de Especial Interesse Social* (AEIS), justificando que representam um olhar mais minucioso sobre as áreas onde já se sabe da existência da subnormalidade na ocupação. Segundo o PMH,

[...] o levantamento realizado nas AEIS dá um “zoom”, sobre locais em que os problemas se concentram. As AEIS são áreas em que se concentram falta de infraestrutura e irregularidade fundiária, um tratamento emergencial às áreas já existentes e alternativas que impeçam o surgimento de novas áreas subnormais devem se constituir como uma prioridade deste plano. (JUIZ DE FORA, 2007a, p. 15).

Neste trabalho, as ocupações urbanas são identificadas como fragmentos da *não cidade* de Juiz de Fora e também como AEIS, pois esta é a nomenclatura proposta pelo documento em vigor na cidade (JUIZ DE FORA, 2007a). Mas, não se pode deixar de frisar que todas essas denominações oficiais acima indicadas funcionam como estratégias de ocultação das desigualdades socioespaciais, uma vez que escondem, através de termos técnicos, o processo de favelização em curso em Juiz de Fora. O município assistiu nos últimos anos o número de áreas de ocupação dobrar. Em 1996, foram registradas 75 ocupações e em 2007, essas áreas já totalizavam 144 (JUIZ DE FORA, 2007a). O crescimento de 52,08% das AEIS é muito maior que o crescimento populacional da cidade, que aumentou apenas 13,37% entre 2000 e 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2015c).

Com relação ao Plano (JUIZ DE FORA, 2007a), são propostas três categorias de classificação para as AEIS, que tem a função de permitir um tratamento mais refinado para os problemas dessas ocupações através do levantamento das prioridades a serem sanadas. Nas AEIS tipo 1 – azul, se enquadram as áreas em condição de subnormalidade ou com potencial para tal, mas que apresentam boa integração ao seu entorno, estando servidas de infraestrutura urbana básica, tais como serviços de saúde, transporte e educação, ainda que a qualidade seja questionável.

Já as AEIS tipo 2 – amarelo, são locais atendidos por infraestrutura básica, porém com a presença de determinados fatores de risco, tais como depósito de inflamáveis e de lixo, aterro sanitário, fonte de poluição do ar, proximidade a ferrovias e vias expressas, desde que não impliquem risco iminente. Esta categoria agrupa os fatores que podem ser facilmente resolvidos, controlados ou que são resultado da própria localização da área, porém não

denotando a necessidade de remoção. Observam-se também outras incidências nesses lugares, como problema de telefonia, de acessibilidade, ou qualquer outra deficiência de serviços.

As AEIS de tipo 3 – vermelho, abrangem os lugares carentes de infraestrutura básica: abastecimento de água e/ou energia elétrica e/ou rede de esgoto. Além disso, estão próximas a ferrovias, margens de cursos d'água, áreas de preservação ambiental e encostas acentuadas com riscos iminentes. São localidades que abrigam domicílios em situação de inadequação domiciliar, com densidade excessiva de moradores por dormitório, problemas fundiários e inexistência de unidade sanitária exclusiva. Nessa classificação, basta que a moradia se enquadre em apenas uma dessas condições para que seja da cor vermelha, mas o mais comum é encontrar casas que apresentem mais de uma dessas características.

O mapa do Anexo A espacializa as AEIS identificadas no Plano Municipal de Habitação (JUIZ DE FORA, 2007a). Conforme o mapa mostra, existem áreas de ocupação em todas as regiões de Juiz de Fora, sendo as áreas de especial interesse social uma realidade presente no espaço urbano da cidade. A Tabela 3 apresenta a quantidade de domicílios classificados como AEIS em 2006, e suas respectivas situações fundiárias.

Tabela 3 – Número de domicílios nas AEIS conforme situação fundiária e tipologia da área de localização

Tipo da AEIS	Situação fundiária				
	Não regularizado	Em regularização	Regularizado	Parte regularizada	Remoção
1	568	34	878	670	
2	2026	303	1215	486	
3	4405	469	643	714	333
Total	6999	806	2736	1870	

Fonte: CPS/UFJF (2006 apud Juiz de Fora, 2007a, p. 18)

A partir desta tabela, nota-se que o município tinha 6.999 domicílios em áreas que precisavam de regularização fundiária, independente da tipologia das AEIS. É visível também, que a soma dos números de moradias que se enquadram na categoria vermelha (tipo 3) apresentam a inadequação habitacional de 9.158 domicílios, sendo que 333 estão indicados para a remoção. Pensando a realidade da ocupação da Vila Barroso, percebe-se que ela era a materialização da categoria 3, sendo carente de infraestrutura básica, e localizada próxima a uma rodovia federal e às margens de um córrego muito poluído. A ocupação estava na região Norte da cidade, que possui o maior número de famílias moradoras em áreas de especial

interesse social, conforme dados referentes ao ano de 2006, apresentados na tabela a seguir (Tabela 4).

Tabela 4 – Crescimento do número de domicílios nas AEIS identificadas

CR	Nº de famílias PDDU 2000 / Listagem 2002	Nº de domicílios em 2006	Crescimento últimos 6 anos +/- nº domicílios	% de crescimento últimos 6 anos +/- nº domicílios
Norte	2.220	3.122	902	41
Nordeste	828	2.043	1.215	147
Leste	760	1.487	727	96
Sudeste	2.204	2.491	287	13
Centro	192	599	407	212
Sul	1.632	2.063	431	26
Oeste	434	1.457	1.023	236
Total	8.270	13.262	4.992	60

Fonte: PDDU/PJF, 2000; CPS/UFJF, 2006 apud Juiz de Fora, 2007a, p. 20.

Com base na tabela, o número de casas nas AEIS cresceu bastante em poucos anos, sendo que na região Norte o aumento chegou a 14%, subindo de 2.220 para 3.122 moradias, totalizando mais 902 domicílios na região. De acordo com o Mapa Social (JUIZ DE FORA, 2012a) é na zona Norte onde se localiza o maior número de famílias que vivem em extrema precariedade. Em contrapartida, a região possui umas das maiores condições de expansão, pois tem um grande número de terrenos vagos, que podem servir para a instalação de equipamentos produtivos, de serviços em geral, bem como abrigar loteamentos populares (JUIZ DE FORA, 2006).

Em seus estudos, Menezes (2010, p. 3) afirma que em Juiz de Fora há “uma clara divisão territorial do trabalho entre o que comumente é designado como acesso Sul¹⁸ e o que se reconhece pelos habitantes como acesso Norte”. No eixo Sul, está a elite da cidade com os seus equipamentos públicos e privados e a valorização imobiliária, com empreendimentos residenciais e implementação de novos negócios relacionados ao setor terciário superior, como hospitais, faculdades, empresas de pesquisa, além de concessionárias de automóveis, hotéis, lojas de móveis e decoração. Já no eixo Norte, está a grande maioria da classe trabalhadora, carente de infraestruturas e morando nas ocupações, programas de habitação e bairros populares, convivendo diariamente com diversas atividades industriais.

¹⁸ As áreas conhecidas como acesso Sul e Norte, podem ser facilmente identificadas na Figura 1, que apresenta a Regionalização de Juiz de Fora e o traçado da BR-040.

Enquanto na região Sul cresce o número de condomínios fechados e arranha-céus sofisticados, há o aumento das moradias informais e loteamentos populares na zona Norte. Isso porque os sujeitos do capital, com suas estratégias de valorização, estão prioritariamente interessados na parcela da população com maior poder aquisitivo que pode consumir as melhores habitações. Resta para a grande maioria dos trabalhadores deixarem todo o seu salário num aluguel ou morar nas ocupações urbanas, esperando a intervenção estatal na construção de loteamentos populares.

Se tratando da questão da moradia, as políticas brasileiras sempre representaram mais uma estratégia política e econômica de contenção de crises, com a injeção de recursos no setor imobiliário, do que social, visando a resolução do problema da falta de casas. Resumidamente, já que não é o objetivo deste trabalho aprofundar nas políticas habitacionais, foi assim desde a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão nos anos 1930 e 1940, passando pela Fundação Casa Popular, criada em 1946, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído em 1964 durante o regime militar e, mais recentemente, o Minha Casa Minha Vida, de 2009.

Políticas habitacionais estas, que sempre interessaram aos detentores do capital imobiliário que também atuam na produção de residências subsidiadas pelo Estado, descentralizando seus investimentos em função da necessidade de incorporar novas regiões e consumidores para expansão e valorização capitalista. Carlos (2006) comenta a produção desigual do espaço urbano, afirmando que:

[...] as transformações que dão novo conteúdo ao urbano se inscrevem num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para a segregação (no espaço) a partir da destruição da morfologia da cidade que ameaça/transforma a vida urbana reorientando usos e funções dos lugares da cidade. Mas pensar a segregação enquanto exclusão encobre a potência da propriedade privada como edificadora das principais contradições da produção do espaço urbano, bem como, na contrapartida, coloca como projeto a inclusão dos excluídos geralmente pela mediação do mercado, realizando a sua condição de consumidores. (CARLOS, 2006, p. 86).

Enquanto consumidores, os trabalhadores têm necessidades de acessar a mercadoria moradia. Porém, têm dificuldades de fazê-lo porque, como já se viu, ela possui particularidades que a diferenciam de outros valores de troca. Por ser um bem imóvel, a moradia tem fixidez geográfica e precisa de solo, o que torna sua produção dependente das oscilações do mercado fundiário. Além disso, algumas áreas da cidade se destacam por elementos físicos e pela existência de uma melhor localização em relação aos centros de

consumo, de empregos, de informações e decisões. Visto isso, entende-se o porquê em Juiz de Fora, os 40.586 lotes vagos localizados em áreas urbanizadas, não são utilizados para sanar o problema habitacional do município. Não são usados porque esses espaços estão situados em áreas de interesse do capital imobiliário e o governo municipal não entra em conflito com os anseios da classe dominante, por isso não os trata como passíveis de desapropriação para fins de atendimento da demanda por habitação (JUIZ DE FORA, 2007a).

Apesar da possibilidade de desapropriação estar garantida pelas leis brasileiras, tal como no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o Estado não o faz porque tem como principal tarefa a garantia da propriedade e a reprodução do capital. Nesse sentido, o espaço capitalista se produz em um conflito no qual a reprodução da vida depara-se com as necessidades de acumulação ampliada (CARLOS, 1994).

Os representantes do Estado, em Juiz de Fora, têm sua história política marcada por um conservadorismo que sempre garantiu que uma mesma elite das famílias tradicionais da região permanecesse à frente da direção política da cidade. Além do prefeito Alberto Bejani (PTB), que iniciou sua gestão em 2005 e em 2008 foi preso e condenado por corrupção, os últimos administradores, que fizeram a *dobradinha* PMDB-PSDB, em pouco avançaram no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores no município, mas garantiram muito bem a propriedade privada. Um exemplo disso foi a privatização, em 1998, do órgão que cuida das políticas habitacionais na cidade, a Empresa Regional de Habitação S/A (EmCasa).

A EmCasa foi instituída pela Lei n. 7.152, de 27 de agosto de 1987 (JUIZ DE FORA, 1987), e hoje é uma sociedade de economia mista, que tem como acionista majoritária a prefeitura de Juiz de Fora, e demais ações em posse dos detentores do capital privado. É responsável pelo estudo dos problemas da moradia popular, em coordenação com os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como com as demais instituições com interesse no tema. Realizam o planejamento, produção e comercialização de unidades habitacionais, em especial as destinadas à população de baixa renda, além de outras ações que visam combater ou inibir o déficit do município e da região. Entretanto, na prática a realidade é bem diferente.

Em 2009, os movimentos de luta por moradia atuantes em Juiz de Fora denunciaram irregularidades na EmCasa, tais como obras superfaturadas, desperdício de dinheiro público e deficiência técnica de projetos; afirmando em seu Dossiê (COMITÊ CENTRAL POPULAR, 2010a) que o órgão tinha em seu cadastro mais de 7 mil famílias,

algumas delas aguardando há mais de 10 anos a efetivação dos conjuntos habitacionais que nunca saíram do papel.

Um desses projetos com problemas na execução foi o Programa Federal de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (URIAP). O Programa é gestado pelo Ministério das Cidades, utiliza recursos do Orçamento Geral da União e tem como objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização de assentamentos precários. Isso é feito por meio da articulação de três ações: a melhoria das condições de habitabilidade, implementada por meio da urbanização e da aquisição de material de construção; prevenção e erradicação de riscos, materializada através da capacitação de equipes municipais e elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos; e projetos de regularização fundiária sustentável, implementada por meio do Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, de projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais e de atividades jurídicas e administrativas de regularização fundiária.

O programa busca melhorar as condições de habitabilidade das AEIS através da redução de riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano da cidade, utilizando recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social acrescidos das contrapartidas obrigatórias de estados, municípios e Distrito Federal.

Em Juiz de Fora, sua implementação iniciou em 2007, e contava com recursos do Ministério das Cidades, totalizando um investimento de R\$ 7.253.039,63, e de mais R\$ 2.500.000,00 equivalentes à contrapartida da prefeitura. Prevista a construção das 300 unidades habitacionais destinadas ao reassentamento de famílias oriundas de áreas de risco e inadequadas para a habitação no Loteamento Novo Triunfo II (JUIZ DE FORA, 2007b). Esse conjunto habitacional, que hoje abriga os *sem-teto* da ocupação Vila Barroso, teve suas obras paralisadas em 2008, após a operação João de Barro da Polícia Federal. A ação denunciou à Justiça 47 acusados de envolvimento em um esquema de desvio de verbas destinadas à construção de casas populares, dentre os investigados estava o então prefeito do município, Alberto Bejani (NÚCLEO DE PESQUISA GEOGRAFIA, ESPAÇO E AÇÃO, 2012?).

O Loteamento Novo Triunfo só foi retomado em 2012, quando foi incorporado aos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, que atualmente é a única política habitacional implantada pelo município. No final de 2009, o então Prefeito Custódio Mattos assinou com a Caixa Econômica Federal os contratos para a construção de diversos conjuntos habitacionais na cidade.

O MCMV é um programa habitacional federal que tem como finalidade desenvolver mecanismos que incentivem a produção de novas unidades habitacionais e

permitam a sua aquisição por famílias de baixa renda. Foi lançado em abril de 2009, período em que o país sofria com os efeitos da crise mundial de 2008, e precisava dinamizar a economia.

A situação de crise foi o pretexto para que o problema da habitação fosse recolocado em pauta, sendo esse programa uma das ações prioritárias do governo para injetar recursos públicos nas empresas do setor imobiliário visando estimular a geração de emprego e renda. Com a meta de produção de um milhão de moradias em todo o Brasil, só em sua primeira edição foram subsidiados cerca de 34 bilhões de reais, fato inédito na história da nação. Nem mesmo o BNH dedicou tanto à moradia de baixa renda numa única operação (FIX, 2011).

Em 2011, foi lançado o Minha Casa Minha Vida II, com a meta de construção de mais dois milhões de moradias. Essa quantidade alta de investimentos do programa foi destinada a conjuntos habitacionais em três faixas de renda: de 0 a 3, de 3 a 6 e de 6 a 10 salários mínimos. Cada faixa possui um limite de financiamento que recebe valores diferenciados a considerar a localização da unidade habitacional. Para os que possuem renda de até 6 salários mínimos, o subsídio governamental chega a vinte e três mil reais, e para os que recebem de 0 a 3 salários, o subsídio é integral. Neste trabalho optou-se por aprofundar naqueles empreendimentos destinados as famílias de até 3 salários mínimos, visto que é neste tipo de loteamento que foram reassentados os moradores da Vila Barroso.

Utilizando os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em parceria com o Poder Público, o governo federal analisa o déficit habitacional de cada município e destina uma quantidade de verbas para a construção de loteamentos na cidade. Concomitante a isso, as construtoras interessadas apresentam projetos à Caixa, que após análise libera recursos, contrata a operação, acompanha a execução da obra e organiza a forma de pagamento das unidades habitacionais a partir das famílias selecionadas. Conforme a área em que será executado o projeto, define-se a quantidade e a tipologia das moradias, que para a faixa de renda de 0 a 3 salários, deve ter sala, cozinha, banheiro, circulação, dois dormitórios e área externa com tanque, com área útil mínima de 36 metros quadrados, quando for casa. Já os apartamentos devem ter sala, dois dormitórios, cozinha, área de serviço e banheiro, com área útil mínima de 39 metros quadrados (ROLNIK et. al., 2010).

As famílias beneficiadas pagam mensalmente, durante dez anos, uma prestação que não deve superar 10% da renda familiar, com o valor mínimo de R\$ 50,00. Entretanto, esse não é o caso dos moradores da Vila Barroso, que nada pagam por suas casas, visto que também são beneficiários de outro programa habitacional, o URIAP.

Segundo dados apresentados pela prefeitura, a primeira fase do projeto construiu 2.632 moradias para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, em 8 loteamentos diferentes. Atualmente, estão em fase de finalização mais 3.860 moradias dentro do programa MCMV II, em 9 loteamentos.

Os métodos para a definição das famílias contempladas pelo MCMV são baseados nas diretrizes do Ministério das Cidades, respeitando os seguintes critérios: famílias residentes e que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres; e famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. A prefeitura de Juiz de Fora também estabeleceu suas regras, tais como residir na cidade há mais de dois anos, famílias com mais de um filho com idade inferior a 16 anos e famílias em situação de risco social.

O número de cadastrados para o sorteio das casas, em 2011, chegou a 16 mil, porém apenas 2.632 unidades habitacionais foram disponibilizadas. Fato que reforça o tamanho do problema habitacional da cidade e a necessidade de uma política realmente voltada a atender os interesses populares.

O Minha Casa Minha Vida alçou a habitação a problema nacional de primeira ordem, mas o definiu segundo critérios da fração do capital representada pelo setor imobiliário. O MCMV articula um problema social real e importante, aos interesses capitalistas. Além de injetar dinheiro nas empresas, transfere para elas a responsabilidade de decidir onde, o que e como construir, reproduzindo questões clássicas na adoção de grandes programas habitacionais.

Os projetos de loteamento propostos pelas empresas ao MCMV não buscam contemplar as especificidades da realidade da cidade. São organizados pela lógica do mercado, tendo como executores, as construtoras privadas. A localização e a tipologia dos imóveis não são elementos definidos como parte da estratégia municipal de desenvolvimento urbano ou mesmo pela demanda da sociedade.

Em Juiz de Fora, uma das muitas irregularidades na execução do programa pode ser vista sem dificuldades na RP Santa Cândida, localizada na região Norte da cidade. A área abrigará cerca de 1.259 famílias em 4 loteamentos do Minha Casa Minha Vida, todos voltados para a população de 0 a 3 salários mínimos. Os conjuntos habitacionais do MCMV, que estão separados apenas por algumas ruas, foram construídos desrespeitando os requisitos básicos para a construção dos empreendimentos. Além disso, estão localizados próximos a outras iniciativas de habitação voltadas para a parcela média e baixa da classe trabalhadora, sendo os loteamentos Caiçaras I, II e III fruto de políticas municipais e o Condomínio Neo Residencial,

de iniciativa da Construtora e Incorporadora Abyara Planejamento Imobiliário. A imagem abaixo mostra o que foi relatado (Figura 5).

Figura 5 – Vista aérea dos loteamentos do MCMV na RP Santa Cândida



Fonte: A autora (2016) adaptado de Google Maps

O manual do MCMV (ROLNIK et. al., 2010) determina que os projetos devem ter no mínimo as seguintes características: inserção na malha urbana; existência prévia de infraestrutura básica que permita as ligações domiciliares de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, vias de acesso e transportes públicos; existência de infraestrutura para a coleta de lixo e drenagem urbana; existência ou ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde e lazer; e, por fim, limite de 500 unidades habitacionais para loteamentos e 250 para condomínios.

Constata-se que muitos dos conjuntos habitacionais disponibilizados em Juiz de Fora não atendem a esses requisitos básicos. Além disso, estão construídos em regiões que não apresentam os maiores déficits de moradias, fato que obriga os beneficiados a se deslocarem na cidade, causando a quebra de laços comunitários e vínculos territoriais. Isso não é levado em conta porque a escolha dos lugares que abrigarão os loteamentos é transferida para as empresas, que decidem onde, o que e como construir.

Geralmente, os terrenos do programa MCMV destinados a faixa de 0 a 3 salários mínimos estão situados nas periferias ou em áreas rurais que são transformadas em urbanas, mediante autorização das Câmaras Municipais. Vale ressaltar, que além de esconder a pobreza, essa mudança da venda da terra de hectares (área rural) para metros quadrados (área urbana) é mecanismo poderoso de apropriação de renda. Em Juiz de Fora, o exemplo mais concreto disso é o loteamento Novo Triunfo II, localizado na saída da cidade, numa área afastada de qualquer infraestrutura e acesso a equipamentos e serviços. Para esse conjunto habitacional, foram direcionadas as famílias que vivem em áreas de risco e/ou inadequadas para moradia, sendo os moradores da Vila Barroso reassentados nessa área.

Diante deste panorama geral sobre a realidade habitacional de Juiz de Fora, será apresentada, na próxima seção, a complexa situação dos moradores da ocupação Vila Barroso, objeto de estudo do presente trabalho.

5 VILA BARROSO: ONDE A HISTÓRIA DE VIDA SE CONFUNDE COM A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Até este ponto do trabalho, dois esforços foram realizados. O primeiro foi a apresentação dos marcos teóricos que orientam a pesquisa e o segundo foi a contextualização das dinâmicas de expansão urbana de Juiz de Fora. Ambos contribuirão para a análise da realidade da Vila Barroso, pois a ocupação está inserida em um processo de construção histórica que envolve diferentes sujeitos, atuando em diversas escalas, sob orientação do mesmo modo de produção.

Com base nesse conhecimento acumulado, esta seção tem como objetivo apresentar a Vila Barroso a partir dos processos que a materializaram na realidade de Juiz de Fora. Ela traz a caracterização da ocupação e seu histórico, buscando avançar na compreensão das relações que se dão para além da dimensão do visível, tendo sempre como fio condutor a compreensão da categoria desigualdade.

Na realidade, o que se propõe então é caminhar da aparência Vila Barroso, problematizando-a, a fim de compreender os fenômenos encobertos, chegando à essência das relações capitalistas que orientam a produção desigual do espaço urbano da cidade. Para tanto, foi necessário escolher uma metodologia que possibilitasse realizar essa trajetória. Esse percurso metodológico é apresentado no primeiro item desta seção, que segue com a descrição das características socioeconômicas e os relatos dos processos que constituíram e desmantelaram a ocupação.

5.1 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa escolhida para trilhar o caminho proposto nesta seção foi diretamente influenciada pela condição da autora, que desde o ano de 2009 acompanha a situação habitacional da cidade através de sua inserção no setor de moradia do Comitê Central Popular e depois no Movimento dos Trabalhadores Desempregados. É essa experiência junto aos trabalhadores *sem-teto* da Vila Barroso, uma das estratégias para a elaboração deste trabalho, que também conta com entrevistas e pesquisa documental.

Com a impossibilidade de separar a pesquisadora e a militante, muitos dos relatos e informações foram colhidos durante os momentos compartilhados com os moradores da ocupação. Esses elementos foram escritos em um caderno de campo, importante instrumento de trabalho de quem se propõe entender a realidade, que pode e deve utilizar suas anotações como fonte de dados. Segundo Mello e outros (2006), as situações em que existe contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa contribuem significativamente para a compreensão das relações sociais e configuram-se como parte integrante do material de análise. Registrar os momentos de convivência fornece elementos significativos para a leitura/interpretação da realidade investigada.

Ainda de acordo com Mello e outros (2006, p. 44), “a ferramenta principal, nos métodos qualitativos, é a pessoa do próprio pesquisador, seus processos de razão e sensibilidade, especialmente o uso de sua intuição e seus outros atributos humanos referentes à comunicação humana”. No caso deste trabalho, a proximidade com os moradores da Vila Barroso só enriqueceu sua elaboração. Leonardo Boff (1997), explica o porquê:

Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. [...]. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. (BOFF, 1997, p. 9).

A vivência junto aos *sem-teto* da Vila Barroso e as anotações no caderno de campo foram muito importantes, mas o percurso metodológico deste trabalho não se restringiu apenas a utilização desse instrumento. Para se aprofundar no entendimento dos processos pelos quais passaram os moradores da ocupação, foi necessário ouvir a voz desses sujeitos, e a forma escolhida para tal foram os relatos. Essa metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea consiste em realizar entrevistas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos do passado e do presente (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

A escolha desse método de pesquisa se deu porque as narrativas orais são narrativas de memória. E essas, por sua vez, são de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como vê a si mesmo e o mundo, mas também como é visto. Além disso, possibilita o contato com perspectivas que muitas vezes não estão presentes em

outras fontes, tais como o cotidiano, as emoções e a subjetividade implícita nos depoimentos (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Neste sentido, resgatou-se essa metodologia como possibilidade para os trabalhadores *sem-teto* contarem suas experiências pessoais sobre a vida na ocupação, o reassentamento e, mesmo que subjetivamente, apresentarem suas percepções sobre os processos que originam as desigualdades socioespaciais que marcam o espaço da cidade de Juiz de Fora.

Foram selecionados quatro moradores para as entrevistas, escolhidos a partir de alguns critérios, sendo o principal deles a tentativa de garantir perspectivas diferentes. Outros pontos determinantes foram o tempo de moradia na Vila Barroso, a participação na vida comunitária, e a diferença geracional. Para orientar os depoimentos, foram elencados alguns tópicos norteadores, sem contudo determinar as questões, visto que essas poderiam reduzir as possibilidades das respostas. Durante as conversas também se atentou para as manifestações dos *sem-teto* diante dos assuntos relatados. Aos entrevistados também foi aplicado um breve questionário semiestruturado para que fosse possível conhecer o perfil socioeconômico dos que participaram da pesquisa. O roteiro das entrevistas está no Apêndice A.

As conversas foram realizadas nos meses finais de 2015 e início de 2016, algumas delas por partes, dependendo da disponibilidade dos entrevistados. Os *sem-teto* ouvidos foram três mulheres e um homem, com idade variando entre 22 e 60 anos, que viveram na ocupação por mais de 5 anos e que, em algum momento, se envolveram nas atividades da Vila Barroso. Cabe ressaltar que mais conversas foram feitas, porém este é o perfil dos moradores que tiveram os relatos citados neste trabalho, identificados apenas como ST1, 2, 3 ou 4. O texto também conta com a contribuição de um representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia, chamado de M1, que participou ativamente da organização da Vila Barroso.

Outra metodologia utilizada foi a pesquisa documental, que abrangeu documentos oficiais disponibilizados pela EmCasa, Secretaria de Obras e presentes no site institucional da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Além disso, utilizou-se dossiês do CCP e do MNLM, e reportagens dos jornais de circulação na cidade. Por fim, algumas conversas informais foram consideradas, dentre elas uma realizada com a técnica social do programa MCMV.

Ao longo de toda essa trajetória metodológica houve algumas dificuldades. A maior delas foi a mudança pela qual passaram os *sem-teto* da Vila Barroso, pois durante a elaboração desta dissertação se acelerou o processo de remoção. Também aconteceu o reassentamento das famílias no loteamento Novo Triunfo. Esse período foi muito conturbado para os moradores que tinham outros interesses que os dificultavam a participar da pesquisa.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

O primeiro contato com determinada realidade se dá, quase sempre, por sua aparência. No caso da Vila Barroso, apenas olhar o seu entorno já permitia afirmar a dureza da construção daquele espaço. Aparentemente, suas formas deixavam transparecer a pobreza, principalmente se vista em suas particularidades. No entanto, perceber a essência dos processos que originaram, mantiveram e removeram a ocupação, exige um olhar voltado à totalidade do sistema capitalista. Isso porque as ocupações materializam a questão habitacional, problema estrutural que está no cerne do atual modo de produção.

Partindo dos aspectos mais simples do real, a Vila Barroso pode ser caracterizada como uma ocupação urbana marcada pela precariedade e total ausência de infraestrutura. A fotografia abaixo, tirada da BR-040, mostra a área (Figura 6).

Figura 6 – Vista da Vila Barroso

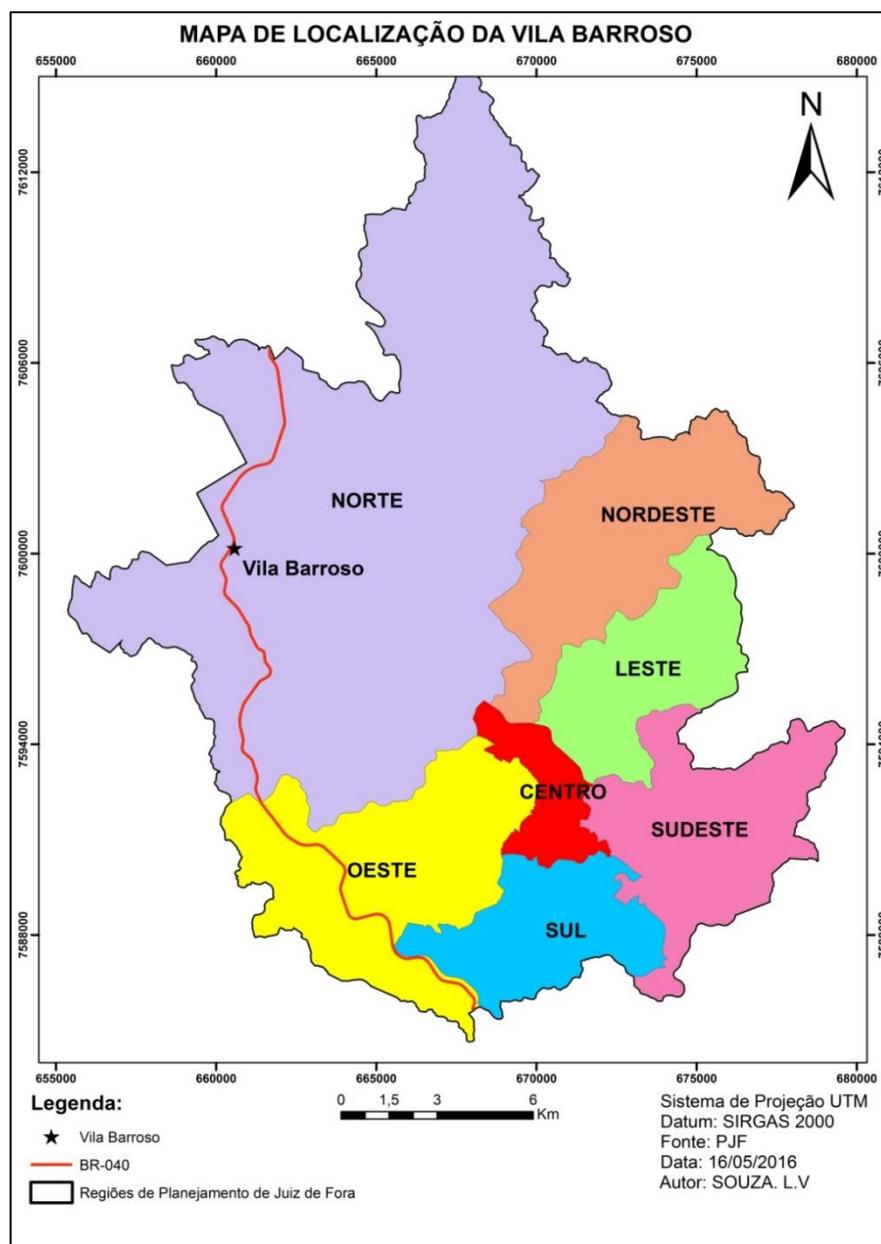


Fonte: A autora. Arquivo pessoal.

A ocupação era situada às margens da BR-040, no Km 777.2 dentro do terreno da empresa Holcim Brasil S.A. Pertencendo ao perímetro do bairro Vila Esperança I, era próxima a Vila Esperança II, Nova Benfica, Benfica, e da área de especial interesse econômico Distrito Industrial, na zona Norte¹⁹ da cidade. O mapa mostra sua localização (Mapa 5).

¹⁹ Com grandes dimensões, a região norte de Juiz de Fora engloba 4 RPs, 49 bairros, 22 AEIS e 2 Distritos Industriais. Seu principal bairro é Benfica, que nos últimos anos têm sofrido um processo intenso de

Mapa 5 – Localização da Vila Barroso



Fonte: A autora. Elaborado por Souza (2016).

Avançando o olhar sobre suas formas, ainda sem levar em conta as dinâmicas sociais que as criam e transformam, é possível observar que o arranjo espacial das moradias da Vila Barroso não seguia racionalidade técnica, com os lotes demarcados aleatoriamente, acompanhando o processo de ocupação do terreno (Anexo B). As casas eram erguidas com

expansão. A região vem recebendo uma série de benefícios por parte do poder público municipal, estadual e federal, visando consolidá-la como Zona Industrial. Além disso, ao longo da história foi, e continua sendo, a parcela juiz-forana que mais abriga loteamentos populares (JUIZ DE FORA, 2004).

materiais diversos, sendo comuns madeiras, lonas e, recentemente, alvenaria sem acabamentos. As imagens abaixo mostram duas habitações distintas (Figura 7).

Figura 7 – Barracos da Vila Barroso



Fonte: Arquivo da Secretaria de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora.

Caracterizada pelo Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias (JUIZ DE FORA, 2014a, p. 3) como “área de risco insalubre”, a Vila recebeu essa denominação pois estava localizada entre uma estrada federal e um córrego, não respeitando as distâncias de segurança estabelecidas pela legislação, o que a configurava como ocupação irregular em área de risco. Isso porque, segundo a Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (BRASIL, 1979), é obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15 metros ao longo das águas correntes e das faixas de domínio público das rodovias.

Com relação à sua definição como insalubre, a ocupação era carente das infraestruturas mais básicas, como água, saneamento e energia. O abastecimento de água era feito por um caminhão pipa, que visitava a área 2 vezes por semana, exceto quando chovia ou quando a prioridade da Companhia de Saneamento Municipal (Cesama) era outra. Nesses dias, valia o improvisado, e utilizava-se a água recolhida de minas próximas ou da chuva. Com relação ao saneamento básico, não havia coleta de lixo e era comum o uso de fossas, que não recebiam tratamento específico. Nas moradias mais próximas ao córrego, o esgoto era encaminhado direto a ele. Já o acesso à energia elétrica acontecia na forma de *gato*. A Vila inteira utilizava um único padrão, localizado no início da ocupação, cedido por um vizinho.

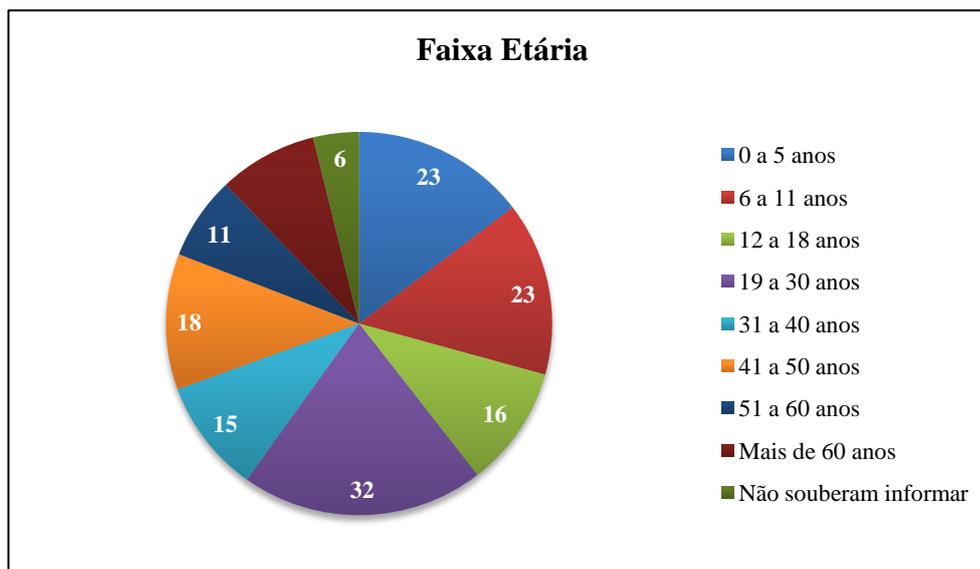
A Vila Barroso pode ser caracterizada como AEIS de tipo 3 – vermelha, da classificação apresentada anteriormente do Plano Municipal de Habitação (JUIZ DE FORA, 2007a), pois além de não ter infraestrutura básica e regularização fundiária, estava situada em área legalmente considerada de risco. Segundo a Fundação João Pinheiro (2013), a carência de infraestruturas é o componente mais importante para o enquadramento de um domicílio no cálculo do déficit. Consideram-se como desprovidas, todas as moradias que não dispõem de um dos seguintes serviços: iluminação elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo. Esse era o caso da ocupação, que até os meses iniciais de 2015, compunha os dados sobre as necessidades habitacionais do município, só deixando de figurar nessa estatística porque seus moradores foram removidos para um loteamento do programa MCMV.

Para entender o processo que resultou no reassentamento dos *sem-teto* é necessário aprofundar na apreensão da realidade, avançando das formas à vida que as preenchem e animam. Nas palavras de Milton Santos (2006, p. 63): “para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação”. Isso porque, isolada, essa categoria permite apenas a descrição dos fenômenos num dado espaço-tempo, sendo necessário conhecer as dinâmicas que as criam e transformam, ou seja, seu conteúdo.

Para o autor (SANTOS, 2006), forma e conteúdo são partes de um mesmo movimento dialético, pois ao mesmo tempo que os sujeitos materializam os processos sociais no ambiente construído, esse ambiente orienta e condiciona esses processos. Assim, um não pode ser entendido sem o outro porque, de fato, não existem separadamente, sendo a noção de “forma-conteúdo” (SANTOS, 2006, p. 64) uma totalidade que revela a produção do espaço a partir da ação dos sujeitos. Isto posto, identificar esses sujeitos é fundamental para perceber o desenrolar de determinada realidade. Por esta razão, o próximo passo será apresentar os *sem-teto* da ocupação.

Utilizando como base os dados socioeconômicos colhidos pela prefeitura durante os cadastros realizados em 2012 (JUIZ DE FORA, 2014a, p. 32-36), identificou-se que a Vila Barroso era o local de moradia de 157 trabalhadores, divididos em 59 famílias, sendo 80 mulheres e 77 homens, separados nas seguintes faixas etárias (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Divisão por faixa etária



Fonte: Juiz de Fora (2014a, p. 33)

Como visto, em 2012 a ocupação tinha 23 moradores com faixa etária entre 0 e 5 anos, e também 23 que estavam entre 6 e 11 anos, ambos totalizando 14,65% cada. Entre 12 e 18 anos, tinham 16 pessoas, correspondendo a 10,19%. Já de 19 a 30 anos, estavam 32 *sem-teto*, que somavam 20,38% do total. Quinze estavam entre 31 e 40 anos, chegando a 9,55%. De 41 a 50 anos eram 18, sendo 11,46%; 11 tinham entre 51 e 60 anos, o que chegava a 7,01%. Com mais de 60 anos eram 13 pessoas, o que correspondia a 8,28%. Por fim, 6 moradores não souberam informar, sendo 3,82%. Esses números são preocupantes pois revelam que o número de crianças exposta à precariedade era muito expressivo, sendo a parcela mais populosa da Vila Barroso, com 46 *sem-tetinho*, se consideramos a faixa de 0 a 11 anos.

Dessas crianças, quase todas em idade de alfabetização estudavam. Já entre os jovens esta parcela era pequena. Alguns adultos são analfabetos e a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto, sendo raros os casos de concluintes do ensino médio²⁰. Essa situação é quase óbvia para uma parcela da classe trabalhadora brasileira, que sofre as consequências de viver em um país desigual. Isso porque as desigualdades socioespaciais imprimem a marca da miséria na vida de muitos trabalhadores que, para sobreviverem, deixam de frequentar a escola e passam a trabalhar, pois precisam aumentar a renda familiar.

²⁰ O cadastro das famílias foi realizado em 2012, porém o diagnóstico socioeconômico completo que estava previsto para ser concluído em agosto de 2015, não foi realizado devido a problemas na tramitação do processo de reassentamento.

É claro que existem outros fatores para o analfabetismo e a evasão escolar, mas a condição socioeconômica é o principal deles.

Desde muito cedo, os *sem-teto* da Vila precisam garantir sua subsistência. Do montante de 89 moradores maiores de 18 anos, idade em que podem se inserir formalmente no mercado de trabalho, 54 encontravam-se empregados, equivalendo a 60,67%. Vinte três estavam desempregados, o que correspondia a 25,84%, e 12 não informaram sua situação de trabalho, sendo 13,48% do total. Os que trabalhavam, ocupavam postos precarizados e mal remunerados, estando inseridos na construção civil, fazendo faxinas, biscates e catando materiais recicláveis. Percebe-se então, que o tipo mais comum de absorção dessa força de trabalho é o emprego informal, modalidade característica da atual forma de organização da produção e da vida: a acumulação flexível, que tem o reordenamento espaço-temporal e a urbanização como condição para a manutenção da valorização de capital (HARVEY, 2004).

A acumulação flexível provocou mudanças profundas. No âmbito da reprodução capitalista ocorreram transformações no espaço de produção através da realocação de indústrias e da reorganização da produção, na esfera da reprodução da vida, o cotidiano alterou-se devido à redistribuição espacial da população, ao desenvolvimento das técnicas, à circulação de informações e às novas condições gerais da produção. Com relação a reprodução da força de trabalho, essa reestruturação baseou-se na volatilidade do mercado, no retrocesso da organização da classe trabalhadora e nos altos índices de desemprego, para estabelecer regimes de trabalho flexíveis. Desta forma, para os que não detêm os meios de produção, a acumulação flexível significou a desregulamentação do trabalho, fomentando a diminuição do emprego formal e o aumento do informal, fazendo surgir relações precárias, tais como trabalho temporário, jornada parcial, terceirização, sendo os trabalhadores empobrecidos os mais afetados (HARVEY, 2004).

Segundo Harvey (2004, p. 145): “as novas condições do mercado de trabalho, de maneira geral, reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados”. Essa parcela da classe trabalhadora, pelo lugar que ocupa na distribuição da riqueza produzida, não consegue acessar as condições necessárias para sua reprodução, o que a obriga a se submeter a condições de trabalho e de vida ainda mais precárias, sendo, muitas das vezes, empurrada para morar nas *não cidades*. Nesse processo, o número de *sem-teto* aumenta na mesma velocidade em que a riqueza se acumula na mão de poucos.

Marx (1996), ao desvelar que o empobrecimento dos trabalhadores é proporcional ao acúmulo de capital pela burguesia, chega à conclusão que o atual modo de produção é marcado pela escassez em meio à abundância, criando um grupo sempre crescente da classe

trabalhadora que não será incorporada diretamente à produção, gravitando em torno dela, e sobre ela incidindo. Essa é uma tendência do capitalismo, que tem funções claras para o exército industrial de reserva, sendo a miséria ou sua probabilidade, um mecanismo poderoso de coerção e convencimento, que obriga o trabalhador a se submeter à exploração capitalista.

Nas palavras de Marx, “tudo o que importa é tornar a fome permanente entre os que pertencem à classe trabalhadora” (MARX, 1996, p. 276). Na Vila, a fome era uma realidade. Isso porque a precariedade das condições de trabalho ou a falta dele influenciam diretamente na renda e, assim, na sua reprodução. Em 2012, das 59 famílias residentes na ocupação, 13 recebiam menos do que um salário mínimo²¹ mensal, o que correspondia a 22,03% dos *sem-teto*. Vinte seis possuíam renda igual a um salário mínimo, totalizando 44,07% e 20 famílias ganhavam mais do que isso, sendo 33,90%.

Como visto, a maioria dos moradores da ocupação recebia o equivalente ou menos que um salário mínimo. Esse salário, conforme já explicitado em outros pontos do texto, é o valor pago a um indivíduo por um determinado trabalho que, na maioria das vezes, cobre apenas as necessidades mais imediatas. Somente quem tem um emprego recebe o salário, restando aos desempregados buscar sustento em atividades esporádicas, de baixíssimas remunerações. Essa parcela dos trabalhadores mais pobres não consegue se reproduzir sem que precise da intervenção estatal e, nesse sentido, algumas necessidades passam a ser demandas não solváveis, tal como moradia. Produzida como valor de troca, a habitação era inacessível aos *sem-teto*, que não tinham condições de pagar aluguel e muito menos adquirir uma casa no mercado imobiliário formal, restando-lhes viver em condições sub-humanas na Vila Barroso, aguardando serem atendidos por políticas sociais.

Com os dados do levantamento socioeconômico (JUIZ DE FORA, 2014a) apresentados até aqui, é surpreendente o reduzido número de famílias que tinham acesso a benefícios sociais. Constatou-se que apenas 12 das 59 famílias *sem-teto* eram contempladas por alguma política de assistência, sendo que 10 recebiam o Bolsa Família e 2 o Prestação Continuada. Segundo Piquet e Ribeiro (2001), algumas políticas sociais servem para manter vivo o contingente que compõe o extrato mais empobrecido da força de trabalho, enquadrando-se nesse grupo os dois programas federais citados. O Bolsa Família objetiva a transferência de renda às famílias em situação de pobreza de modo que consigam garantir a alimentação, saúde e educação. Já o Prestação Continuada consiste no pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas idosas ou deficientes que comprovem não possuir meios de

²¹ Os dados socioeconômicos apresentados foram colhidos no ano de 2012, quando o salário mínimo era R\$622,00.

prover a própria manutenção e nem de tê-la garantida por sua família. Sem saber a explicação plausível para tal, o número de famílias que não recebiam qualquer benefício totalizava 47, o que correspondia a 79,66% do montante.

Por conta da precariedade, muitos moradores não aguentaram e deixaram a ocupação. Os *sem-teto* que resistiram na Vila Barroso até a remoção²², viveram na insalubridade extrema, sendo comuns as doenças causadas por sua situação de moradia. Os diagnósticos frequentes eram verminose, pneumonia, anemia, desnutrição e doenças de pele; e as crianças se constituíam a parcela da população mais atingida. Talvez isso se explique porque os *sem-tetinho* tinham como uma das únicas opções de lazer nadar no córrego que margeava a área. Esse curso d'água é extremamente poluído porque além do esgoto de alguns moradores da Vila, também recebe rejeitos das indústrias próximas. O outro lugar para as brincadeiras e convivência era a praça da ocupação, que não tinha qualquer estrutura ou equipamento, conforme mostra a foto abaixo (Figura 8).

Figura 8 – Praça da Vila Barroso



Fonte: A autora. Arquivo pessoal.

O lazer dos jovens era ficar sentado as margens da linha férrea em frente ao ponto final do ônibus n. 715 – Vila Esperança II. Esse ponto era o lugar onde os *sem-teto* da Barroso interagiam com os moradores dos bairros vizinhos, sendo a relação pacífica. Porém, os

²² Durante a elaboração deste trabalho, todas as famílias foram encaminhadas ao reassentamento. Porém, 6 recusaram a se mudar e ainda resistem morando na Vila Barroso. Essa situação é recente e será relatada adiante.

problemas da Vila eram reconhecidos pelo seu entorno. Um deles era a dependência dos vizinhos mais próximos para emprestarem seus comprovantes de residência, pois como a área era uma ocupação, seus moradores não possuíam o endereço fixo necessário para o acesso aos serviços públicos, bancários e de comércio.

Diante de tudo o que foi apresentado sobre a vida na Vila Barroso, nota-se que seus moradores foram violentados diariamente pela falta de direitos fundamentais. Além disso, eram sempre tratados como caso de polícia, pois na sociedade desigual os pobres são concebidos como perigosos e criminosos. Assim, outro tipo de violência fazia parte do cotidiano dos *sem-teto*, visto a atuação truculenta dos órgãos ligados ao poder público. Os bombeiros e a defesa civil não podiam intervir na ocupação, caso os moradores necessitassem, porque o local era considerado área particular, mas a polícia militar e a guarda municipal tinham total poder.

Para os *sem-teto* da Vila, foram anos vivendo sem serviços e infraestrutura urbana (incluindo difícil acesso à saúde, educação, creches, etc.), oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores chances de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação, dificuldade de acesso à justiça oficial, opções de lazer. Segundo Maricato (2002), essa lista é interminável porque acompanha a violência praticada para a reprodução do modo de produção capitalista, sendo a chamada violência urbana, uma manifestação daquilo que se procura tanto esconder: a sociedade dividida em classes, que priva do acesso à vida urbana os não proprietários. Entretanto, quem só detém sua força de trabalho resiste a essa realidade e o espaço urbano, que não é um *lócus* passivo das relações sociais, passa a ser o local onde se materializam também as resistências, que se manifestam em transgressões cotidianas, em organização social ou em pensamentos questionadores.

Na Vila Barroso, a necessidade de moradia digna fez os *sem-teto* entrarem na luta política de forma organizada. Contribuíram nesse processo, dois movimentos sociais que realizaram durante anos um trabalho permanente de formação e mobilização com os moradores. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados e o Movimento Nacional de Luta por Moradia agiam de forma articulada, apesar de serem evidentes algumas diferenças entre ambos, com destaque para suas bandeiras de luta²³ e o período que realizaram o

²³ O MNLM foi criado em 1990, e tem como objetivo contribuir para acabar com o déficit habitacional, através do estímulo à organização e articulação, unificando as lutas pela conquista da moradia e o direito fundamental à cidade. O movimento iniciou sua intervenção em Juiz de Fora no ano 2000. Já o MTD surge em 2000, influenciado pela ação dos piqueteiros da Argentina, que lutavam contra as mazelas do modelo neoliberal em seu país. Esse movimento carrega a palavra de ordem: “o fruto do trabalho de quem trabalha

trabalho. Enquanto o MNLM esteve na área por 15 anos, o MTD atuou cerca de 3 anos. A imagem abaixo mostra o centro comunitário, local onde ocorriam as reuniões (Figura 9).

Figura 9 – Centro comunitário da Vila Barroso



Fonte: A autora. Arquivo pessoal.

Hoje, embora de maneira fragilizada, militantes desses movimentos acompanham de longe os *sem-teto* da Vila Barroso. Nas palavras do representante do MNLM, “*depois de tanta luta, estamos deixando eles seguirem por suas próprias pernas*” (M1). Após a remoção, muitos estão reconstruindo a vida na nova moradia, outros encontraram dificuldades, mas até chegarem neste momento passaram por um intenso processo de conflitos e redefinições. Essa história será contada detalhadamente a seguir, pois não existe presente sem o passado, e olhar para trás será fundamental para se avançar na apreensão das dinâmicas que compõe a realidade vivida pelos *sem-teto* da Vila.

5.3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA VILA BARROSO

A mesma história pode ser contada de diversas formas dependendo da perspectiva que se olha. Vale resgatar novamente Boff (1997), quando afirma que cada um lê com os

será”; e quatro bandeiras de luta: Trabalho, Terra, Teto e Educação, que são desdobrados em propostas como assentamentos urbanos e frentes emergenciais de trabalho. Em Juiz de Fora, o MTD chegou em 2010 (CAPUCHINHO, 2012).

olhos que tem, e interpreta e conta a história a partir de onde os pés pisam. No caso da trajetória da Vila Barroso, ela certamente seria relatada de forma diferente por cada um dos sujeitos envolvidos.

Para a Holcim, a história da Vila começa no momento em que deram conta que uma parcela de seu terreno, até então tomada por mata fechada, tinha sido “*invadida*” por diversas famílias. Já para a prefeitura, ela iniciou quando a empresa solicitou a participação de seus representantes nas audiências judiciais, esperando que fossem resolver o problema. O representante do MNLM confirma que o ponto de partida oficial da Vila Barroso é contado a partir da primeira notificação judicial, que data o ano 2000.

O primeiro registro que teve foi o referencial que a ocupação tava consolidada, que existe que tem identidade. É do primeiro registro, da primeira notificação judicial que a ocupação passa a constar, e isso foi em 2000. A referência de tempo da Vila Barroso faz, é da primeira notificação que a família recebeu e assinou. Foi a empresa que notificou as famílias porque estavam em área particular. Ai começaram as audiências no fórum e a empresa demandou acompanhamento da prefeitura para solucionar o problema (M1).

Para os *sem-teto*, a história da Vila Barroso começa antes do momento em que espontaneamente resolveram ocupar a propriedade da Holcim. O terreno “*sem imóveis*” (ST1) margeava uma área em que a prefeitura havia construído dois conjuntos habitacionais com recursos do programa federal Habitar-Brasil. Essa iniciativa foi formulada e financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, e tinha como objetivo promover ações de melhorias das moradias nas áreas de ocupação subnormal, posteriormente identificadas como AEIS. Na zona Norte de Juiz de Fora, dois loteamentos feitos através do programa foram o Vila Esperança I, com 186 lotes, e o Vila Esperança II com 712, em 1987 e 1997 respectivamente. Esses conjuntos receberam moradores oriundos principalmente de Benfica e da comunidade de Santa Tereza, localizada às margens da linha férrea próxima ao bairro (TOLEDO, 2006, p. 50).

A quem morava em barracos no entorno dos loteamentos e não foi contemplado pelo programa, só restou como alternativa ocupar a área da Holcim, que até então não sabiam que era particular. Os primeiros *sem-teto* da Vila eram moradores da região e chegaram em 1999. Logo foram seguidos por famílias despejadas de diversas áreas da cidade ou que precisavam sair do aluguel. Alugar é uma alternativa legal para quem precisa morar, mas não detém a propriedade de uma habitação. Para os trabalhadores, pagar a locação de um imóvel significa imobilizar uma boa parcela de seu salário, dificultando o acesso às demais

mercadorias necessárias para sua reprodução. Além disso, a legislação que rege essa relação protege os locatários e a propriedade, exigindo uma formalidade para o aluguel que impacta o imaginário dos trabalhadores através da sensação que se não pagarem estarão violando algum direito. E, de fato, estão mesmo, pois a propriedade privada é o direito inalienável do capitalismo (VILLAÇA, 1986).

Também foram para o local pessoas vindas do interior do estado de Minas Gerais, com maior expressão as cidades de Ipatinga, Ewbank da Câmara e Pedro Teixeira. Alguns vieram do campo para prestar serviços na BR-267, outros chegaram em Juiz de Fora através de contrato com a empreiteira responsável pela construção da Mercedes Benz. Esses últimos ficaram desalojados quando as obras terminaram e, sem condições melhores de moradia, se sujeitaram a viver na ocupação. Além disso, vieram migrantes que se mudaram para o município na expectativa de conseguir emprego na montadora alemã.

Os anos iniciais da ocupação coincidiram com o período em que o poder público municipal adotava políticas para a atração de investimentos para a cidade, que estava com a industrialização estagnada. Nesse momento, o capital tomava o globo para realocar os excedentes e acessar força de trabalho barata e desorganizada, sendo neste movimento de crescente mundialização que os grandes centros assumiram papéis ainda mais estratégicos no processo de acumulação, pois a reprodução do espaço da metrópole apareceu como possibilidade renovada da valorização capitalista. Como uma cidade média que estava perdendo centralidade na rede urbana brasileira em um cenário de reestruturação econômica e adoção de políticas neoliberais, Juiz de Fora assistia o setor terciário crescer em detrimento do esvaziamento do industrial, e a solução encontrada foi agir no sentido de garantir incentivos fiscais e infraestruturas necessárias para atrair o capital globalizado.

Dos grupos empresariais que vieram para o município, quase todos se instalaram na zona o Norte, próximo à BR-040, que nesse período já se consolidava como novo eixo econômico, impulsionando a ocupação e a valorização daquela área. Nessa movimentação dos sujeitos, não só os capitalistas foram atraídos para a cidade e especificamente para a região, os trabalhadores dos municípios vizinhos também se dirigiram para Juiz de Fora em busca de oportunidades de trabalho. Além do desemprego que assolava o Brasil, contribuiu para essa migração as propagandas feitas pelo poder público local e estadual em torno da vinda das grandes corporações como possibilidades de emprego e renda para a cidade. Um exemplo emblemático é a Mercedes Benz.

Com grandes possibilidades de expansão e por abrigar diversas empresas, a zona Norte recebeu uma boa parcela desse contingente que veio para a cidade em busca de

emprego. Isso porque a proximidade da moradia ao local de trabalho é imprescindível para a diminuição do custo da reprodução da classe trabalhadora. Assim, chegaram à região tanto empresas, quanto trabalhadores que pleitearam emprego nelas, porém, muitos não conseguiram se inserir no mercado de trabalho e não tinham condições para acessar a mercadoria habitação, seja comprando ou alugando. A alternativa foi ocupar uma área, pública ou privada, para construir sua casa. O relato a seguir apresenta como foi esse processo para uma *sem-teto*.

Vim pra cá porque lá (em sua terra natal) não conseguia emprego. O maior aperto é viver sem emprego com os filhos pequenos. Cheguei e fui morar na Vila II, e os 2 meses que morei lá fiquei devendo aluguel. Eu não gosto de ficar devendo nada, aí foi que me indicaram a invasão. Meu lugar era ali, eu sabia. Morei praticamente 15 anos. Quando chegamos tinha uns barraquinhos de lona, mas o pessoal não morava, aí cheguei e fiz casinha de madeira, numa dificuldade, nossa (ST1).

A fala da moradora mostra como a busca por melhores condições de vida faz as pessoas deixarem seus lugares de moradia e partir para outras cidades mesmo sem a certeza de que vão encontrar trabalho. Explicita também a compreensão que, mesmo subjetiva, está no imaginário dos trabalhadores mais empobrecidos sobre o lugar que lhes é reservado na cidade. A parte que lhes cabe nesse latifúndio são as *não cidades*!

Compondo a parte ignorada na representação da *cidade oficial*, as ocupações podem ser praticadas por ato político ou falta de opção. Neste último caso, é uma necessidade de sobrevivência para a parcela da classe trabalhadora mais empobrecida, que convive diariamente com a face perversa do capitalismo. Muitas vezes, ocupar é uma ação questionada pelos próprios *sem-teto*, que se sentem “*invasores*” (ST2), visto toda a naturalização da propriedade em sua forma jurídica e a ideologia difundida sobre sua concepção como um direito. A construção dessa ideia não é gratuita, ela garante a reprodução do modo de produção capitalista, pois a propriedade privada é um dos seus pilares.

Buscando reaver sua propriedade, nos dias iniciais da ocupação, a Holcim enviou representantes à área com objetivo de reconhecer os moradores para que fossem incluídos no processo de reintegração de posse. Essas idas ao local demoraram bastante tempo, pois eram 68 famílias. Como não conseguiram os nomes dos responsáveis por todos os barracos, o processo foi nominal a um *sem-teto* do sexo masculino. Isso é perigoso, pois elencar um indivíduo como responsável por uma ação que é coletiva aumenta as chances de ele ser culpabilizado ou tentarem cooptá-lo. Além disso, pode contribuir para a neutralização dos conflitos e gerar a despolitização do problema.

No caso da Vila Barroso, isso não aconteceu. Uma hipótese para tal, foi a chegada do MNLM, que passou a acompanhar a área após “*6 meses de organização da ocupação, aproximadamente*” (M1). Esse movimento chegou a Juiz de Fora em 2000, período em que se nota o aumento da favelização da cidade e também a efervescência dos processos organizativos, com a criação das associações de moradores.

Nacionalmente, os movimentos como o MNLM se consolidam na década de 1980, mas suas trajetórias estão ligadas ao golpe civil e militar de 1964. Com a ditadura, os canais já existentes de organização popular foram bloqueados, mas os trabalhadores resistiram e criaram novas formas organizativas fora do espaço de trabalho. Identificadas como movimentos sociais urbanos, elas se deram nas comunidades, onde os moradores começaram a cobrar saneamento, educação, saúde, habitação, enfim a resolução de problemas que afetavam seu dia a dia. O espaço do cotidiano torna-se, então, um novo lugar para a política e, não por acaso, as mulheres têm participação fundamental (CAPUCHINHO, 2012).

Agora acompanhados por um movimento organizado, os *sem-teto* se mobilizam e, no final dos anos 2000, conseguiram melhorar seu acesso à água, sendo “*o caminhão pipa, a primeira conquista*” (ST2). De acordo com o militante do MNLM, “*foi uma festa receber água, porque as crianças, as pessoas, tomavam banho no copo, na bacia. O processo de confiança (com o MNLM) veio através dessa conquista*” (M1).

A partir dessa fala, nota-se que a primeira ação organizada dos *sem-teto* da Vila Barroso veio a partir da intervenção do MNLM na ocupação. Lojkin (1997) comenta que uma das características dos movimentos sociais é a capacidade de colocar os sujeitos em movimento. Organizados, conseguem fazer melhores leituras da realidade e elencar suas pautas prioritárias de reivindicação. Na Vila Barroso, o que envolvia e aproximava os moradores naquele momento eram as questões jurídicas.

Para buscar informações e negociar as soluções, o MNLM contribuiu na formação de uma comissão, eleita pelos próprios *sem-teto*, como os responsáveis para tratar das pautas de interesse da comunidade. Segundo uma participante desse grupo, “*a comissão de negociação só tinha 2 homens, o resto era tudo mulher, mesmo tendo meio a meio na ocupação*” (ST3).

Pelo que se pode notar, o protagonismo feminino aparece logo no começo da Vila Barroso e, como visto, essa é também uma constante nos movimentos sociais urbanos em todo o Brasil. Isso se justifica, dentre outras questões, na divisão sexual do trabalho que marca o capitalismo patriarcal. Às mulheres cabe o papel de cuidar da casa e dos filhos, ou seja, garantir a reprodução da família. Além de zelar pelo lar, elas estão cada vez mais inseridas no

mercado de trabalho, sendo mal remuneradas e ocupando cargos precarizados. Essa situação de forma nenhuma é determinação natural, e sim construção social que marca a desigualdade das relações sociais de sexo. Sabendo disso, não surpreende quando numa ocupação protagonizada por mulheres, o processo de reintegração de posse saia nominal a um homem, conforme indicado em outra passagem do texto. Também não espanta ler os dizeres da placa que ficava na praça da Vila, mostrada na imagem abaixo (Figura 10).

Figura 10 – Placa da praça da Vila Barroso



Fonte: A autora. Arquivo pessoal.

A participação das mulheres marcou a história da Vila Barroso, tanto na vida comunitária quanto nas mobilizações. Sob influência do MNLM, algumas *sem-teto* começaram a acompanhar as reuniões do Conselho Municipal de Habitação (CMH). Elas acreditavam que essa importante instância das políticas urbanas seria um dos espaços para denunciarem a realidade vivida na ocupação e pressionarem a prefeitura por melhorias.

Historicamente, as origens dos CMHs remetem às décadas de 1970 e 1980, com a luta pela democratização do Estado brasileiro e, também, as já citadas mobilizações para a mudança nas condições de vida dos trabalhadores em suas comunidades. Essas lutas tiveram papel importante na formulação da Constituição de 1988, e resultaram na inclusão de instrumentos e mecanismos de participação direta na política urbana, sendo os conselhos uma dessas possibilidades. Concebidos como uma ferramenta, os CMHs têm como objetivo garantir a participação da população na elaboração, implementação e controle das políticas sociais, dentre elas a de habitação. Entretanto, o que se nota hoje é um esvaziamento dessa

instância e a prevalência de interesses particulares de determinados sujeitos (CYMBALISTA, 2000).

Em Juiz de Fora, o Conselho Municipal de Habitação foi criado em 2000. Para pensarem sua intervenção nele, os movimentos sociais da cidade realizaram o Fórum Intersindical de Moradia, no qual indicaram os candidatos representantes da sociedade civil que concorreriam as eleições para a primeira gestão do CMH. As mulheres da Vila se juntam a esses eleitos e participam como ouvintes do conselho.

Em meados do ano 2001, a ocupação estava consolidada. Foi então que uma das *sem-teto* a batiza de *Afeganistão*. Isso aconteceu em referência ao país localizado no centro do continente asiático que ganhou visibilidade mundial quando, no mesmo ano, foi invadido pelos Estados Unidos e seus aliados, sob a justificativa da guerra ao Terror. Sobre a explicação para esse nome, um morador diz que foi “*pelo processo de violência que era. No começo a ocupação era no meio da mata fechada, era terra sem lei, não tinha visibilidade de ninguém. Parecia até com o país que a gente via no jornal*” (ST2).

A troca de nome foi uma necessidade. Os *sem-teto* identificaram que isso era vantajoso durante as audiências judiciais em que tinham que negociar com a empresa. Foi para “*tirar a agressividade do nome da mesa de negociação, pela situação da época, né, o que era o Afeganistão mesmo. Já Vila Barroso dava responsabilidade para a empresa*” (ST2). Assim, a ocupação passa a ser denominada Vila Barroso, utilizando o nome fantasia da Holcim²⁴.

Esse processo é importante pois mostra a dimensão simbólica da luta travada pelos *sem-teto* da Vila Barroso, que ao atrelar o nome da ocupação a empresa acionaram uma estratégia de responsabilização da Holcim. A partir daquele momento, a imagem da transnacional na cidade estava vinculada à condição de extrema precariedade vivida pelos moradores da Vila, sendo interessante também para ela a resolução dessa situação. Segundo Carlos (2001), a criatividade é marca das resistências travadas na dimensão do cotidiano. Na esfera do vivido os sujeitos vão criando e recriando significados em torno de suas experiências de vida, utilizando-as como possibilidades para sua afirmação e para a subversão da ordem que os excluí da vida urbana.

Desde o início, o que a empresa queria era a retirada das famílias, mas como já tinha se passado mais de dois anos da ocupação e os *sem-teto* estavam ganhando visibilidade,

²⁴ A Cimento Barroso foi comprada pela suíça Holcim em 1996. Em abril de 2014, o grupo divulgou a compra da francesa Lafarge, criando a maior fabricante de cimento do mundo, com vendas combinadas de 44 bilhões de dólares.

a orientação judicial foi que se interrompesse o processo de reintegração de posse e se fizesse um acordo. A Holcim, então, passa a pressionar a prefeitura, que marca uma reunião para o dia 5 de novembro de 2002, na sede da EmCasa. Nesse encontro, registrado em um relatório pelo MNLM, as partes se posicionaram da seguinte forma:

Segundo os representantes da empresa Holcim há muitas dificuldades para a permanência das famílias no local, uma vez que, existem projetos para o uso da área. Quanto à Prefeitura, não há nenhuma proposta de transferência das famílias para um terreno público ou inclusão em algum projeto, pois de acordo com o diretor de habitação, todos os programas executados pela EmCasa possuem como critério, para inscrição, o recebimento de uma renda fixa de no mínimo três salários mínimos (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, 2002, p. 1).

De acordo com o relatório (MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, 2002), esse encontro teve como objetivo discutir e planejar soluções para o caso. Mas pelo que consta no documento, nem a empresa e nem o poder público tinham alternativas, permanecendo a vontade de que os *sem-teto* deixassem a área por conta própria. Os moradores reafirmaram a impossibilidade de saírem da ocupação, justificando que estavam no local “*porque não tinham escolha*”. Dessa reunião veio a proposta da transferência das famílias para um terreno ocioso da Holcim. “*A possibilidade que deram pra nós foi da empresa doar outra área, que não tinha serventia industrial, que era o morro esburacado do Vila Esperança II*” (ST3).

Na ata de uma reunião realizada pelo Conselho Administrativo da Holcim, cuja sede é São Paulo, a empresa revela-se disposta a doar à prefeitura de Juiz de Fora 58.277,39 m² de seu terreno para a construção de casas para os moradores da Vila Barroso (COMITÊ CENTRAL POPULAR, 2010a). A figura mostra os lotes, com destaque para a área da ocupação, e para a parte que seria doada aos *sem-teto* (Figura 11).

Figura 11 – Terrenos de propriedade da empresa Holcim



Fonte: A autora, adaptado de Google Maps.

A parcela do terreno ocupada pelos *sem-teto* era plana, mas o lote que a Holcim aceitou doar estava na parte montanhosa de sua propriedade. Provavelmente, essa mudança no local de construção das casas seria por conta da valorização que áreas planas têm numa cidade que está sob domínio morfoclimático dos “mares de morros florestados” (JUIZ DE FORA, 2004). Com o relevo predominante no município, os terrenos planos em determinadas regiões da cidade tornaram-se raridades, sendo difícil acessá-los, o que os configuram como possibilidade para a auferição de grandes lucros.

Mesmo não sendo o terreno pretendido, é impactante quando a empresa abre mão de parte de sua propriedade. Isso possivelmente aconteceu porque a terra estava ociosa, visto que em Juiz de Fora, a Holcim funciona apenas como depósito e não utiliza grande parte de

sua área. Para avançar no sentido da doação do terreno, a EmCasa fez um anteprojeto consultivo objetivando dimensionar se daria para construir todas as casas no local. Esse projeto “foi vetado pelo CDI (Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais²⁵) pelo fato de que a área é econômica, industrial e não habitacional” (M1).

Nesse caso, o papel emblemático foi realizado pelo poder público, que mesmo podendo acessar a área e resolver parte de um grande problema, não quis fazê-lo, deixando os interesses do CDI prevalecerem. A Companhia, apesar de ser uma empresa de parceria público-privada, representou apenas o interesse das empresas, e negou a possibilidade de construção de casas naquele terreno supostamente porque já estava em curso o processo de valorização do entorno da BR-040, com a ida de diversos grupos para suas margens. A prefeitura da cidade acatou essa decisão, e isso não surpreende, pois a atuação do Estado capitalista visa favorecer, quase sempre, apenas um lado: o da acumulação de capital. Entretanto, seus representantes agem no sentido de mediar conflitos e parecer neutralidade, buscando atenuar os efeitos das desigualdades socioespaciais através de processos ideológicos, transparecendo que estão agindo em benefício de todos.

Essa situação mostra como os capitalistas e o Estado se relacionam, e quem sofre com essa coesão entre os sujeitos é a classe trabalhadora, no caso deste estudo, representada pelos *sem-teto*, que permaneciam na mesma situação e, sem perspectivas de qualquer ação da prefeitura, em 2005. Nesse mesmo ano, a empresa entrou com um pedido de reintegração de posse. Contraditoriamente, a movimentação judicial foi paralisada por pedido do poder público, que já negociava com o governo federal a implantação do programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários na cidade. Só assinado pelo então prefeito, Alberto Bejani, em junho de 2007 (NÚCLEO DE PESQUISA GEOGRAFIA, ESPAÇO E AÇÃO, 2012?). Esse seria o início de uma longa *novela* que só chegou ao fim no ano de 2015, com o reassentamento das famílias.

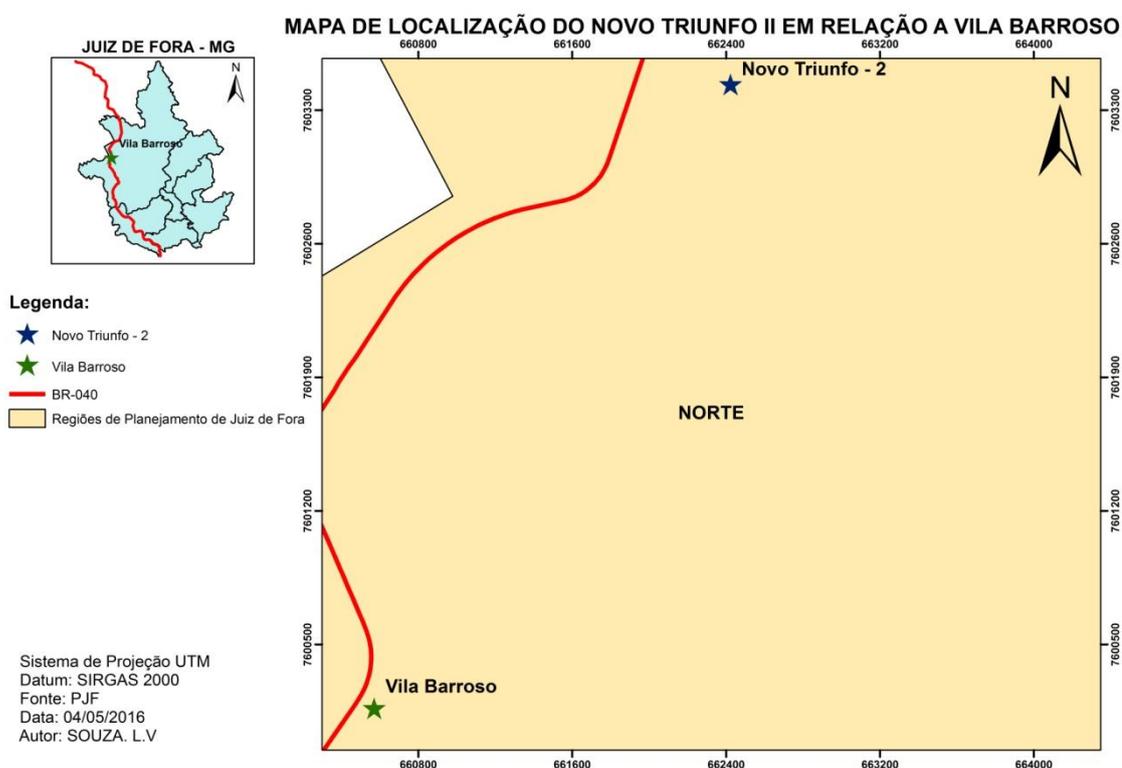
²⁵ A Companhia de Distritos Industriais era uma empresa dedicada a planejar áreas e dotá-las de infraestrutura, comercializando-as para instalação de empresas em Minas Gerais. Em 2003, foi incorporada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), que é uma empresa pública constituída na forma de Sociedade Anônima e controlada pelo Estado mineiro (MINAS GERAIS [c20--]). Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/a-codemig>>.

5.3.1 Os longos anos do processo de remoção

Como já mencionado neste trabalho, a ocupação se inicia em 1999, é reconhecida pela Holcim e pelo poder público local em 2000, mas só é assinado o contrato para a construção das moradias que abrigaria os *sem-teto* da Vila em 2007. Após sete anos de espera, a prefeitura de Juiz de Fora apresentou uma solução através de uma parceria firmada com o governo federal para a implantação do URIAP, política de reassentamento de famílias oriundas de áreas de risco e inadequadas para habitação, apresentada anteriormente no texto.

Em Juiz de Fora, uma das ações desse programa seria a construção de 300 unidades habitacionais para atender 77 famílias residentes na ocupação Ponte Nova; 9 que viviam às margens do Córrego Santa Cruz; 15 da Favela da Empav; 65 residentes na ocupação Vila Barroso; e mais 83 que habitavam em outras partes indicadas pela Defesa Civil dentro do perfil do URIAP. Essas famílias seriam removidas de sua moradia e encaminhadas para novas casas no loteamento Novo Triunfo II, localizado na região Norte (JUIZ DE FORA, 2007b). O mapa abaixo apresenta a localização do conjunto habitacional (Mapa 6).

Mapa 6 – Localização do loteamento Novo Triunfo II



Fonte: A autora. Elaborado por Souza (2016)

O loteamento Novo Triunfo II está no perímetro do bairro Barreira do Triunfo, situado no extremo Norte do município, dentro da Região de Planejamento Barreira. Segundo o Plano Diretor (JUIZ DE FORA, 2004), a RP tem vocação industrial e está se consolidando como polo industrial após a implantação da Mercedes Benz. Em contrapartida, seu índice de urbanização é baixo, apresentando deficiência de serviços públicos, tais como saneamento, energia elétrica, saúde, transporte, educação e comunicação. A caracterização que o PDDU faz da região apresenta essa situação.

A infraestrutura na região é bem precária, com índices de saneamento baixíssimos em alguns bairros e índices médios no bairro Barreira do Triunfo. Apesar de estar localizado próximo aos mananciais de água, não existe, até o momento, viabilidade econômica para a extensão deste serviço para o uso domiciliar. A região é abastecida através de soluções isoladas como poços profundos. [...]. De uma maneira geral a região apresenta baixos índices de coleta de esgoto pela Cesama. [...]. Não há sistemas de drenagem pluvial na região, acarretando inundações nos pontos baixos. [...] A coleta de lixo é feita com baixa frequência. [...] O sistema viário da região é precário, com ruas estreitas e sem pavimentação, agravando na época das chuvas. [...] São observadas a descontinuidade de ocupação e a sua articulação com os demais bairros, que é feita através da BR-040 e da Av. Juscelino Kubitschek, que possui características de rodovia. (JUIZ DE FORA, 2004)²⁶.

Diante desse panorama, é intrigante pensar porquê esse local foi escolhido para a construção de um loteamento popular, visto que a Barreira possui áreas para a expansão urbana, mas carece de infraestruturas que permitam viver adequadamente. Provavelmente, isso aconteceu pois o poder público agiu no sentido de garantir o valor de troca da moradia, buscando beneficiar diretamente os proprietários fundiários e o setor imobiliário, e não os futuros moradores do conjunto habitacional.

Ao construir o loteamento na Barreira, a prefeitura favoreceu os proprietários através da valorização daquele terreno e os do seu entorno, ao possibilitar a chegada de melhorias de infraestruturas e equipamentos no bairro. Também o setor imobiliário lucrou, dentre outras coisas, pois conseguiu acessar uma parcela de terra periférica e barata, diminuindo seus custos de produção. Por outro lado, os chamados beneficiários do Novo Triunfo ficaram distantes das oportunidades de trabalho, dos serviços e das redes de sociabilidade estabelecidas em seu lugar de origem.

O conjunto habitacional, que apenas trocaria de lugar os moradores da Vila Barroso dentro da *não cidade* de Juiz de Fora, teve sua pedra fundamental colocada no dia 1º de abril de 2008, e tinha a previsão de ser concluído em 18 meses. Entretanto, suas obras

²⁶ Disponível em: <<http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/pddu/analise1.htm>>.

foram paralisadas no mesmo ano, após a operação João de Barro, da Polícia Federal. Somente quatro anos depois, em 2012, sua construção foi retomada. Uma *sem-teto* comenta sobre esse período: “o processo de remoção ficou paralisado, interrompido, e a gente debaixo de lona. Pra nós, nesse tempo, a prefeitura só fez ações paliativas” (ST3).

Conforme foi dito pela moradora, durante os anos 2008 e 2012, o poder público só atuou na Vila garantindo pequenos avanços. Nesse período, o número de famílias na ocupação diminuiu para 37 e isso não aconteceu por uma mudança na condição de *sem-teto*, e sim, em grande medida, pelo resultado de anos vivendo precariamente. Nesse contexto, muitas famílias buscaram alternativas, como o adensamento na casa de parentes, o endividamento do aluguel ou a volta para sua cidade natal.

Os *sem-teto* que ficaram na Vila Barroso permaneceram mobilizados por sua habitação. E isso refletiu e foi reflexo da ampliação do campo de movimentos, sindicatos, partidos e pastorais que se envolveram na luta por moradia a partir do I Encontro dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora, organizado pelo Comitê Central Popular²⁷, em novembro de 2008. Os militantes dos diversos grupos que atuavam na cidade realizaram uma profunda análise da realidade do município, encaminhando a habitação como pauta central e unificadora. A partir de então, a Vila passou a ter acompanhamento não só do MNLM, mas também do setor de moradia do CCP²⁸.

Nesse processo, alguns momentos foram significativos. Um deles aconteceu em outubro de 2009, quando os moradores de diversas áreas de ocupação tomaram a Câmara Municipal e fizeram uma audiência pública forçada, convocando todos os vereadores que estavam em seus gabinetes. Este ato contribuiu para que os fragmentos da *não cidade* de Juiz de Fora se conhecessem e visualizassem a importância de se unir. A imagem a seguir mostra como foi a manifestação (Figura 12).

²⁷ O Comitê Central Popular foi uma articulação de movimentos sociais, sindicais, partidos, pastorais, etc., criado no final de 2007, com a proposta de construir e aglutinar permanentemente as mobilizações populares de Juiz de Fora. Foi influenciado pelo movimento nacional chamado Assembleia Popular, que tinha como objetivo unificar as lutas existentes, ampliando o horizonte das pautas específicas para um novo projeto político de sociedade.

²⁸ Alguns militantes que atuavam no setor de moradia do CCP avaliaram que a luta havia se desenvolvido de tal forma que necessitava maior organicidade. Nesse momento, conheceram a experiência do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e, em 2010, passaram a construir o MTD.

Figura 12 – Ocupação da Câmara de Vereadores



Fonte: Comitê Central Popular, 2009b²⁹

O trabalho permanente nas ocupações não parou e, em novembro do mesmo ano, aconteceu a Assembleia Popular da Moradia, como uma forma de intercâmbio entre seus moradores. Nesse encontro, cada um dos presentes pôde apresentar seus problemas e demandas, permitindo ao conjunto dos *sem-teto* e das organizações populares de Juiz de Fora conhecerem melhor a situação das famílias que vivem nas muitas AEIS da cidade. Estiveram presentes nesse encontro mais de 100 pessoas, dentre eles os moradores da Vila Barroso. Isso resultou na criação da comissão permanente da Assembleia Popular de Moradia, que assumiu as lutas e organizou a ocupação da prefeitura (COMITÊ CENTRAL POPULAR, 2009a).

No dia 8 de março de 2010, depois de meses de preparação, os moradores das AEIS entraram na prefeitura para uma reunião forçada com o representante do poder executivo. Esse ato mobilizou cerca de 300 pessoas oriundas da Vila Barroso e mais seis áreas de ocupação. Pressionado, o então prefeito, Custódio Mattos (PSDB) apresentou propostas e prometeu atender algumas reivindicações, que basicamente eram obras emergenciais de urbanização. As imagens mostram uma foto dessa reunião com o executivo e a reportagem de um jornal local relatando o acontecido (Figuras 13 e 14).

²⁹ Disponível em: <<http://comitecentralpopular.blogspot.com.br/2009/10/fotos-semana-dos-excluidos-2009.html>>

Figura 13 – Encontro dos moradores das ocupações com o prefeito



Fonte: Comitê Central Popular (2010b)³⁰

Figura 14 – Reportagem sobre a mobilização das ocupações no 8 de Março



Fonte: Priamo (2009, p. 7).

³⁰ Disponível em: <<http://comitecentralpopular.blogspot.com.br/2010/03/relatos-da-reuniao-com-o-prefeito-08-de.html>>

Diante das reivindicações feitas pelas duas lideranças da Vila presentes nessa reunião, o prefeito prometeu autorizar a urbanização da ocupação, além de liberar trabalhadores para realizarem uma *faxina* na área, com capina e máquina para acertar as ruas. Se comprometeu também a aumentar a frequência do caminhão pipa que, na época, passava a cada 7 dias. De tudo que foi dito, apenas o abastecimento de água foi concretizado.

Ainda em 2010, uma família da Vila Barroso foi a II Assembleia Popular Nacional, em Brasília, trocando experiências com trabalhadores de todo o país. Além disso, os jovens participaram de dois encontros de integração da juventude das áreas de ocupação.

É importante ressaltar que, nesse período, as ações mais radicais dos *sem-teto* tornaram pública a situação por eles vivida, ganhando manchetes e páginas nos jornais, eventos na UFJF e prefeitura, tais como o Seminário Regional sobre Política Municipal de Habitação, e o Seminário Construindo a Cidadania, respectivamente. Isso demonstra como o processo de conhecimento em relação aos direitos e a mobilização para reivindicá-los, são importantes no sentido de criar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Segundo Gohn (1997, p. 177), “a manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe”. É a partir dela que se gera a necessidade de organização capaz de questionar, mesmo que através de suas materializações, as desigualdades socioespaciais e possibilitar conquistas econômicas. Essas experiências são fundantes para, quem sabe, se avançar em pautas políticas que visem a construção de uma alternativa de superação do atual modo de produção.

Esse período, entre os anos 2008 e 2011, foi marcado por muitas mobilizações e também pela ausência da prefeitura na ocupação. Entretanto, em 2012 voltaram as visitas constantes à Vila Barroso. Isso aconteceu porque em abril do mesmo ano, a área que a Holcim tinha se disponibilizado a doar às famílias foi repassada para a Codemig, que coordenaria o reassentamento. Na discussão realizada na reunião n. 7 do Conselho Municipal de Habitação, no dia 11 de abril de 2012, o então presidente da EmCasa, Daniel Ortiz, afirmou que seria necessária uma lei municipal de recebimento e doação da área ao programa MCMV (REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2012). Três meses depois, foi publicada a Lei n. 12.627, de 11 de julho (JUIZ DE FORA, 2012b), que autorizava a prefeitura a incorporar o terreno da empresa Holcim Brasil S/A (Anexo C).

Essa área foi disponibilizada aos *sem-teto* pela primeira vez em 2002, e só 10 anos depois o poder público aceitou a doação. Não se consegue saber, ao certo, qual o motivo pela incorporação dessas terras nesse momento, visto a aceleração do processo de valorização dos terrenos as margens da BR-040, agora integrantes da área de especial interesse econômico

municipal. Talvez, a decisão tenha a ver com os avanços na organização dos moradores da Vila, que estavam conseguindo denunciar sua situação para o conjunto da cidade.

A correlação de forças estava se alterando fruto da luta por moradia, mas isso não aconteceu ao ponto de avançar no sentido de diminuir a coesão entre o Estado capitalista, representado pelo poder público local, e a iniciativa privada. Pode-se constatar essa afirmação devido a escolha da Codemig como encarregada pelas obras de urbanização da área. Questiona-se, então, o porquê que a empresa pública de capital aberto será a responsável por implantar uma política habitacional, sendo que sua função é gerir as áreas definidas como de especial interesse econômico. Pergunta-se, ainda: como seria um loteamento pensando e coordenado por um órgão que claramente representa os interesses dos empresários?

Essa história fica ainda mais complexa porque concomitante a movimentação para a urbanização da Vila, aconteceu a retomada do loteamento Novo Triunfo II. Em 17 de julho de 2012, o Conselho Municipal de Meio Ambiente analisou o pedido de concessão da licença de instalação para o conjunto habitacional na Barreira. Em outubro de 2012, a prefeitura assinou o contrato de incorporação do Novo Triunfo ao programa Minha Casa Minha Vida. Isso foi necessário devido aos desvios de suas verbas realizado pelo ex-prefeito. Com investimentos de R\$ 11,312 milhões, a área abrigaria 202 famílias em casas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área externa. Nesta mesma data, a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou a doação de um terreno do município para construção de escola e creche no local.

Como apresentado anteriormente, o MCMV pretende reduzir o déficit habitacional e, ao mesmo tempo, combater os efeitos da crise econômica, através do estímulo à construção civil visando gerar emprego e renda. O programa teve duas edições e aguarda a concretização da terceira, visto as mudanças no cenário político do país. Juiz de Fora foi contemplada duas vezes e tinha a previsão de construir cerca de 5 mil moradias na cidade, atendendo quase 14 mil famílias de 0 a 3 salários mínimos (CASSAB; PINTO, 2013).

Ao todo, foram 17 loteamentos que, em sua maioria, se concentram nas regiões Noroeste, Sul e Oeste, não atendendo as necessidades habitacionais de cada região, obrigando seus sorteados a se movimentarem pela cidade, passando a morar longe de seu local de origem. Sob a perspectiva dos investidores, o MCMV tem impulsionado um aquecimento no mercado imobiliário municipal, tanto pela construção de milhares de moradias voltadas para as três faixas de renda atingidas pelo programa, quanto pela geração de empregos em suas construções (CASSAB; PINTO, 2013).

Ao mesmo tempo em que a prefeitura se movimenta para a retomada do Novo Triunfo, ela também se organiza para o recebimento da doação do terreno para o

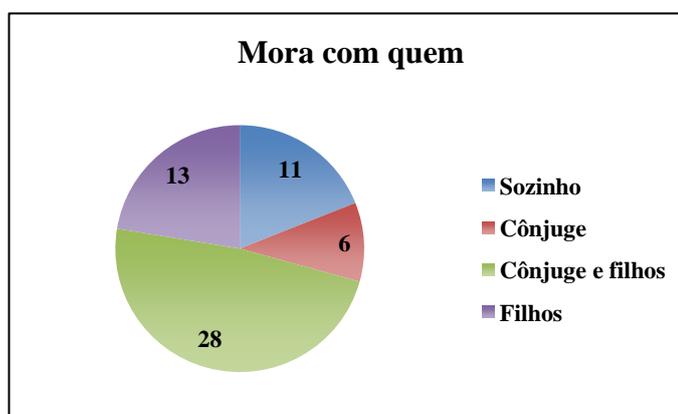
assentamento dos moradores da Vila. Uma de suas ações nesse sentido é realizar o recadastramento dos *sem-teto* da ocupação. Nesse levantamento são identificadas 58 famílias, das quais 38, ou seja 65,51%, tem a inscrição em nome de mulher e 20, ou 34,49%, levam o nome de homens (JUIZ DE FORA, 2012c).

O número de mulheres registradas é alto porque o MCMV para a faixa de 0 a 3 salários estabelece que, preferencialmente, a casa esteja no nome delas. Essa é uma conquista, visto a quantidade de mulheres que chefiam seus núcleos familiares, seja porque decidiram criar os filhos sozinhas, são separadas e ficaram com as crianças, viúvas, ou ainda porque os homens as abandonaram. Cabe lembrar que é nessa faixa de renda, que concentra uma grande parcela da população feminina negra e pobre.

Além da dívida histórica que a sociedade patriarcal tem com as mulheres, a decisão de colocá-las como mutuárias também segue orientações do mercado. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015, p. 41), embora elas ainda recebam até 23,1% menos que os homens, historicamente foram responsabilizadas pelas questões que envolvem moradia, alimentação e filhos, sendo mais equilibradas no orçamento doméstico. Logo, para uma família que ganha até 3 salários mínimos, ter a mulher como titular do financiamento significa uma maior garantia do pagamento das prestações. O que se nota é mais uma vez, o capital tirando proveito de uma conquista da luta das trabalhadoras.

Com relação a configuração familiar da Vila Barroso, o gráfico abaixo mostra com quem os recenseados dividiam a moradia (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Configuração das famílias cadastradas



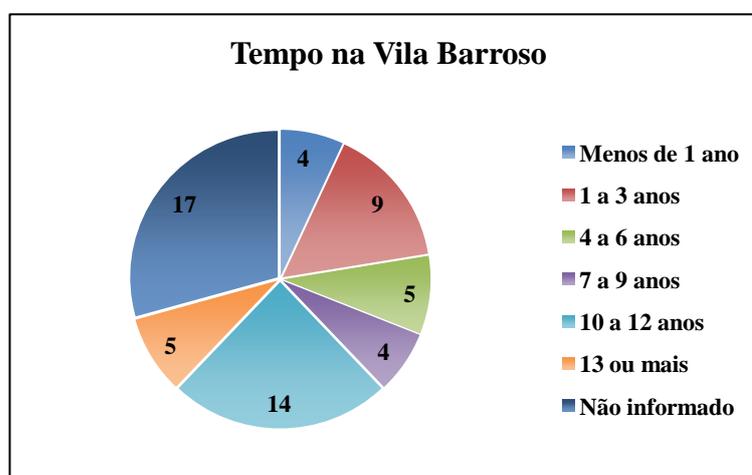
Fonte: A autora, a partir de Juiz de Fora (2012c)

Nota-se que 28, ou seja, 48,27% dos *sem-teto* moram com o cônjuge e os filhos, chegando praticamente a metade dos cadastrados. 6 vivem com o cônjuge, sendo 10,35% do total. Os 11 que moram sozinhos, correspondem a 18,96% dos ocupantes. Deles, é interessante destacar que apenas 2 são mulheres. Os 9 restantes são homens, sendo 8 nascidos entre 1941 e 1964, e apenas 1 jovem. Por fim, 13 pessoas moram apenas com seus filhos, totalizando 22,42%. Dessas, a grande maioria são mulheres.

A compreensão construída socialmente que é responsabilidade feminina cuidar da família novamente se materializa na Vila Barroso. Isso porque dos 13 cadastrados que moram só com os filhos, 11 são mulheres, correspondendo a 84,61%. Já os 2 homens que cuidam dos herdeiros são apenas 15,38% do total (JUIZ DE FORA, 2012c). De acordo com os números da SIS (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015, p. 39-43), a quantidade de chefes de família do sexo feminino teve aumento de 67% entre 2004 e 2014 no Brasil, totalizando 27,7 milhões. Ao analisar a composição familiar de pessoas sem cônjuge e com filhos, elas representam 87,4% dos casos, porcentagem bem próxima à encontrada na Vila Barroso. Comumente, essas mulheres têm a faixa etária entre 25 e 39 anos, parcela na qual se encontram a maioria das mães solteiras; ou acima dos 60 anos, viúvas ou aposentadas que ajudam filhos e netos.

Outro dado interessante do cadastro dos moradores é o tempo de permanência na ocupação. A maioria dos *sem-teto* viveu lá por muitos anos, mesmo com todos os problemas que o lugar apresentava. O gráfico abaixo mostra a divisão das famílias pelo tempo de moradia na Vila (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tempo de moradia na Vila Barroso



Fonte: A autora, a partir de Juiz de Fora (2012c)

Conforme os dados apresentados, 17 pessoas ou 29,31% do total de inscritos não responderam sobre sua permanência na Vila Barroso. Em 2012, ano do cadastro, 4 famílias moravam a menos de um ano na ocupação e também 4 viviam de 7 a 9 anos lá, ambos grupos com 6,9% do total. De 4 a 6 anos e acima de 13 anos, estavam 5 famílias, sendo 8,62 respectivamente. Morando de 1 a 3 anos tinham 9 cadastrados, correspondendo a 15,52%. O período de tempo em que mais famílias estavam na Barroso foi de 10 a 12 anos, chegando a 14 inscritos, ou seja, 24,14%.

A partir do dado sobre o tempo vivido na Vila, é possível refutar a ideia difundida pelo senso comum de que as pessoas que ocupam um pedaço terra fazem isso porque estão interessadas em seu valor de troca, já que teriam outra habitação e condições de acessar bens de consumo. Diante da realidade descrita anteriormente, é pertinente refletir se quem tem outro local de moradia aguentaria 14 anos vivendo debaixo de lona e sem nenhuma infraestrutura, tal como os *sem-teto* da Barroso. Esse tipo de afirmativa é, provavelmente, uma forma de criminalizar a pobreza e a ação dos trabalhadores que buscam alternativas para garantir o acesso à moradia. Intenta-se que ao ocuparem uma área, mesmo sem ter a clareza disso, os *sem-teto* estão resistindo as contradições associadas à mercadoria habitação e atingindo um dos pilares do sistema capitalista, a propriedade privada.

Em 2013, depois do retorno das visitas de representantes da prefeitura aos moradores da Vila, os *sem-teto* ocuparam a reunião do Conselho Municipal de Habitação, conforme consta na ata n. 6, do dia 16 de janeiro (REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2013). Eles aproveitaram esse espaço para questionar qual a situação do processo de doação do terreno da Holcim. A resposta veio apenas em abril do mesmo ano, quando a EmCasa anunciou a ida das famílias para o loteamento Novo Triunfo e o retorno do lote à empresa, logo depois da mudança das famílias. Uma *sem-teto* ao comentar sobre a doação da área, diz:

Do terreno do morro que deram pra nós, a Holcim chegou a cortar uma rua lá, indenizaram uma casa de onde a rua ia passar, e quando foi pra prefeitura fazer a terraplanagem, cobraram 80 mil e a prefeitura não quis. A Holcim pagou topógrafo, ia doar o cimento pra fazer todas as casas. Eles não poderiam pagar os 80 mil, né. Tinha que ser a prefeitura e ela não quis. (ST1)

A justificativa da prefeitura para impossibilitar a urbanização da área foi que parte dela era considerada de risco e não permitia a construção de moradias. Isso porque a ocupação estava localizada entre uma rodovia federal e um córrego. No final, o poder público afirmava que “a área edificável seria muito pequena e teriam que ser construídos apartamentos para

abrigar as famílias, o que não se enquadraria com o perfil dos moradores” (M1). Os *sem-teto* em diversos momentos questionaram por que isso não foi colocado anteriormente, afinal, foram 12 anos esperando a concretização de promessas de obras de melhoria do local.

A gente entende que era área de risco porque sofreu transformações no seu natural, houve mudança no trajeto do córrego, a empresa aterrou para a plantação de eucalipto, porque tinha que drenar o solo. E com a nossa ocupação, o solo tava contaminado com as fossas. Também proibem qualquer construção perto de BR. Mas porque que não falaram pra gente antes? (ST3)

A indefinição marcou a vida dos *sem-teto* da ocupação, e essa mudança de ideia com relação à urbanização da Vila Barroso foi o ponto crucial. Quando se apresentou as recentes dinâmicas de expansão urbana da cidade, constatou-se que as condições tributárias diferenciadas para os investimentos localizados as margens da rodovia não agradaram os empresários. Esses sujeitos se mobilizaram pressionando o poder público para desapropriar áreas próximas a BR-040, sendo a que abrigava a Vila uma delas. Essa ação foi impulsionada pela FIEMG, que articula interesses de diversos grupos privados, o que acaba por lhe dar forças para influenciar o poder público em suas decisões de investimento.

A preparação para o reassentamento também foi complicada. O ano de 2013 acabou e 2014 começou sem novidades para os moradores da Vila, que continuavam vivendo na precariedade e sem definições para o fim dessa situação. Entretanto, no início do mês de outubro, técnicos da EmCasa visitaram a ocupação distribuindo uma carta convocatória para a reunião que explicaria sobre a mudança para o Novo Triunfo II. O documento solicitava que todos os *sem-teto* cadastrados comparecessem à Escola Estadual Professor Lopes, vizinha à Vila Barroso, munidos dos documentos para dar entrada ao processo de adesão ao reassentamento junto à Caixa. Uma cópia da declaração de adesão está no Anexo D.

De acordo com o relato do representante do MNLM, *“no primeiro contato houve resistência de 80% dos moradores ao processo que apresentou o projeto”* (M1). Depois do prazo para a entrega dos documentos, os funcionários da EmCasa foram a ocupação e explicaram que quem não comparecesse no dia e hora indicados, perderiam todos os direitos ao reassentamento. Ainda disseram que *“os que resistissem na ocupação teriam seus barracos destruídos por um trator, pois a reintegração de posse não demoraria muito tempo”*.

Em 14 de novembro de 2014, a prefeitura realizou mais uma convocatória, dessa vez através do Diário Oficial do Município, chamando as 29 famílias que não entregaram seus documentos a comparecerem na sede da EmCasa no prazo de 72 horas (JUIZ DE FORA,

2014b). O documento afirma que caso não fossem, seriam tomadas as medidas legais cabíveis, conforme lê-se no Anexo E. Com medo de ficarem sem suas casas e percebendo que o movimento de resistência na ocupação estava perdendo força, poucos não compareceram.

Depois de terminar o ano de 2014 com a angústia do destino ainda incerto, os *sem-teto* da ocupação foram convocados para o sorteio das casas no dia 06 de março de 2015. Segundo relatos informais da técnica social da EmCasa, a definição das habitações foi diferenciada dos demais loteamentos. O sorteio não foi dos nomes dos moradores para as casas, e sim da ordem que eles iriam escolher onde morariam no mapa do conjunto habitacional, que mostrava quem seriam os vizinhos e oriundos de qual área. Essa foi a alternativa encontrada pelo poder público para minimizar os possíveis conflitos que já eram previstos. As imagens abaixo mostram o dia do sorteio, em uma a fala do prefeito Bruno Siqueira e na outra o mapa esquemático das moradias para o preenchimento (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Sorteio das casas do Loteamento Novo Triunfo II



Fonte: Arquivo da Secretária de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

Figura 16 – Mapa do Novo Triunfo II para a escolha das moradias



Fonte: Arquivo da Secretária de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

A mudança para o Novo Triunfo iniciou no dia 28 de março de 2015, estendendo-se até 1º de abril, data em que a equipe da prefeitura, que incluía a EmCasa, Defesa Civil, Guarda Municipal e mais oito caminhões foram a Vila Barroso para retirarem as famílias. O representante do MNLM que estava no momento, relatou como foi o procedimento:

o engenheiro passava em cada barraco e à medida que dava o OK para demolir, a família mesmo demolia com ajuda dos vizinhos. Só depois de tudo no chão, a família ficava autorizada para pegar os documentos que serviam para receber a chave na portaria do Novo Triunfo. (M1)

A imagem a seguir mostra uma casa no dia da remoção (Figura 17).

Figura 17 – Casa demolida no dia da remoção



Fonte: Arquivo da Secretária de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

“Os que não queriam ir, não demoliram suas casas, mas também esses já não tinham aderido” (ST3). Das três principais áreas de ocupação contempladas no Novo Triunfo, em todas houberam resistências. Na Ponte Nova e no Córrego Santa Cruz, permaneceu 1 família em cada, e na Vila Barroso, resistiram 6 famílias. Segundo a EmCasa, a habitação ficaria reservada para esses *sem-teto* até 28 de maio de 2015, depois disso perderiam qualquer possibilidade de se inserirem em programas habitacionais administrados pela prefeitura.

Com relação ao terreno da Vila Barroso, desde abril de 2013, o poder público sinalizou que ele retornaria à Holcim após o reassentamento das famílias. Agora cabe à empresa entrar com novo pedido de reintegração de posse para a retirada dos resistentes. Segundo o representante do MNLM,

o processo está ativo porque a área ainda está em processo de reintegração. Depois do reassentamento mudou. Hoje, judicialmente, as famílias que estão lá não fazem parte do processo anterior. Começou uma nova história. Não sei como os que ficaram estão, sei que buscaram meios próprios, um advogado, para continuar brigando pela área. (M1)

Em conversa informal com um funcionário da empresa, ele afirmou que o grupo cimenteiro já possui planos para a utilização do local. Nele, será construído um grande galpão que provavelmente será alugado. Outra possibilidade é apontada por uma *sem-teto*, que afirma ter ouvido dizer que “quem comprou o terreno foi a Coca-Cola” (ST1).

O lote que abrigava a Vila Barroso está localizado numa região que passa por um processo de valorização imobiliária nos últimos anos. Em cifras, as vastas áreas próximas a BR-040, entre o Salvaterra e a Barreira do Triunfo, somam milhões em investimentos. Segundo a FIEMG para um jornal de grande circulação em Juiz de Fora, a carência de terrenos industriais e o interesse de empresas pela cidade têm impulsionado o crescimento para esta região, agora altamente valorizada. A especulação imobiliária é muito presente nas negociações desses lotes. O preço de uma área de 400 mil² próxima à Mercedes-Benz, por exemplo, que normalmente não valeria mais de R\$ 6 milhões no mercado, chega a ser oferecida por R\$ 17 milhões (COSTA, 2011).

Mesmo com esses valores exorbitantes e com o cenário de crise, diversas empresas estão se mudando para as margens da rodovia, conforme foi apresentado anteriormente. Assim, a Vila Barroso estava localizada em um dos principais eixos de crescimento da cidade e, a valorização da terra, a partir da extração da renda fundiária, fez com que a ocupação enfrentasse diariamente os abusos do poder público. A prefeitura negligenciou todos os vínculos territoriais e redes de sociabilidade dos moradores da Vila, quando realizou a remoção de grande parte das famílias para deixar o local livre para ser vendido ou alugado a uma grande empresa. Porém, até hoje alguns *sem-teto* seguem no local. A imagem abaixo mostra o barraco de uma família resistente (Figura 18).

Figura 18 – Barraco de família que resiste na Vila Barroso



Fonte: Arquivo da Secretária de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

Nesse jogo de interesses dos sujeitos, o espaço é constantemente reorganizado, fragmentando-se ao mesmo tempo em que vê elevar seu valor de troca. Este fato induz ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais, visto que, a maximização dos valores de troca produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui as oportunidades para outros. O Estado, por sua vez, utiliza de seus instrumentos para garantir a acumulação de capital em detrimento da vida dos trabalhadores, como é o caso dos *sem-teto* da Vila.

Sabe-se que todas as pressões que a ocupação sofreu não são frutos de ações e práticas aleatórias empreendidas pelo capital e pelo Estado, mas sim de ações recorrentes que tiveram o objetivo claro de expulsar os moradores para acessar o terreno. É neste contexto que as seis famílias, mesmo com diversos problemas, resistem e ainda lutam por sua permanência na Vila Barroso. Entretanto, como a maioria dos *sem-teto* foi reassentada, esta pesquisa passará a focar apenas nesses sujeitos, que muito tem a contar sobre a ida ao loteamento Novo Triunfo.

5.3.2 A mudança de casa e de vida

Sair do lugar onde se vive, na maioria das vezes, não é fácil. Isso porque, segundo Carlos (2001, p. 244), ele é o “referencial para a vida”, é “o lugar da casa e de tudo que o ato de habitar implica”. Espaço imediato das relações cotidianas, ele envolve a vizinhança, a rua com seus encontros, o ato de ir trabalhar, ir às compras, os momentos de lazer, ou seja, uma prática corriqueira e aparentemente sem sentido, que cria laços profundos (CARLOS, 2011).

Essa sociabilidade cotidiana que produz a identidade de indivíduos e grupos é marcada pelas relações habitante-habitante e habitante-lugar. Nesse processo, um conjunto de sentidos impressos pelo uso produz as significações desses lugares como condição da vida. A moradia, envolvida nessa perspectiva, é mais que paredes e teto. Ela é também um conjunto de fixos e fluxos inseridos numa dimensão material e, ao mesmo tempo, simbólica. É o ponto de onde se constrói a participação de cada um no mundo (CARLOS, 2001).

A partir da sua casa, cada indivíduo experimenta a cidade e se depara com as diversas manifestações das desigualdades socioespaciais. Elas exprimem outra forma de conceber o espaço e a habitação, sendo um valor de troca lucrativo aos sujeitos interessados na acumulação capitalista. Essa diferença na perspectiva de olhar a moradia é produto das contradições do atual modo de produção, que busca atrelar as necessidades de uso do espaço

em favor da sua mercantilização. Isso pode ser identificado no caso da Vila Barroso, porém essas movimentações foram por demais complexas, aparecendo para os *sem-teto* na forma de uma escolha: deixar sua moradia e todas as relações estabelecidas a partir dela, ou acessar a sonhada casa própria.

Quando perguntados sobre a vontade de sair da área, todos os entrevistados e mais os que foram ouvidos informalmente “*queriam permanecer ali*”. Dentre as razões, eles falavam que “*já conheciam todo mundo*”, sabiam “*quem era quem*”, e quais eram “*todos os problemas*”. Essas falas começam a demonstrar que para os ocupantes existiam outras necessidades além do objeto casa, sendo a rede de sociabilidade estabelecida, um ponto importante. Ademais, reforçam os dizeres de Carlos (2001), que afirma que o lugar de moradia só pode ser compreendido em suas referências, relações de vizinhança, de trocas de serviços, de informações e em sua dimensão lúdica.

Mesmo o índice de rejeição ao reassentamento chegando a 80%, a maioria optou por ir para o Novo Triunfo. As pressões exercidas pela prefeitura e mais o cansaço de viver anos passando dificuldades foram os motivos para a mudança. A imagem abaixo mostra a entrega das chaves da nova habitação e a vista do loteamento (Figuras 19 e 20).

Figura 19 – Entrega das chaves



Fonte: Arquivo da Secretaria de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

Figura 20 – Loteamento Novo Triunfo



Fonte: Arquivo da Secretaria de Obras da Prefeitura de Juiz de Fora

Desde o momento em que assinaram a declaração de adesão ao MCMV, a ida ao loteamento mexeu com o imaginário dos *sem-teto*. Tanto que antes de deixarem a Vila, já se preocupavam com o que iam encontrar, visto todo o discurso de perigo que é construído em torno dos conjuntos habitacionais. Segundo relato de uma moradora, ela não queria ir para o Novo Triunfo porque “*pensava que as casas eram sem segurança. Vim aqui várias vezes para ver, eu achava mesmo que não tinha segurança*” (ST1).

Outra *sem-teto* afirma que “*estava tomando a decisão (de não ir para o loteamento) pelo que tinha ouvido falar dos problemas das construções, da violência, criminalidade, tinha uma visão negativa. Até mesmo porque as casinhas entregues não tinham dado certo*” (ST4).

Essas opiniões dos *sem-teto* envolvem diversas questões, sendo uma delas a forma com que os empreendimentos populares são concebidos. Essas lucrativas mercadorias são construídas apenas como unidades físicas, muitas vezes, em condições duvidosas de qualidade, ignorando a vida das pessoas contempladas. Além disso, a adoção do sorteio como forma para a escolha de qual família ocupará a casa de determinado loteamento, pode provocar a junção de moradores de diferentes áreas da cidade, promovendo a perda dos vínculos e identidades territoriais, contribuindo para a manifestação de diversas formas de violência. Esses processos são encobertos, e os conjuntos habitacionais aparecem na mídia como um consenso de insegurança, que despertam o medo desses lugares e de seus habitantes (CASSAB; MENDES, 2013).

Isso acontece porque as *não cidades* são separadas da *cidade oficial* e têm os processos sociais que as originam escondidos, o que resulta em sua leitura como lugares violentos e habitados por bandidos. De acordo com Cassab e Mendes (2013), o imaginário social tem a dimensão política e também a espacial, dada pelas representações que são atribuídas aos lugares. Nesse caso, é interessante constatar que os *sem-teto* da Vila acabaram reproduzindo subjetivamente o mesmo estigma que sofriam nos loteamentos populares.

Pode-se comprovar essa afirmação através das diferentes abordagens que a mídia tinha quando relatava a ocupação. Na maioria das vezes, quando ia retratar a vida na Vila, ela era chamada pelo nome ou por favela da Holcim, mas quando o assunto era algum crime ou violência, a apontavam como Afeganistão, nome extinto desde 2002. Uma reportagem de um canal de TV local tem como manchete “*Furtos na Favela do Afeganistão*”³¹, isso em 2014.

Outro relato sobre o medo de ir para o Novo Triunfo é feito por uma mãe que teme por seus filhos. Ela diz: “*eu não queria mudar não. Aqui já conheço todo mundo, mas não quero mesmo é pelos meus meninos que brigam com os dos outros bairros que podem ir pra lá, né*” (ST4). Essa preocupação é pertinente, pois em Juiz de Fora as brigas entre jovens de locais distintos são constantes, marcadas pela clara relação entre morte e violência. Segundo estudos de Cassab e Mendes (2013), percebe-se que isso acontece devido a certo apego e valorização do lugar onde vivem, porque sua identidade é profundamente arraigada a ele.

Quando essa juventude é obrigada a deixar seu lugar e a conviver com outros jovens, tanto provenientes de sua comunidade, quanto com aqueles oriundos de outros locais da cidade, esse processo pode não ocorrer de modo simples e tranquilo. Ele é permeado por uma série de estranhamentos, conflitos e redefinições de laços sociais. Essa é mais uma das razões pelas quais as políticas não podem ser compreendidas restritamente como unidades habitacionais.

Mesmo receosos com o que encontrariam, os *sem-teto* foram para o Novo Triunfo. Segundo o representante do MNLM, “*depois da mudança alguns prosseguiram, caminharam, outros estão com dificuldades*” (M1). O que é compreensível frente a transformação brusca que suas vidas sofreram. Nesse processo, os moradores da Vila identificaram aspectos positivos e negativos do loteamento. Nas palavras de uma *sem-teto*, “*o que melhorou foi que agora a gente tem uma casa, eu deito e não fico pensando mais amanhã vou ter que sair desse terreno que não é nosso*” (ST1). Essa fala é significativa, demonstrando a tranquilidade

³¹ Disponível em: <<http://www.alterosa.com.br/app/juiz-de-fora/videos/2014/07/28/interna-videos-jf,3075/furtos-na-favela-do-afeganistao.shtml#.VymcPtIrLIU>>.

que os ocupantes agora têm e o sentido de permanência em sua moradia. Ela continua sua fala, explicando: “*a gente não tem a escritura, mas o papel da caixa tá aqui, jogar a gente pra fora eles não podem*” (ST1).

Agora na casa própria e legalizada tem água, energia e saneamento básico. O acesso a serviços médicos e odontológicos oferecidos no posto de saúde estão satisfatórios, aparecendo como ponto positivo nas falas dos *sem-teto*, que aguardam ansiosos a construção do salão comunitário, curumim³², e quadra poliesportiva. Para as crianças tem a creche e a escola, para os adolescentes tem o projeto pequeno jardineiro, já para os jovens não existem opções no Novo Triunfo. De acordo com um morador “*tá faltando coisa pra eles. Ficam só sentados na rua inventando moda*” (ST2).

A ausência de atividades para a juventude é um dos problemas elencados pelos *sem-teto* da Vila. Essa questão poderia começar a ser resolvida se as áreas de lazer previstas no projeto do loteamento fossem construídas. Outra reclamação é por conta do horário dos ônibus, que passam a cada 1h45 mim. Essa demora tem, dentre outros motivos, a distância que o Novo Triunfo fica do centro da cidade e demonstra um problema comum dos conjuntos habitacionais, que são implantados longe de locais com equipamentos, serviços e infraestruturas nos bairros do entorno. Foi assim que os *sem-teto* que já moravam afastados descobriram que dava para viver mais longe ainda.

Outra questão é o valor das tarifas de água e energia. Uma moradora que vive apenas com o marido desconfia que estejam sendo lesados de alguma forma. Ela fala: “*a conta de luz de todo mundo vem mais ou menos R\$160,00. É muito caro, acho que eles tão roubando a gente, cobrando alguma coisa da casa, porque a gente não paga nada*” (ST1). Entretanto, o aspecto negativo mais sério está relacionado às oportunidades de trabalho. Grande parte dos moradores da Vila Barroso vivia da reciclagem. Catavam materiais nas empresas do Distrito Industrial e no centro de Benfica, onde também os vendiam. Com o reassentamento, ficaram longe dos pontos de coleta e venda, restando catar na Barreira do Triunfo e vender por lá mesmo. Além disso, não têm onde guardar os recicláveis para reunir uma grande quantidade e conseguir um pagamento melhor porque não é permitido “*juntar lixo*” no loteamento. Uma *sem-teto* explica essa situação.

³² Os Curumins são locais ligados à prefeitura de Juiz de Fora que oferecem atividades sociais e de convivência em horário complementar ao período escolar.

A única coisa que eu acho que não deu certo e que pra mim ficou meio ruim, foi o negócio do serviço, né. Porque eu gosto de fazer meus biscatezinhos, e lá (na Vila Barroso) eu tinha e tal. Eu ia, conhecia as pessoas, eu ia pra Benfica. (...) Eu saio pra trabalhar todo dia, agora me viro com outras coisas. Só cato de vez em quando na Barreira. Vou com o carrinho de feira, porque é muito pesado e tem que subir morro. Aí elas (as técnicas da prefeitura) começaram a reclamar também, não queria nem que catasse por causa do terreno, que dá rato, que não pode guardar nada aqui. No caso tem é que catar e já vender de uma vez. Eu falei mesmo com ela, minha filha eu tenho que ter meu ganho, porque eu não sou aposentada, eu não sou encostada, e como é que eu vou sobreviver? (ST3)

Essa fala demonstra que embora morar seja um ato necessário a todas as pessoas, ele é vivenciado de forma diferente por cada classe, sendo que para os trabalhadores, a moradia é também um lugar de trabalho. No Novo Triunfo, as condições de sobrevivência das famílias catadoras ficaram comprometidas por conta da inadequação do loteamento a realidade dos contemplados. Retomando o que já foi dito em outras passagens do texto, os sujeitos responsáveis pela implementação dos conjuntos populares não levam em consideração os impactos que promovem na vida de seus futuros moradores, construindo os loteamentos em locais distantes de onde viviam, obrigando-os a se deslocarem pela cidade para continuarem garantindo suas redes de relações sociais, como vínculos familiares e comunitários de troca de alimentos, serviços e oportunidades de trabalho. Isso acontece porque a localização e a tipologia das unidades habitacionais não são definidas pela demanda dos novos habitantes e, sim, pelas estratégias das empresas em aliança com o poder público (CASSAB; MENDES, 2013).

Além de não considerarem as particularidades dos *sem-teto* e minar algumas possibilidades de trabalho, os representantes do Estado ainda cobram melhorias nas casas. Uma entrevistada relata uma de suas conversas com uma técnica da prefeitura.

No dia que eu mudei pra cá, eu peguei falei vou fazer meu muro de madeira. Aí aquela mulher (da prefeitura) veio aqui. Todo dia elas vinham fazer pergunta, iam de casa em casa. Ela rodou, rodou e falou pra mim: vocês ganharam uma casinha boa, e tal, só que vocês têm que fazer o muro bonitinho, né, um muro de tijolo, ou de lajota. Eu falei: vou fazer um muro legal ué, claro, a hora que tiver dinheiro eu vou fazer. Eu acabei de chegar e já tenho que fazer o muro, olha a quantidade de tijolo que eu vou gastar. Minha filha, você quer que eu faça um muro de tijolo tudo bonitinho, então fala pra prefeitura mandar os materiais que eu mando fazer. Falei mesmo, vocês deviam é ter dado as casas já com o muro. (ST3)

Na medida em que ocorre qualquer processo de mudança ou reassentamento, vão aparecendo aos moradores desafios e tarefas diferentes das que tinham no seu lugar de origem, principalmente as relacionadas à organização da moradia. No loteamento Novo Triunfo estava tudo por fazer, desde os muros até novos vínculos comunitários.

Essa questão levantada sobre a construção do muro é interessante, pois introduz a discussão sobre o esfacelamento da identidade territorial que se assiste com a remoção da Vila Barroso. Aos poucos, os *sem-teto* estão perdendo seus laços, enfraquecendo suas relações e diminuindo a centralidade que a união para a permanência da ocupação tinha em suas vidas cotidianas. Esse processo é sutil e apenas aparece quando os moradores comparam o viver na Vila com o no Novo Triunfo.

Na ocupação as casas eram construídas principalmente de madeira e lona, e os lotes cercados apenas com estacas e arame. Quase não havia muros. Agora no Novo Triunfo, ele é item indispensável, pois as moradias dos loteamentos do MCMV em Juiz de Fora são entregues sem divisórias entre os terrenos, cabendo aos novos moradores a responsabilidade de fazer o cercamento. Os muros, preferencialmente, devem ser feitos junto com os vizinhos. Porém, nem todos têm condições financeiras ou vontade para tal. A *sem-teto* que já alegou num depoimento anterior que, por enquanto, não tem dinheiro para construí-lo, comenta sobre a relação com um de seus moradores limítrofes. Ela diz “*meu vizinho não quer me ajudar a fazer o muro, ele fala que eu sou uma vizinha boa, mas eu vou fazer pra ter sossego porque eu não aguento. É vizinho numa brigaiada o tempo inteiro, é vizinho me chamando*” (ST3).

A relação que os *sem-teto* fazem com o muro é a de que ele garantirá a tranquilidade, mas o que se percebe nas falas é que para eles, essa calma é estar longe do outro, fechados em sua vida privada. Agora dentro de uma casa, tal como sempre desejaram, querem ficar dentro dela, aproveitando-a, curtindo momentos em família e usando equipamentos eletrônicos, já que têm energia. Nesse sentido, alguns relatos são enfáticos, tais como esses exemplos: “*o bom é que você pode ficar quieto lá dentro, fingir que nem tá em casa*”; “*eu fecho a janela, ligo a televisão baixinho e ninguém desconfia que tô em casa*”; “*aquela campainha que tinha lá em casa (na Vila Barroso) eu não vou instalar ela aqui não. Não quero ninguém me chamando. Quero sossego*”. Diferente do que era na ocupação, no loteamento Novo Triunfo “*você não vê gente na rua*”. Uma *sem-teto* comenta a diferença entre a Vila e o conjunto habitacional, falando que “*quando tava na ocupação, essa hora tava cheio de gente do lado de fora, agora tá cada um na sua casa*” (ST4).

Essas falas sinalizam as contradições que os *sem-teto* estão vivendo. Se de um lado há o dismantelamento de seus laços territoriais e afetivos, de outro os moradores parecem aprovar a possibilidade de viverem isolados em suas casas. Volochko (2011) explica essa situação, afirmando que as práticas cotidianas não têm sentido fora do processo histórico que as produzem, e isso exige pensá-las inseridas numa realidade concreta. Assim, as mudanças no acesso à moradia e vida urbana, vindas com o reassentamento, reenquadram os

sem-teto no mundo da formalidade, do consumo e dos valores individualistas, com seus signos e representações, fundamentais para a reprodução capitalista.

Nesse processo, ocorre o tensionamento da vida comunitária e o encolhimento da dimensão pública, isso fruto de transformações sociais que marcam a nova realidade dos ocupantes da Vila. A necessidade de isolamento e afastamento do outro são características do período contemporâneo e demonstram o hiperdimensionamento da esfera privada, que agora ultrapassa os interesses pessoais da sobrevivência biológica e da família. Hoje, o privado transformou-se em propriedade privada, avançando no cotidiano e nos modos de vida das pessoas, reduzindo as possibilidades de intervenção na dimensão do público.

Esse enclausuramento no privado está dificultando os moradores de contribuírem efetivamente na construção daquele espaço, através de ações coletivas e de sociabilidades. Nesse contexto, o que talvez não percebam é que por conta da remoção, estão vivendo o enfraquecimento dos vínculos territoriais construídos na Vila Barroso, e isso está ocorrendo porque a casa, para além de seu valor de troca, envolve práticas cotidianas de relações e encontros. Através dela, se constrói ao longo do tempo, uma identidade com a parcela do espaço em que vivem, vão produzindo elementos constituidores de uma memória, sendo o referencial a partir do qual o habitante se relaciona. Assim, o espaço da moradia e o ato de habitar se revelam como criadores de uma identidade territorial. Por ela entende-se a identidade coletiva construída a partir do sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço (CARLOS, 2001; CHELLOTI, 2010).

A ida ao loteamento provocou impactos na vida das pessoas contempladas, pois desestruturou a identidade e rede territorial dos *sem-teto* da Vila, o que está implicando na perda de vínculos que acontecem em duas dimensões. Uma delas é a de proteção social, conforme analisado no caso da impossibilidade dos moradores de continuarem com seu trabalho de catação de recicláveis; e a outra se refere às identidades territoriais, baseadas em memórias, relações com lugar, com os vizinhos, com a cidade.

Percebe-se então, que quando mudam seus locais de moradia, os indivíduos também se transformam e vão reinventando suas relações sociais e práticas cotidianas, sendo a solidariedade uma delas. Um *sem-teto* comentando sobre o que mudou na convivência com os outros moradores depois da remoção, diz: “*eles brigavam por causa do carro pipa, e olha, hoje, tá com a água e a luz cortada, o vizinho não vai mais emprestar porque se você não paga nem a sua conta, não vai pagar a do vizinho. Aqui vai passar é fome*” (ST2).

Para pessoas que passaram por diversas privações durante tantos anos juntos, chegar ao ponto de dizer “*aqui vai passar fome*” significa que algo mudou. Para Carlos

(2001), isso aconteceu porque é no território que ocorre a produção de laços de solidariedade e união, e como essa dimensão deixou de existir, os vínculos estabelecidos a partir dela se enfraqueceram. Mas, na medida em que vão se territorializando, os sujeitos ainda manifestam algumas práticas e experiências acumuladas em sua história de vida, partindo delas para estabelecer novas territorialidades.

O início da vida em uma nova realidade provoca a desterritorialização dos laços afetivos e dos processos simbólicos, dando espaço a novas significações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos. Atualmente, as relações entre os *sem-teto* da Vila estão sendo constantemente modificadas e recriadas, tanto pelo processo de reassentamento pelo qual passaram, quanto pelas transformações na realidade que propagam e fortalecem na vida cotidiana a ideologia capitalista marcada pelo individualismo. Nesse sentido, esses sujeitos vão reproduzindo em suas relações sociais, as desigualdades, perdendo a dimensão da solidariedade e da luta.

Entretanto, esse é o momento de reinventar. Se desafiar a entender todo o processo vivenciado e as rupturas pelas quais estão passando, para que juntos, seja possível se apropriarem de seu novo lugar e tudo o que ele representa, estabelecendo novos vínculos e relações de modo a reconstituir sua identidade territorial. Esse é o aspecto fundamental que permitirá aos *sem-teto* resgatarem a ocupação dos espaços públicos com a dimensão da luta. A mobilização para a transformação de suas condições de vida permanece relevante, pois em concordância com Haesbaert (2008), a ida ao loteamento apenas resultou na sua reterritorialização marginal, continuando à margem da *cidade oficial*, permanecendo em um nível agudo de exclusão.

Ainda moradores da *não cidade* de Juiz de Fora, os *sem-teto* continuam materializando os processos que os criaram, passando agora a outra expressão das desigualdades socioespaciais que marcam o espaço urbano de Juiz de Fora e das cidades capitalistas. É a vitória do valor de troca sobre o de uso, diz Lefebvre (2000), sendo esse um limite das políticas sociais e urbanas, uma vez que a função primordial do Estado no capitalismo é garantir a reprodução ampliada de capital.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por que foi que cegamos? Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão. Queres que te diga o que penso? Diz... Penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que veem, cegos que, vendo, não veem. (SARAMAGO, 1995, p. 310).

Quando se inicia um trabalho de pesquisa que se propõe a entender determinada realidade, muitas inquietações estão colocadas. Ao longo de sua elaboração tenta-se trazer elementos teóricos e empíricos que possibilitem responde-las, porém o que acontece é que quanto mais se avança o olhar, cada um desses questionamentos se desdobra em tantos outros, visto que a realidade está em constante movimento. É assim que se chega ao fim desta dissertação, com muitas perguntas e poucas certezas, sendo a principal delas a compreensão de que os processos que originam as desigualdades socioespaciais em Juiz de Fora ainda precisam ser apreendidos e carecem de outros estudos.

Portanto, longe de ser uma conclusão, essa seção traz algumas considerações no esforço de sintetizar as discussões feitas nesta dissertação, que se propunha o desafio de situar a Vila Barroso dentro das dinâmicas desiguais de expansão urbana de Juiz de Fora. A ocupação teve seu início e fim frutos do mesmo processo de busca incessante para atrair capitais, a fim de consolidar o município como importante cidade média na rede urbana brasileira. Para entender como se deu esse desenrolar, foi importante compreender a produção do espaço da cidade, nos marcos da urbanização capitalista.

Assim, na segunda seção aprofundou-se no entendimento da categoria produção, que revela uma relação social e histórica, que cria tanto o indivíduo quanto a sociedade, em um movimento incessante de reprodução social. Nesse processo, o espaço também é produzido, sendo este um produto das relações fundamentadas na organização do trabalho em determinado período histórico.

No capitalismo, ele é produzido em função do processo geral de reprodução desse modo de produção, fundando-se na propriedade privada, que traz em seu bojo a contradição entre a produção socializada e a apropriação individual, em um conflito no qual a reprodução da vida se depara com as necessidades de acumulação ampliada. Isso ocorre porque o espaço é reproduzido como qualquer outra mercadoria, entrando de vez no circuito da troca.

Da década de 1970 até os dias de hoje, vem ocorrendo a crescente união do capital financeiro com o imobiliário. Essa foi uma solução recente para ajudar a resolver o problema da absorção de capitais durante a crise, que fez com que cada vez mais a produção do espaço

urbano figure como possibilidade das mais lucrativas. Assim, um projeto de urbanização como condição para a valorização de capitais se revela. Nessa nova ordem, determinados sujeitos ligados principalmente às finanças e ao setor imobiliário, articulados com o Estado, vão reproduzir o espaço como necessidade para a concretização de seus interesses. Esse processo produz e tornam visíveis as desigualdades, entendidas aqui como expressões espaciais da sociedade dividida em classes.

Na cidade desigual, a ocupação e o consumo do espaço são definidos pelas condições socioeconômicas, sendo as possibilidades de acesso à vida urbana determinadas pelo lugar que se ocupa na produção da riqueza social. Essa diferenciação aprofunda uma crise vivenciada de forma mais aguda nas grandes metrópoles, mas também presente nas cidades médias, tais como Juiz de Fora. Conforme apresentado na terceira seção, nas últimas décadas, as dinâmicas em curso nessa categoria de cidades permitem compreender a lógica do processo global e desigual de produção do espaço.

Com a corrida lucrativa pela urbanização de tudo, Juiz de Fora passou por um processo intenso de reestruturação urbana. Essas movimentações são caracterizadas pela diversificação dos padrões de uso do solo, que se desenvolveram seguindo projetos e vetores de expansão baseados nos anseios dos sujeitos que concebem o espaço como uma mercadoria. Nesse contexto, é decisivo o papel desempenhado pelo Estado, que atua no sentido de garantir as condições necessárias para que a reprodução ampliada ocorra, desenvolvendo ações de construção de infraestruturas e concedendo incentivos, visando a atração de investimentos empresariais.

A partir da posição ofensiva adotada pelo poder público local, intensifica-se a implantação do capital globalizado na cidade, marcado pela vinda de grandes corporações nacionais e transnacionais. A chegada desses grupos, que em sua grande maioria se localizaram na zona Norte da cidade, próximo à rodovia federal BR-040, motivaram uma nova descentralização e ocupação do território, visto toda a configuração de novos fixos e fluxos. Essas empresas atraíram investimentos para a região, principalmente do setor de serviços, consolidando-a como eixo econômico e impulsionando a valorização de suas terras, gerando transformações intensas no ambiente construído. Isso tudo tornou a zona Norte um local ainda mais atraente ao capital.

Interessante também para os trabalhadores, que chegam a Juiz de Fora atrás de emprego e melhoria em suas condições de vida. Esse acirramento da atratividade sobre a circunvizinhança, ocasionou o aumento dos problemas urbanos e sociais semelhantes aos vivenciados nos grandes centros. Isso porque muitos dos que vieram não conseguiram o

esperado trabalho. Sem dinheiro para comprar ou alugar uma casa, visto todas as características especiais dessa mercadoria, a parcela mais empobrecida desses migrantes vai ficar às margens dessa expansão.

Nota-se que o uso do solo urbano da cidade reflete a forma de apropriação predominante no capitalismo, que se dá via propriedade privada, excluindo uma grande parcela da população das condições materiais de existência e sua reprodução como força de trabalho. Nesse sentido, esses trabalhadores precisaram buscar soluções alternativas para suprir suas necessidades de moradia. Muitos só conseguiram na *não cidade* de Juiz de Fora, se submetendo a péssimas condições de vida, como é o caso dos moradores da Vila Barroso.

A configuração das *não cidades* é resultado dos processos de incorporação de todas as necessidades humanas aos processos de produção capitalista. Assim, como visto na quarta seção, o espaço e moradia se mercantilizam tendo seu valor de uso diminuído em detrimento do valor de troca, privando uma boa parcela dos trabalhadores a acessá-los formalmente. Essa é, então, a questão chave para a compreensão das formas que materializam as desigualdades na cidade, sendo necessário avançar o olhar para um caso concreto: a Vila Barroso.

A ocupação, a qual foi dedicada não só a última seção, mas todo o trabalho, surgiu fruto desses processos de expansão adotados pela cidade e propagandeados como possibilidades aos trabalhadores. Porém, quando estes chegaram a Juiz de Fora, não conseguiram o esperado emprego acessando apenas trabalhos informais, o que não os garantiu condições para se inserirem na cidade oficial. Restou-lhes viver precariamente num fragmento da *não cidade*, às margens da BR-040 e sem respostas concretas do poder público. Só que quando o entorno da rodovia se valoriza, a área onde moravam assumiu a condição de raridade. Então, a burguesia se articulou com o Estado para garantir a liberação dessa parcela do solo, agora mais do que nunca, interessante ao capital, visto a centralidade que a circulação assume no atual momento do modo de produção.

Porém, anos antes, os ocupantes conseguiram junto à empresa proprietária do terreno a doação de uma área vizinha para a construção de suas moradias. Mais uma vez, não era interesse da prefeitura agir em favor dos trabalhadores deixando-os permanecer ali. Dessa forma, o poder público se posicionou contra a urbanização da Vila Barroso, criando todos os mecanismos possíveis para a remoção dos moradores. Os *sem-teto* passaram a sofrer pressões para se encaminharem a um conjunto habitacional, sob a justificativa de que a área não era passível de urbanização.

Percebeu-se, com este estudo, que nem a permanência nas *não cidades* está garantida aos trabalhadores mais empobrecidos. Isso acontece porque quando a área em que vivem se valoriza, ela não pode mais ser habitada por eles, sendo rapidamente incorporada ao capital. Visto isso, uma ocupação de *sem-teto* não poderia permanecer num solo valorizado às margens de uma rodovia que interliga regiões importantes da rede urbana brasileira. Os sujeitos interessados nos lucros que poderiam auferir acessando aquela fração de terra pressionaram o poder público para dar uma resposta. Esse processo foi lento porque também os moradores da Vila se mobilizaram e conseguiram, por um curto período, assegurar sua permanência no local. Nessa alteração da correlação de forças, cabe ressaltar a influência que os movimentos sociais tiveram na organização desses *sem-teto* e na denúncia das desigualdades da cidade ao conjunto da população.

A remoção dos ocupantes da Vila para o loteamento Novo Triunfo trouxe melhorias em suas condições de vida, mas alguns de seus aspectos permitem afirmar que o que ocorreu foi a transferência desses trabalhadores para outro fragmento da *não cidade*. A começar pelo conjunto habitacional em que foram contemplados, que é localizado num bairro distante do centro e com baixo índice de infraestruturas e equipamentos. Além de isolados, a realidade encontrada não era compatível com suas formas de viver, sendo a impossibilidade de continuar exercendo sua atividade de trabalho, o exemplo mais concreto de que as políticas habitacionais não consideram as particularidades dos sujeitos que serão beneficiados.

Longe das dinâmicas da cidade e sem perspectiva de conseguir trabalhar, a situação desses *sem-teto* permite afirmar que as políticas do poder público, na forma com que são pensadas e implantadas, são muito mais interessantes aos sujeitos dominantes do que aos trabalhadores aos quais são voltadas. Acessando o dinheiro público para executar as obras habitacionais, os construtores têm autonomia para escolher o local e como construir as casas, adquirindo terrenos nas periferias onde custos da produção ficam mais baratos e seus lucros maiores. Esses capitalistas não levam em consideração os impactos que promovem na vida de seus futuros moradores, obrigando-os a se deslocarem pela cidade para continuarem garantindo suas redes de relações sociais, como vínculos familiares e comunitários. Isso só é possível pela ação do Estado, que atua no sentido de potencializar a valorização do capital.

Hoje, os *sem-teto* da Vila Barroso são moradores de uma casa própria no loteamento Novo Triunfo. Eles estão vivendo um momento de reinvenção da vida e reconstrução de seus vínculos e redes de sociabilidade. Agora proprietários, a ideologia capitalista do consumo e da individualidade está modificando sua forma de manifestação em seu cotidiano, influenciando o jeito de se relacionarem com os outros moradores da Vila e

com os novos vizinhos. Esse processo de territorialização poderia ser menos dolorido, mas o que esses *sem-teto* viveram explicam o porquê de tamanha dificuldade.

De tudo o que foi dito ao longo do trabalho e resgatado nessa seção, o que se acredita precisar ser reafirmado é que o processo de expansão urbana que fez nascer a Vila Barroso, é o mesmo que a fez ser removida, e o papel desempenhado pelo Estado durante todo esse processo foi o de servir aos interesses da acumulação de capital. Porém, o espaço não é um *locus* passivo das relações sociais e abriga enfrentamentos e resistências do cotidiano. Se para a burguesia e o poder público ele é parte fundamental na reprodução da sociedade capitalista, também pode ser apropriado pelos trabalhadores, no sentido de subverter essa ordem.

Diante de toda essa trajetória apresentada, novos questionamentos surgiram, tais como: O que vai ficar nos *sem-teto* da identidade que construíram na Vila Barroso? Como será o desenrolar da vida no loteamento Novo Triunfo? E para os resistentes que permaneceram na ocupação? De que forma se dá efetivamente, a articulação entre o poder público municipal e os empresários e investidores? Como essa coesão se reflete na questão habitacional na cidade? Quem é o setor imobiliário atuante nas políticas habitacionais em Juiz de Fora? Qual o interesse de construtoras de outros municípios em investir aqui? Enfim, abrem-se novas possibilidades para seguir com os estudos, sendo este trabalho um importante registro histórico da Vila Barroso. A ocupação, com todos os processos que passou, deve estar registrada nas memórias de resistência e luta dos trabalhadores da cidade.

Para fechar, é importante afirmar que as ações organizadas junto aos trabalhadores das *não cidades* vão continuar, porém agora com mais elementos para contribuir nas análises, porque uma das certezas que ficam com essa dissertação é que o direito à cidade não será um presente, ele será tomado pelo movimento político. Outra certeza reforça o que nos ensina Brecht, que “apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade” (BRECHT apud HARVEY, 2013c, p. 59-60).

REFERÊNCIAS

ABREU, C. S. Favelas em Juiz de Fora: ocultação de um fenômeno. **Revista libertas**, Juiz de Fora, v. 4. n. 1, p. 146-170, jul. 2010.

ACORDO superará US\$ 30 bi: fusão deve unir Chrysler e Mercedes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 maio 1997. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi07059828.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-86.

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOTELHO, A. **O Urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Seção 1, p. 19457.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS**: Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. 2013a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 2015. Seção 1, p. 1.

CAPUCHINHO, M. N. **A centralidade da luta por moradia para a classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-56.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação espacial. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/569/600>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. Pensando Juiz de Fora e Campo dos Goytacazes à luz do debate sobre cidade média. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: contradições, desafios e perspectivas, 1., 2012. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.seted.ufba.br/modulos/submissao/Upload/44178.pdf>>. Acesso: 5 ago. 2014.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. Programas Habitacionais e a Produção do Espaço: Processos de Des-Re- Territorialização de Jovens Pobres em Duas Cidades Médias. **Revista de geografia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2014/02/Artigo-2-Revista-Geografia-Jan2014.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CASSAB, C.; PINTO, M. B. O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: o Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. **Revista de geografia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.1-7, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2014/02/Artigo-1-Revista-Geografia-Jan2014.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CHELLOTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade e natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

COMITÊ CENTRAL POPULAR. **Poder popular**. Juiz de Fora: CCP, 2009a.

COMITÊ CENTRAL POPULAR. **Fotos Semana dos Excluídos 2009**. 3 out. 2009b. Disponível em: <<http://comitecentralpopular.blogspot.com.br/2009/10/fotos-semana-dos-excluidos-2009.html>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

COMITÊ CENTRAL POPULAR. **Dossiê da luta por moradia**. Juiz de Fora: CCP, 2010a.

COMITÊ CENTRAL POPULAR. Relatos da reunião com o Prefeito: 08 de março. 12 mar. 2010b. Disponível em: <<http://comitecentralpopular.blogspot.com.br/2010/03/relatos-da-reuniao-com-o-prefeito-08-de.html>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, F. Distritos industriais saturados. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 7 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/distritos-industriais-saturados/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

CYMBALISTA, R. **Conselhos de habitação e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Pólis, 2000. 56 p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/830/830.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim de conjuntura**, São Paulo, n. 6, março, p. 1-10, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura006.pdf>>. Acesso: 5 abr. 2016.

ENGELS, F. Para a questão da habitação. In: OBRAS escolhidas. Tradução de João Pedro Gomes. Lisboa: Edições Progresso, 1982. (Tomo II). (Original publicado em 1897).

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)– Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

FRENTE DE LUTA POR MORADIA. **Manifesto dos movimentos de moradia**. In: FORUM NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, 2003, São Paulo. Disponível em: <<http://clajadep.lahaine.org/?p=1176&print=1>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 10. jun. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares**. Belo Horizonte: FJP, 2014. (Nota técnica, 1). Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares – nota técnica**. Belo Horizonte: FJP, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GERALDO, W. M. J. A estruturação de novas centralidades urbanas em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil: o estudo de caso da “cidade alta”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: AGB, 2012. Disponível em: <<http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=297:a-estruturacao-de-novas-centralidades-urbanas-em-juiz-de-fora-minas-gerais-brasil-o-estudo-de-caso-da-cidade-alta&start=2560>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

GERALDO, W. M. J. **A reestruturação urbana pós-fordista de Juiz de Fora**. 2014. 271 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2014.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GUIMARÃES, E. N. Solo e localização: elementos espaciais do estudo habitacional. Habitação: notas sobre a natureza. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1686>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 165-205.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e debates: revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013a.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013c. p. 47-60.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistemas IBGE de Recuperação Automática. **Tabela 1290 - número de municípios e população nos censos demográficos por tamanho da população**. c2015a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1290>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **EstatGeo mapas**: microrregião centro-sul, Zona da Mata Mineira. c2015b. Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?nm9=1&nm6=1&nm3=1&nz=3&uz=11&ni=9&ui=31065>>. Acesso em 5 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Tabela 202 - População residente por sexo e situação do domicílio**. c2015c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=195&codunit=3180&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal de Juiz de Fora. Lei n. 7.152, de 27 de agosto de 1987. Dispõe sobre a incorporação e a constituição da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S.A.- EmCasa. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019694>. Acesso em: 06 fev. 2015.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Atlas social Juiz de Fora**. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2006.

JUIZ DE FORA. **Proposta de política municipal de habitação**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2007a.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. Secretaria de Planejamento. **Prefeitura dá início ao Programa de Despoluição do Rio Paraibuna e à construção do Loteamento Novo Triunfo II**. Juiz de Fora: Secretaria de Comunicação Social, 2007b. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=14045>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

JUIZ DE FORA. **Mapa Social**: Análise da Situação do Desenvolvimento Familiar em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa, 2012a. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/documentos/mapa_social_juiz_de_fora.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

JUIZ DE FORA. Poder executivo. Lei n. 12.627 - de 11 de julho de 2012. Dispõe sobre o recebimento, em doação, da área que menciona. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, MG, 12 jul. 2012b. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000035292>. Acesso em: 10 fev. 2015.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. Processo nº 808/2012c. SO contrato de repasse n. 0.352.761-41/2011. Programa PAC II Consorciado PPI/intervenção em favelas – UAS – Provisão habitacional. Ação: urbanização de loteamentos precários – Ogu / Lot NT II 5º volume. (Arquivado em 14 maio 2015).

JUIZ DE FORA. **Plano de reassentamento e medidas compensatórias**. Juiz de Fora: Secretaria de Obras, 2014a. (Versão parcial).

JUIZ DE FORA. Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S.A. Programa de regularização de assentamentos precários loteamento Novo Triunfo. Convocação. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, MG, 14 nov. 2014b. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=35369>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LAWALL, J. S. **Espacialização da habitação de baixa renda em Juiz de Fora**: habitação popular e submoradias nos centros regionais: Oeste e Norte. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de D. Pereira e S. Martins. Paris: Anthropos, 2000.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWI, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, Paris, n. 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em: <<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

MACHADO, P. J. O. A contagem da população 2007 e a demografia da microrregião de Juiz de Fora. RCUSE, P. Enclaves sim, guetos não: a segregação e o Estado. **Revista Virtú**, Juiz de Fora, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-8.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MARCUSE, P. Enclaves sim, guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço e debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jun./jul. 2007.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.121-192.

MARICATO, E. As tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo? **Minha cidade**, [S.l.], ano 11, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3795>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

MARX; K. **O Capital**: Livro 1 – processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, A. C. C. et al. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2006. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/89280_Ana.pdf>. Acesso em 31 jan. 2016.

MENEGAT, E. Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In. POGGIESE, H.; EGLER, T. T. (Orgs). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática.** 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009, p. 93-104. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/10mene.pdf>>. Acesso em: 23 de nov. 2015.

MENEZES, M. L. P. O espaço urbano de Juiz de Fora e a dinâmica regional contemporânea. In. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL, 4., 2010. **Anais...** Faro: Universidade do Algarve. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper170.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. 2014.

MINAS GERAIS. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **A Codemig.** [c20--]. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/a-codemig>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MONTEIRO, G. L. **Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra:** uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2015.

MOREIRA, R. Geografia e práxis: algumas questões. **Revista de cultura vozes**, São Paulo, v. 74, n. 4, p. 19-30, 1980.

MOREIRA, R. **Geografia:** teoria e crítica – o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA. **Relatório ocupação BR-040.** Juiz de Fora, 5 nov. 2002.

NÚCLEO DE PESQUISA GEOGRAFIA, ESPAÇO E AÇÃO. **Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários / Programa de Aceleração do Crescimento - PAC consorciado.** [2012?]. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2012/10/Programa-de-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-Regulariza%C3%A7%C3%A3o-e-Integra%C3%A7%C3%A3o-de-Assentamentos-Prec%C3%A1rios-PAC-consorciado.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração universal dos direitos humanos**. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 1998. (Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Economic, social and cultural rights: Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living**. Genebra, 2005. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G05/117/55/PDF/G0511755.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

PINTO, M. B. A questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4/5, jan./dez. 2005. Número especial. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. **O desenvolvimento urbano em questão**: textos didáticos. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

PIRES, E. L. S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 47-70.

PRIAMO, F. Comunidades pressionam por melhorias na habitação. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 9 mar., 2009. Caderno Política, p. 7.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 7., 2012, Juiz de Fora. **Ata...** Juiz de Fora: Conselho Municipal de Habitação, 2012. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/habitacao/documentos/2012/ord120411.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 16., 2013, Juiz de Fora. **Ata...** Juiz de Fora: Conselho Municipal de Habitação, 2013. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/habitacao/documentos/2013/atas/ata_160113.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RODRIGUES, A. S. R. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades.** 2013. 292 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ROLNIK, R. et. al. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha casa minha vida?** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! Brasília: Ministério das Cidades/IPPUR, 2010. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Anos_Anteriores/Cartilha_-_Minha_Casa_Minha_Vida.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. R. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36

SOARES, L. T. R. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de políticas públicas**, São Luís, p. 15-24, ago. 2010. Número especial. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/377/789>>. Acesso em: 21 maio 2015.

SOBARZO, O. As cidades medias e a urbanização contemporânea. **Revista cidades**, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 277-292, 2008.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2>. Acesso em: 18 maio 2015.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

SPOSITO, M. E. B. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, N. G. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 35-54.

SPOSITO, M. E. B. O desenvolvimento de uma metodologia em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4502>. Acesso em: 12 mai. 2015.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Brasília: IPEA, 2001. p. 35-77.

TASCA, L. **As contradições e complementaridades nas leis urbanas de Juiz de Fora**: dos planos aos projetos de intervenção. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TOLEDO, J. A. R. **Gestão da política habitacional**: um estudo de caso em Juiz de Fora. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Dados estatísticos**. [c2009-2014]. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portal/universidade/ufjf/dados-estatisticos/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

VALENÇA, M. M. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. **Cadernos metrópole**, São Paulo, n. 9, p. 165-171, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9209>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

VALLE, C. N. **Cidades médias e crise urbana**: um estudo a partir do crescimento dos aglomerados de exclusão em Juiz de Fora. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, 2012.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, jun./abr. 2011.

VOLOCHKO, D. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário e Roteiro das Entrevistas

I

Questionário - Perfil dos entrevistados

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Sexo: () Feminino () Masculino
- 4) Naturalidade:
- 5) Escolaridade:
- 6) Tempo de moradia na Vila Barroso

II

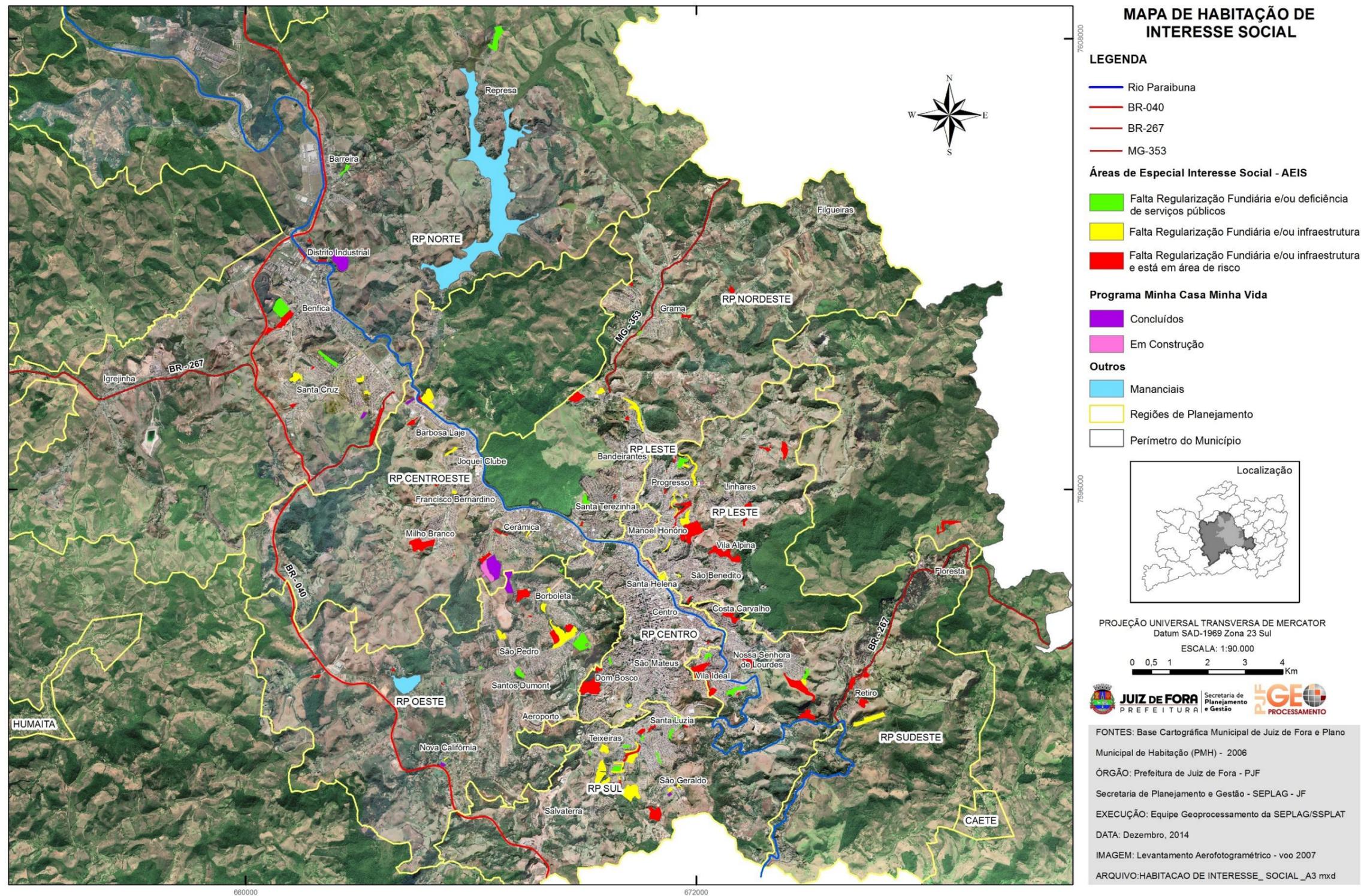
Roteiro das entrevistas

- 1) Nome, idade, local de nascimento
- 2) Como era sua vida antes de morar na Vila Barroso?
- 4) Por que foi morar na ocupação?
- 5) Como era sua vida lá?
- 6) Descreva um dia comum vivido na Vila.
- 9) Como era sua relação com os outros moradores?
- 10) O que os moradores faziam para reivindicar melhorias para a ocupação?
- 11) Como eram as visitas da prefeitura?
- 12) Como você reagiu a notícia do reassentamento?
- 13) Como foram os dias depois dessa notícia?
- 15) Como foi chegar no loteamento?
- 16) Como é sua vida no Novo Triunfo?
- 17) Como é sua relação com os outros moradores?
- 18) Quais as principais diferenças da Vila Barrosos e do Novo Triunfo?
- 19) Onde preferia morar?
- 20) O que representa esta casa para você?

ANEXOS

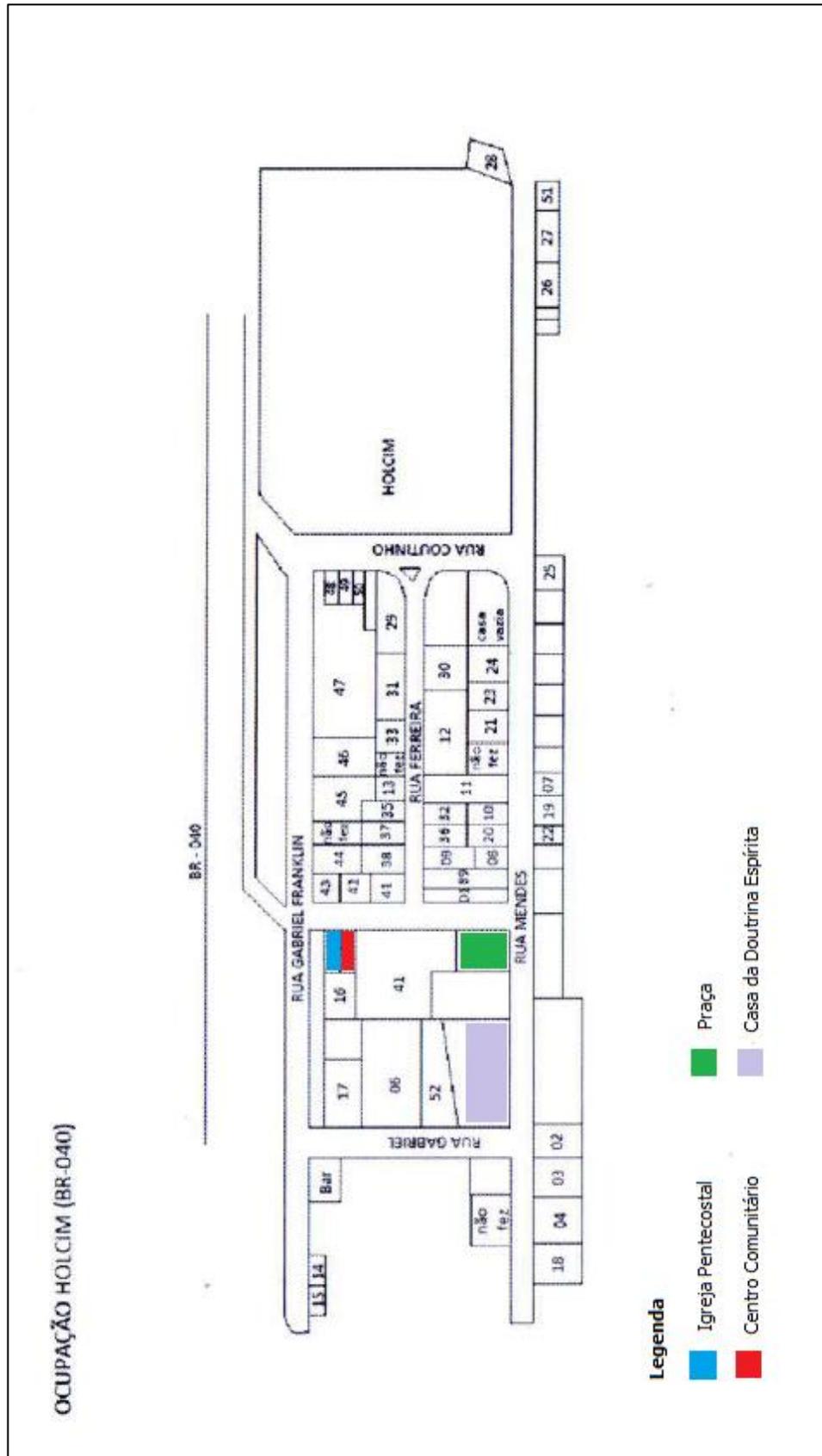
ANEXO A – Mapa das AEIS de Juiz de Fora

Mapa 5 – AEIS de Juiz de Fora



Fonte: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

ANEXO B – Croqui da Ocupação Vila Barroso



ANEXO C – Lei Municipal nº 12.627 de 11 de julho de 2012



Prefeitura de Juiz de Fora
Sistema de Legislação Municipal - JFLegis

 Fazer download

 Enviar por e-mail

 Imprimir

Norma:	Lei 12627 / 2012
Data:	11/07/2012
Ementa:	Dispõe sobre o recebimento, em doação, da área que menciona.
Processo:	06368/2009 vol. 01
Publicação:	Diário Oficial Eletrônico em 12/07/2012

LEI N.º 12.627 - de 11 de julho de 2012.

Dispõe sobre o recebimento, em doação, da área que menciona.

Projeto de autoria do Executivo - Mensagem n.º 3991.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Prefeito Municipal autorizado a receber, em doação, da empresa "Holcim Brasil S/A", uma área localizada no Distrito Industrial de Juiz de Fora, com 16.067,64m², avaliada em R\$38.976,88 (trinta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos), com as seguintes medidas e confrontações: Área "A", com 16.067,64m², localizada no Distrito Industrial de Juiz de Fora, neste Município, com a seguinte descrição: inicia no Ponto P-1, de coordenadas N = 7.599.975,83; E = 660.394,70, situada na cerca da faixa de domínio da BR-040, lado direito sentido Rio de Janeiro - Belo Horizonte e distante 50m do eixo da ferrovia que vai para Lima Duarte. Com rumo de 49°03' NE segue em linha reta por 32m confrontando com terrenos da CDI-MG, alcançando o ponto A, na margem esquerda do Ribeirão Três Pontes. Seguindo pela margem do referido ribeirão no sentido jusante por 30m aproximadamente atinge o ponto B, também a 50m do eixo da ferrovia. Com rumo 49°03' NE, segue em linha reta por 55m confrontando com terrenos da CDI-MG, alcançando o ponto C, na margem esquerda do Ribeirão Três Pontes. Seguindo pela margem do ribeirão em sentido jusante por aproximadamente 177m alcança o ponto D, distante 50m do eixo da ferrovia. Com rumo 49°03' NE, segue em linha reta por 178,82m confrontando com terrenos da CDI-MG, alcançando o ponto D1; defletindo à esquerda, segue por linha reta, confrontando com a área B, na extensão de 135,37m até encontrar o ponto D2 na cerca da faixa de domínio da BR-040. Seguindo pela referida cerca no sentido SO (Belo Horizonte-Rio de Janeiro) por aproximadamente 343,90m alcança o ponto P-1 do início desta descrição.

Art. 2º A área mencionada no artigo anterior será utilizada para reassentamento das famílias que ocupam irregularmente parte da área remanescente, também de propriedade da empresa doadora e, para implantação do programa "Minha Casa Minha Vida".

Art. 3º Todas as despesas relativas à lavratura e ao registro da necessária escritura pública de doação ficarão a cargo do Município de Juiz de Fora, sem qualquer ônus para a empresa doadora.

Art. 4º As despesas decorrentes do que prescreve esta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faço da Prefeitura de Juiz de Fora, 11 de julho de 2012.

a) CUSTÓDIO MATTOS - Prefeito de Juiz de Fora.
a) VITOR VALVERDE - Secretário de Administração e Recursos Humanos.

ANEXO D – Declaração de adesão ao Programa Minha Casa Minha Vida



TIPO DE SORTEIO _____

COD CLIENTE _____

ORDEM DO SORTEIO _____

DECLARAÇÃO

Eu, _____

_____, brasileiro(a), estado

civil _____, profissão _____, RG

nº _____, CPF nº _____, DECLARO, para os devidos

fins, que:

() **tenho interesse** em receber o imóvel do empreendimento
_____, do PMCMV II.

() **não tenho interesse** em receber o imóvel do empreendimento
_____, do PMCMV II, efetuando
a troca para o empreendimento _____,

do PMCMV II, de acordo com o **DECRETO 11970 de 16 de Maio de 2014**.

() **não tenho interesse** em receber o imóvel do empreendimento
_____, do PMCMV I.

() **tenho interesse** em receber o imóvel do empreendimento
_____, do PMCMV I.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2014.

assinatura

**ANEXO E – Convocação da EmCasa para regularização de assentamentos precários –
loteamento Novo Triunfo**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA
ATOS DO GOVERNO DO PODER EXECUTIVO

Publicado em: 14/11/2014 as 00:01

EMPRESA REGIONAL DE HABITAÇÃO DE JUIZ DE FORA S.A. - EMCASA
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
LOTEAMENTO NOVO TRIUNFO
CONVOCAÇÃO

A Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S/A - EMCASA, através do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários – URIAP, solicita o comparecimento dos contemplados abaixo indicados, no prazo de 72 (setenta e duas) horas a partir da data de publicação, no endereço abaixo. Caso não haja comparecimento, a EMCASA tomará as medidas legais cabíveis.

LOCAL: EMCASA – Av. Sete de Setembro 975 – Costa Carvalho

Horário de atendimento: 8:00 às 11:30h e 14:00 às 17:00h